



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

**PROGRAMA MULHERES MIL: UM OLHAR SOBRE A INSERÇÃO DAS EGRESSAS NO
MUNDO DO TRABALHO**

FABIENE BRITO MENDES TELES

**BRASÍLIA - DF
2015**

FABIENE BRITO MENDES TELES

**PROGRAMA MULHERES MIL: UM OLHAR SOBRE A INSERÇÃO DAS EGRESSAS NO
MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Professora Dra. Hέλvia Leite Cruz

**BRASÍLIA - DF
2015**

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

FABIENE BRITO MENDES TELES

**PROGRAMA MULHERES MIL: UM OLHAR SOBRE A INSERÇÃO DAS EGRESSAS NO
MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Hέλvia Leite Cruz

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho
Faculdade de Educação – FE/UnB

Profa. Dra. Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno
Instituto Federal de Brasília - Câmpus São Sebastião

Prof. Dr. Erlando Reses (suplente)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Aprovado em: 04/12/2015

“Quando tento ser professor, me transformo no melhor aluno que nunca fui, para ser o professor que sempre sonhei ter”.

Altemir Dalpia

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Nesse momento chego à parte mais importante dessa árdua caminhada.

É hora de agradecer àqueles que estiveram de alguma forma presentes nesta jornada para concretizar mais uma aspiração da minha vida.

A Deus, soberano e conhecedor de todas as coisas. Rendo graças e louvores a Ti por me concedeste esta conquista.

Aos meus pais Manuel e Vandira, ao meu irmão Endenson que sempre demonstraram amor e admiração e que me ensinaram a vencer com dignidade e persistência.

À minha família: meu esposo Gladson pelo amor, paciência e companheirismo e às minhas princesas Gabriela e Lavínia, maiores presentes de Deus em minha vida. Agradeço pela compreensão, pois sofreram muitas vezes com a minha ausência.

À minha orientadora e amiga, professora Dra. Hέλvia Leite Cruz. Você foi um anjo em minha vida. Obrigada pela orientação, serenidade e ensinamentos, os quais foram importantes para responder aos meus questionamentos, como também para a realização desta pesquisa.

Às professoras Olgamir Francisco de Carvalho, Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno e ao professor Erlando da Silva Rêses pelas valiosas contribuições a este trabalho como membros da banca.

Aos Professores da Pós-Graduação em Educação da UnB, Olgamir Francisco de Carvalho, Bernardo Kipnis, Remi Castioni pelas aulas ministradas com cuidado, competência e extremo conhecimento.

Aos colegas do Mprof, pelo aprendizado, desde os momentos dos lanches, regados de alegria, piadas e muitas risadas, até os instantes de discussão, reflexão e ajuda mútua. Com certeza vocês contribuíram significativamente para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos amigos Colineiros, pela cumplicidade, união e companheirismo, pelas tapiocas e cuscuzes. O aprendizado foi imenso, sentirei muita saudade de todos vocês e de tudo que vivemos juntos.

Ao colega e amigo Cláudio, por me acalmar e compartilhar meus momentos de angústia quando faltava inspiração para escrever, atender meus telefonemas e responder minhas insistentes mensagens.

Ao meu amigo Nonato, coordenador e responsável pelos apartamentos da famosa Colina da UnB. Agradeço de coração a receptividade, atenção e carinho dispensados a mim.

Ao IFNMG – Câmpus Salinas por conceder a autorização para realizar esta pesquisa.

As alunas egressas do Programa Mulheres Mil protagonistas e colaboradoras deste estudo, obrigado pelas informações concedidas de maneira espontânea e prazerosa.

As amigas Stefânia, Tawana e Stael pela amizade, confiança e palavras de estímulo constante durante as nossas conversas, além das reflexões e contribuições acerca deste trabalho.

Aos familiares, colegas de trabalho e a todos os amigos que me ajudaram com palavras de ânimo e transmitiram energia positiva, através de mensagens pelo Facebook e WhatsApp.

Enfim, a minha gratidão e reconhecimento a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa fosse realizada. Eu comemoro com vocês esta vitória! Muito obrigada.

RESUMO

As políticas públicas são ações do governo com vistas a promover o desenvolvimento social. Nesse sentido, as políticas públicas, vinculadas à educação, trabalho e emprego têm crescido nos últimos anos. O presente estudo tem o objetivo de analisar a inserção das egressas no mundo do trabalho, analisando o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG - Câmpus Salinas. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo utilizado para a coleta de dados à técnica do grupo focal, questionário/visitas *in lócus* e análise de materiais institucionais, respectivamente. A amostragem intencional é composta pelas beneficiárias certificadas no ano de 2012. As participantes da abordagem qualitativa totalizaram 61 mulheres de um conjunto de 72. Já as egressas que participaram do grupo focal somaram oito beneficiárias, escolhidas aleatoriamente, por meio de sorteio. A análise e representação dos dados quantitativos foram feitos através de quadros e gráficos, com o uso do programa Excel. Os dados qualitativos foram categorizados e analisados através da técnica de análise de conteúdo. Constatou-se que os cursos ofertados apresentaram deficiência na estruturação e desenvolvimento, repercutindo na qualificação das alunas. Os resultados obtidos revelam que as certificadas foram inseridas relativamente no mundo do trabalho, sendo que parte delas conseguiu ingressar no mercado de trabalho e obtiveram uma melhora tênue na renda familiar, após a certificação. Somando-se a isso, 15% das mulheres retornaram aos estudos depois de participarem do programa. As educandas relatam as seguintes contribuições: elevação da autoestima, interatividade, aquisição de conhecimentos ligados aos direitos da mulher, reconhecimento e valorização por parte da família e amigos, além de informações relativas à qualificação. Ao término deste estudo, propõem-se um questionário intitulado Mulheres Mil: Ouvir para Transformar. O mesmo será entregue ao IFNMG – Câmpus Salinas, afim de que a instituição desenvolva suas ações tendo um respaldo concreto, com base nos sentimentos e respostas apreendidos mediante questionário aplicado ao final dos cursos ofertados. Dessa forma, a direção do câmpus, gestão do programa, equipe pedagógica, comunidade escolar, beneficiárias e sociedade salinense poderão acompanhar e ter retorno do desenvolvimento do programa e da maneira que as egressas do Programa Mulheres Mil estão vivendo diante do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Trabalho; Qualificação Profissional; Mulheres Mil.

ABSTRACT

The public politics are government actions aimed at promoting social development. In this way, public politics related to education, labor and employment have grown in recent years. This study aims to analyze the integration of graduates into the labor market, analyzing the program "Mulheres Mil" in the Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG - Campus Salinas. It is a study of qualitative and quantitative approach. It was used for data collection to the technique of focus groups, survey / in-locus visits and analysis of institutional materials, respectively. The intentional sample is made up by the beneficiary certified in 2012. The participants of the qualitative approach amounted to 61 women a set of 72. As for the graduates who participated in the focus group totaled eight beneficiaries randomly chosen by lot. The analysis and representation of quantitative data were made through tables and graphs, using the Excel program. Qualitative data were categorized and analyzed through the content analysis technique. It was found that the offered courses presented deficiency in the structuring and development, reflecting on the qualification of the students. The results show that certified were inserted relatively into the labor market , and part of them could get in the labor market and obtained a fine improvement in family income, after certification . Adding to this, 15% of women returned to education after participating in the program. The educandas reported the following contributions : elevated self-esteem, interactivity, acquisition of knowledge related to women's rights , recognition and appreciation from family and friends, as well as information relating to the qualification. At the end of this study, we propose a questionnaire titled "Mulheres Mil": Listen to transform. This questionnaire will be delivered to IFNMG - Campus Salinas, in this way the institution could develop their actions having a concrete support on the basis of feelings and responses seized by questionnaire at the end of the courses offered. Thus, the direction of the campus, program management, teaching staff, school community, beneficiaries and the local society can follow the graduate women. They can also have a return of the program development and the way that the graduates of the "Mulheres Mil" Program are facing the labor market.

Keywords: Public Policy; Education; Professional Qualification; "Mulheres Mil".

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária de idade.....	52
Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução – Brasil – 2011-2012.....	54
Gráfico 3 - Grau de escolaridade ao entrarem no programa.	54
Gráfico 4 - Quantitativo que deram continuidade aos estudos	55
Gráfico 5 - Estado civil.....	57
Gráfico 6 - Estado civil no ano de 2015	58
Gráfico 7 - Taxas de nupcialidade legal, segundo os grupos de idade das mulheres.....	59
Gráfico 8 - Número de filhos.....	62
Gráfico 9 -Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 2000 a 2015.....	63
Gráfico 10 - Atividade laboral	65
Gráfico 11 - Atividade laboral após a certificação.....	66
Gráfico 12 - Atividades laborais mais citadas no questionário.....	67
Gráfico 13 - Atividades após a certificação.....	68
Gráfico 14 - Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade Brasil, 2012 e 2013.....	69
Gráfico 15 - Participação da renda familiar antes do curso.....	70
Gráfico 16 - Participação na renda familiar em 2015.	72
Gráfico 17 - Renda familiar mensal antes do curso.....	72
Gráfico 18 - Renda familiar mensal em 2015.	74
Gráfico 19 - Motivos para participar do Programa.	75
Gráfico 20 - Positividade do programa.....	76
Gráfico 21 - Contribuições do programa.....	77
Gráfico 22 - Contribuições dos conhecimentos técnicos para a vida diária.	79
Gráfico 23 - O curso propiciou o ingresso no mercado de trabalho e melhoria da renda familiar.....	81
Gráfico 24 - Alunas que após a certificação conseguiram emprego na área de realização do curso.....	82
Gráfico 25 - Ampliação dos conhecimentos.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.....	42
Figura 2 - Localização da cidade de Salinas no Norte de Minas.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estimativa e distribuição dos ocupados por posição na ocupação segundo sexo - Região Sudeste 2002 - 2012.....	71
Quadro 2 - Classes temáticas, categorias e subcategorias alcançadas por meio dos resultados do grupo focal.....	85
Quadro 3 – Índice de Número Absoluto de Femicídios no Brasil 2009 a 2011.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS	- Amostragem Aleatória Simples
ABC	- Agência Brasileira de Cooperação
ACCC	- Association of Canadian Community Colleges
APLs	- Arranjos Produtivos Locais
ARAP	- Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
CEFET's	- Centros Federais de Educação Tecnológica
CIDA	- Canadian International Development Agency
CONAE	- Conferência Nacional de Educação
CONIF	- Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIEESE	- Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	- Educação a Distância
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
FIC	- Formação Inicial e Continuada
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF's	- Institutos Federais
IFNMG	- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	- Ministério da Educação
PENAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMM	- Programa Mulheres Mil
PNPM	- Plano Anual de Políticas Públicas para as Mulheres
PPA	- Plano Plurianual
PROEJA	- Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas

- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SUS - Sistema Único de Saúde
- UNB - Universidade de Brasília
- UNIFEM - Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo Geral	16
2.2	Objetivos Específicos	16
2.3	Pressupostos	17
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	Políticas Públicas: Surgimento, definição e perspectivas para a sociedade	17
3.2	A Política Pública do Programa Mulheres Mil	21
3.3	Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Câmpus Salinas	31
3.4	Trabalho, educação e capitalismo: desafios para a qualificação profissional	36
4	METODOLOGIA	40
4.1	Contextualização do Programa Mulheres Mil e a relação com a metodologia da pesquisa	40
4.2	O IFNMG – Câmpus Salinas e a atuação do Programa Mulheres Mil	42
4.3	A pesquisa em seus aspectos qualitativos e quantitativos	44
4.4	Descrevendo a metodologia de Pesquisa	46
4.5	Tratamento dos dados	49
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	51
5.1	1ª Fase: a análise do perfil socioeconômico das egressas antes e após a participação no Programa Mulheres Mil	51
5.2	Análise e discussão do Grupo Focal	84
5.2.1	Perfil Socioeconômico	86
5.2.2	Família, Trabalho e Renda Familiar	86
5.2.4	Oportunidades de atuação na área da qualificação	89
5.2.5	Valorização Pessoal /Relação Interpessoal	92
5.2.7	Estrutura (equipamentos, transporte, lanche e a bolsa)	101
5.2.8	Aulas teóricas e práticas	104
6	PRODUTO TÉCNICO	107
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
	APÊNDICES	132
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento para acesso às informações do Programa Mulheres Mil	132
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento questionário	133
	APÊNDICE C - Termo de Consentimento para participação no Grupo Focal	134
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSAS	135
	APÊNDICE E - QUESTÕES NORTEADORAS/ GRUPO FOCAL	139
	APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO SOCIO- ECONÔMICO DO PROGRAMA MULHERES MIL	140

1 INTRODUÇÃO

A formação em licenciatura plena em Educação Física, não restringiu em nenhum momento da vida acadêmica e profissional o olhar e reflexão sobre a educação. Isso se deve por compreender que essa área é essencial para a transformação dos indivíduos, além de permear todos os campos do conhecimento. Assim desde a graduação, o trabalho com o público feminino sempre foi uma constante e, ao ter oportunidade de lidar com mulheres que trazem histórias de vida tão diferentes, o aprendizado contínuo foi uma consequência, fazendo despertar reflexões sobre o mundo e os indivíduos. Somando-se a esses fatos, o contato com alunas de diferentes faixas etárias e realidades foi também um fator importante.

Acredita-se que um dos aspectos essenciais na atuação do trabalho do professor é a sensibilidade. Esta é entendida como a capacidade de perceber as necessidades do aluno, não somente àquelas relacionadas ao conhecimento, mas também, ao desenvolvimento do educando como pessoa capaz de ser feliz e de interagir com os outros e com o meio de forma que possa ser um indivíduo ético, crítico e ativo na sociedade em que faz parte.

O professor trabalha com seres humanos e com conhecimentos, por isso ele precisa estar preparado para compreender o ser humano, o qual, apresenta características próprias que condicionam a ação do professor e, trazem interferências significativas para o desenvolvimento de seu trabalho, pois, a sua ação é coletiva, já que ele trabalha com a diversidade. Isso demonstra, ser importante que o professor e os demais profissionais que atuam na escola, tenham estados emocionais positivos, que despertem nos alunos o gosto pela vida e a capacidade de lutar por seus objetivos de forma ética e afetiva (MACHADO, 2007, p. 80).

Assim, valores como: respeito, disciplina, união, admiração, solidariedade são imprescindíveis na relação professor e aluno, pois o processo ensino- aprendizagem é influenciado pelas relações construídas no cotidiano escolar e, repercutem desde a vida pessoal até a vida profissional. Sabe-se que a presença dos referidos princípios devem fazer parte do conjunto de elementos que forma a base do processo pedagógico.

O presente estudo tem origem a partir do contato com as beneficiárias do Programa Mulheres Mil desenvolvido no ano de 2013, no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Salinas. Durante as aulas ministradas por meio da disciplina Saúde da Mulher e através de conversas informais, antes e/ou após os horários de aula, percebe-se que muitas alunas apresentavam uma perspectiva de ingresso no mundo do trabalho no decorrer ou depois da certificação. Além disso, as mulheres expressavam outros elementos que despertaram um olhar investigador: a valorização de si mesmas, o olhar da família e da sociedade, a melhoria da renda familiar, a troca de experiências e o aprendizado. Essas são algumas questões elucidadas pelas beneficiárias que causaram inquietações a serem investigadas.

Ao longo da história, a humanidade vem passando por transformações que permeiam todos os campos da vida, as quais vão se moldando conforme as relações estabelecidas. O meio de produção vivenciado nas diversas sociedades vem conduzindo uma atmosfera de mudanças no comportamento e estilo de vida das pessoas. Diante disso, a tecnologia, a automação e a globalização, adventos que vieram se moldando e apresentando inovações a todo o momento, desencadearam novos desafios ao homem.

Os indivíduos passaram a preocupar-se em acompanhar esses avanços ocupando um espaço nesse mundo globalizado. Devido a essas mudanças, as políticas públicas surgem com o papel de atender às necessidades expostas pelos diversos setores da sociedade; os quais apresentam elementos de direito dos homens, enquanto cidadãos. Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987, *apud* Hofling, 2001, p. 31); é o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

O campo do conhecimento das Políticas Públicas vem ganhando espaço e sendo foco de muitas discussões nos últimos anos. Muitos países, principalmente àqueles em desenvolvimento, iniciaram um processo de reestruturação e redirecionamento de ações que dizem respeito aos setores políticos, econômicos, culturais, educacionais e sociais. Assim, as iniciativas governamentais foram se desenvolvendo e ganhando visibilidade, onde a relação Estado-Governo se tornou fundamental nas ações realizadas a responder as necessidades e interesses convergentes/divergentes das sociedades, organizações, setores, grupos e indivíduos.

É possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

As Políticas Públicas têm se desenvolvido com intensidade nas últimas décadas. Nesse sentido, as ações governamentais mostram uma preocupação em relação à qualificação profissional vislumbrando o mundo do trabalho. Nesse sentido, Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF's são os órgãos implementadores do Programa Mulheres Mil. Esta política pública é destinada à população do gênero feminino com faixa etária a partir de 16 anos e está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2008).

Diante dessas mudanças, o campo da educação está vivenciando um momento de grandes inovações. Inserida em um contexto em que o conhecimento gera grandes oportunidades de trabalho; várias políticas públicas estão sendo criadas e implementadas visando promover o acesso à Educação Profissional; pois o mundo do trabalho apresenta exigências cada dia maior, estabelecendo padrões do sistema de produção onde os indivíduos buscam adequar-se. No sentido de estabelecer uma relação produtiva entre qualificação e mundo do trabalho, destaca-se aqui a política pública do Programa Mulheres Mil criado pelo governo federal a partir de 2007. O programa visa promover o acesso das mulheres na formação profissional, especialmente àquelas desfavorecidas economicamente para que elas tenham a oportunidade de acesso, permanência e êxito, quando inseridas no mundo do trabalho.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica reuniu docentes e servidores dos 13 Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica para elaborar e publicar uma apostilha chamada de Guia Metodológico do Sistema Permanência e Êxito, que apresenta:

[...] um conjunto de experiências e conhecimentos de diversos atores que participaram das iniciativas do Mulheres Mil, desenvolvidas pelos Institutos Federais dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. (BRASIL, 2012, p. 3)

De acordo com o Guia (2012, p.4) é chamado de acesso:

O processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.

Diante do objetivo de qualificação profissional visando o contexto e o desenvolvimento local, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Salinas, de acordo com a Portaria do Ministério da Educação - MEC nº 1.015, do dia 21 julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38, implementa o Programa Mulheres Mil, com cursos de formação inicial e continuada contando com carga horária mínima de 160 horas.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Câmpus Salinas desenvolve o Programa Mulheres Mil desde o ano 2012. A instituição oferece cursos de Educação Profissional e Tecnológica a nível superior, básica e profissional nas diferentes modalidades de ensino. Tem por finalidade formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Percebe-se, neste sentido a importância do

Programa Mulheres Mil neste cenário Institucional, sendo que o programa apresenta eixos principais: educação, cidadania desenvolvimento sustentável.

Conforme afirma Fartes (2008, p. 658)

Certas dimensões não se desenvolvem em todo lugar da mesma forma e com iguais decorrências, isto leva a compreender que se devem avaliar tendências sobre contextos locais, considerando que as referências locais exibem diferentes ritmos e compreensões que, mesmo incorporando políticas globalizadas, produzem singularidades recontextualizadas e diferenciadas.

Sabe-se que as avaliações de políticas públicas ocorrem com frequência, porém é necessário que se desenvolvam pesquisas em área ou região específica, já que cada contexto apresenta suas peculiaridades. Em face às especificidades apresentadas pelo programa nos diversos contextos, faz-se necessário compreender a realidade dessa política pública no IFNMG- Câmpus Salinas, porque com argumentos consistentes, extraídos de uma investigação sobre o desenvolvimento das ações do governo, tem-se um feedback do Programa Mulheres Mil na cidade de Salinas, fornecendo dessa maneira um panorama dessa política destinada às mulheres.

Diante dos fatores observados e elencados, citados no início desse estudo, emergiu o interesse em realizar uma análise sobre o programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Salinas, com o foco nas implicações dessa política pública, no que se refere à inserção das egressas no mundo do trabalho. Desta forma, justifica-se realizar esse estudo para responder a seguinte pergunta: Até que ponto o Programa Mulheres Mil implica (contribui) para a inserção das egressas no mundo do trabalho? Dessa maneira, a pesquisa será de grande importância para o conhecimento das beneficiárias, instituição e comunidade em geral. Nesse sentido, esse estudo é fundamental para responder a muitas perguntas, inclusive quanto à eficácia do programa e as mudanças ocorridas na vida dessas mulheres. Desse modo, nesse contexto serão discutidos os avanços e entraves dessa política pública destinada às mulheres.

A pesquisa apresenta-se dividida em capítulos: introdução, objetivo geral e específicos, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos dados, produto técnico considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndices.

O presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, sendo utilizados para a coleta de dados a técnica do grupo focal, questionário/visita in lócus e análise de materiais institucionais, respectivamente. A população desse estudo são as egressas certificadas pelo Programa Mulheres Mil do ano de 2012, as quais participaram dos cursos ofertados: Manipulação e Conservação de Alimentos e Confecção de Bijuterias, totalizando 87 mulheres. Deste montante, a amostra utilizada para o estudo quantitativo através de questionário foi de 61 mulheres, as quais foram contatadas com antecedência.

Nesse momento, analisaram-se os dados coletados através de quadros e gráficos, mediante o uso do programa Excel.

Para a realização da abordagem qualitativa, foi realizado o grupo focal, composto por oito certificadas. A entrevista realizada com esse grupo foi gravada, ouvida várias vezes e transcrita, sendo a análise e discussão dos dados realizados através da categorização das respostas das participantes, enfatizando trechos importantes das falas, destacando e discutindo elementos importantes, com o recurso da técnica da análise de conteúdo.

Com a perspectiva de conhecer melhor e, também, fornecer um suporte inicial para a realização desse estudo, foi feito um levantamento de dados, utilizando os questionários socioeconômicos preenchidos pelas egressas no ato da inscrição no programa. Sendo assim, realizou-se a tabulação de elementos importantes.

Ao final dessa investigação apresenta-se um produto final com a intenção de propor melhorias para o fenômeno pesquisado. Nesse sentido, ao término desse estudo propõem-se a criação do questionário intitulado Mulheres Mil: ouvir para melhorar, que será aplicado ao término dos cursos, com o objetivo de apresentar um mecanismo que possibilite a instituição desenvolver ações tendo um respaldo concreto, com base em dados absorvidos das participantes do programa.

Dessa forma, a direção do campus, gestão do programa, equipe pedagógica, comunidade escolar, beneficiárias e sociedade salinense poderão acompanhar e ter um retorno da maneira que as egressas do Programa Mulheres Mil estão vivendo diante do mundo do trabalho, após terminarem os cursos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar as implicações do Programa Mulheres Mil na vida das alunas egressas quanto à sua inserção ou não no mundo do trabalho.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Traçar o perfil socioeconômico das alunas egressas do Programa Mulheres antes e depois da certificação;
- ✓ Identificar mudanças ocorridas quanto à renda das egressas após a conclusão dos cursos;
- ✓ Relatar as melhorias ocorridas no trabalho já desenvolvido pelas beneficiárias; e na via diária;

- ✓ Propor um questionário para contribuir no aperfeiçoamento do programa.

2.3 Pressupostos

- ✓ O Programa Mulheres Mil oportuniza a inserção das mulheres no mundo do trabalho;
- ✓ Os conhecimentos absorvidos nos cursos implicam na melhoria da renda familiar das egressas;
- ✓ Os cursos ofertados melhoram a atuação das alunas no trabalho que já desenvolvem e na vida diária.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas: Surgimento, definição e perspectivas para a sociedade

A dimensão histórica da humanidade é permeada por fatos políticos, sociais, econômicos, culturais, religiosos, entre outros que impactaram nas relações dos indivíduos e nas sociedades de uma forma geral, influenciando o modo de vida das pessoas nos diversos momentos da história.

O homem vivenciou diferentes modos de produção. Inicialmente, o homem sobrevivia da natureza através da caça e pesca; depois, passou a produzir e consumir alimentos advindos do plantio e da colheita realizada para atender ao seu sustento e da sua família. Com o aumento da produção o homem percebeu que poderia ganhar com o excedente, então passou a negociar o que não era utilizado e percebia que poderia ter lucros cada vez maiores. Ou seja, antes havia um trabalho em conjunto visando atender a comunidade; porém à medida que o modo de produção foi sofrendo modificações, o homem passou a produzir com olhar mais individual, desencadeando uma nova formação social diante de um novo modelo de produção.

A acumulação de novas forças produtivas é determinante na implantação de novas relações de produção e, por consequência, no surgimento de novo modo de produção e de nova formação social. O processo não é mecânico, mas dialético e progressivo, com rupturas, avanços e superações. (VECCHIA, 2011, p. 12).

Nos séculos XVIII e XIX, teve início na Inglaterra a Revolução Industrial que foi se expandindo para outros países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Esse período foi marcado pela substituição dos produtos artesanais pelos processos das máquinas. Com as grandes transformações ocorridas na área da indústria, o surgimento das máquinas, trabalho assalariado, consolidação e aquecimento do comércio, exportação de produtos

agrícolas e tantos outros acontecimentos, revelou-se um novo tipo de sociedade e mercado. Assim, a visão monopolista ganhou força e o papel do Estado foi moldado de acordo com o cenário dos interesses internacionais.

A Inglaterra era quem dominava o cenário no final do séc. XVIII, no séc. XIX foram primeiramente os Estados Unidos, França, Alemanha, Japão os países que conseguiram internalizar o novo sistema de produção. Já no século XX coube à periferia também participar desse processo. (CASTIONI, 2010, p. 41).

Nesse novo processo de produção, a economia mundial sofreu as consequências do poder centralizador de grandes políticas macroeconômicas. O Estado teve seu papel enfraquecido e, diante disso, as mudanças internas nos países de menor poder, passaram a afetar diretamente a vida dos cidadãos. De acordo com Castioni (2010, p. 43) “A perda pelo Estado do papel de ator principal na coordenação das políticas macroeconômicas tem-se refletido também, no fim de empresa nacional, redução no tamanho de outras, com reflexos no mercado de trabalho...”.

Souza (2006, p. 22) revela que “na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e desvalorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências”. Com essa dinâmica acelerada por mudanças, as políticas públicas surgem com o papel de atender às necessidades expostas pelos diversos setores; os quais apresentam elementos de direito dos homens, enquanto cidadãos.

O campo do conhecimento das Políticas Públicas vem ganhando espaço e enfoque em discussões nas últimas décadas. Muitos países, principalmente àqueles em desenvolvimento, iniciaram um processo de reestruturação no que diz respeito aos fatores políticos, econômicos e sociais. Assim, as iniciativas governamentais foram se desenvolvendo e ganhando visibilidade, onde a relação Estado–Governo se tornou fundamental nas ações direcionadas a responder as necessidades e interesses convergentes/divergentes das sociedades, organizações, setores, grupos e indivíduos.

As políticas públicas respondem habitualmente a questões socialmente discutíveis, a respeito das quais diferentes atores (indivíduos, grupos, setores, organizações) assumem posições conflitantes. Quando a política que se procura implementar encontra oposição, é provável que os objetivos inicialmente contemplados, por ocasião de sua formulação, devam ser modificados. Por isso, segundo esta interpretação, não deve ser concebida como um processo que ocorre depois, e independentemente, da formulação de uma política (OSZLAK, 1982, p 25).

Para Souza (2006, p. 36), das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz.

- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A literatura apresenta nos temas na área das políticas públicas interessantes e discutidos recentemente, os quais já defendem teorias importantes. As propostas ficam mais evidentes em momentos de campanha eleitoral presidencial, em que os candidatos ao governo expõem seus projetos, suas intenções e discursos de melhoria das políticas já existentes, a exemplo do processo sucessório brasileiro. Para compreendermos melhor essa área do conhecimento, faz-se necessário discutirmos alguns conceitos que mostram forças imbricadas quanto às relações do Estado e Governo repercutindo assim, nos estados, municípios e na sociedade de forma geral. Nesse sentido, corroborando com as palavras de Hofling (2001, p.31):

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros).

No vasto campo das políticas públicas nos deparamos com as especificidades direcionadas aos vários setores: educação, saúde, moradia, previdência, lazer, emprego, entre outras. Nesse sentido, vamos direcionar nossa discussão às políticas públicas educacionais e sociais, as quais apresentam na literatura, várias definições. A autora citada anteriormente encontra em suas pesquisas várias definições que sintetizam o significado de que as políticas públicas são:

[...] um conjunto de ações do governo que visam produzir efeitos específicos na vida dos cidadãos; na perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos, instituições, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (HOFLING, 2001, p. 05).

As políticas públicas são ações do governo com vistas a promover o desenvolvimento social. Hofling (2001, p. 31) afirma que “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. ” Nesse sentido, percebe-se o papel do Estado no delineamento de questões e ações a serem

desenvolvidas, refletindo as relações de poder existentes, onde o Estado se rende ao Capital sendo algumas vezes de forma discreta, mas fiel.

A realização das ações políticas com êxito apresenta como ponto de partida o envolvimento dos agentes de execução com discrição, competência e efetividade. É necessário que haja uma sequência de medidas que favoreçam a análise e avaliação dessas ações, a fim de que essas sejam desenvolvidas e tenham efeitos satisfatórios.

Para ampliar as análises sobre o desenvolvimento de políticas públicas, devemos incorporar o olhar às diversas interações, para os valores e referenciais existentes e o exercício da discricionariedade por parte dos agentes implementadores. Assim, consideramos que, dependendo da ação, a postura e interação ocorrida no processo terão formas de execução diferentes (LOTTA, 2008, p. 18).

Discutir políticas públicas sociais engloba o conhecimento de uma determinada realidade que apresenta um emaranhado de informações sobre as especificidades de um contexto específico. Nesse sentido, as ações governamentais devem estar consolidadas em um conjunto de operações reais que tenham condições de serem realizadas, analisadas e avaliadas pelo Governo.

Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes, especialmente quando se refere às políticas sociais. Para a avaliação destas ações políticas é fundamental se referir as chamadas “questões de fundo”, as quais informam, basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer (HOFLING, 2001, p. 30).

Essa autora destaca que o foco das políticas públicas no âmbito social engloba as ações desenvolvidas em prol de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc. Assim a autora corrobora com a definição das “políticas públicas como sendo o Estado em ação, ou seja, o Estado implementando um projeto de governo através de ações voltadas para alguns setores específicos da sociedade.” (GOBERT, MULLER, 1987 apud HOFLING, 2001, p. 31).

A Constituição da República Federal do Brasil de 1988 instituiu no seu art. 6º como direito social, dentre outros a educação e trabalho como dever do Estado e da família. Sendo assim, cabe ao Estado estabelecer políticas públicas que venham ao encontro do cumprimento destes direitos, fornecendo oportunidades de acesso, continuidade e sucesso na efetivação da relação educação-trabalho. Essas ações auxiliam no desenvolvimento da sociedade e, nesse sentido, a participação da sociedade civil na luta por políticas públicas sociais e educacionais é fundamental. A cooperação nesse processo deve ser realizada pela presença dos atores internos e externos que influenciará todo o processo de implementação

das políticas; ou seja, é necessária a participação cidadã, pois a população tem propriedade em falar sobre as carências que vivenciam, evidenciando àquelas que são mais urgentes.

[...] o cidadão pode interferir no processo de programação governamental, inclusive de forma preventiva: as ações preventivas de controle (controle prévio ou concomitante) podem ser melhor implementadas se houver participação social, pois a política ou a conduta do Estado pode ser programada como o auxílio da sociedade, que passa a dar sugestões ou propostas e a verificar a observância dos atos empreendidos, com vistas ao bom atendimento do interesse público. (LIRA e colaboradores, 2003, p. 65 apud BERNI *et al.* 2014).

Assim, os indivíduos podem e devem agir na efetivação das políticas públicas, nos diferentes campos; porque a presença da população é essencial na construção de uma política fundamentada nos valores de solidariedade, respeito e reconhecimento das diferenças, autonomia e liberdade.

3.2 A Política Pública do Programa Mulheres Mil

A mulher, desde o início da história recebeu um tratamento diferente e discriminatório quanto ao papel e espaço que ocupava na sociedade. Inicialmente, era responsável pelos afazeres domésticos e vivia submissa ao cônjuge. Tinha o dever de cuidar da família, do lar, da educação dos filhos e outros. Nesse contexto, pensar em trabalho formal, remunerado e independente seria um insulto aos paradigmas firmados por uma sociedade machista e controlada pelos homens.

As relações históricas que envolveram as mulheres, sempre foram pautadas em condições que traduziam costumes patriarcalistas, e consequentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino. O papel das mulheres estava bem definido. Responsabilizadas pela educação dos filhos, pela coesão familiar e por todos os afazeres domésticos, as mulheres estavam distanciadas do mercado formal de trabalho (LUZ; FUCHINA, 2009, p.1).

Acontecimentos nos diferentes campos foram tendo forte influência, no que diz respeito à visão construída sobre a mulher em um mundo que, durante muitos anos, foi dominado pelos homens. Esse modelo de sociedade foi sofrendo transformação devido às leis e a própria dinâmica estabelecida, perante os interesses políticos e econômicos mundiais e também no âmbito do nosso país. “A inserção da mulher no mercado foi marcada por um período de preconceitos e dificuldades” (ASSIS, 2009, p. 2).

A Primeira e Segunda Guerra Mundial foram episódios que trouxeram mudanças substanciais na dinâmica da sociedade; uma vez que a saída e o distanciamento dos homens dos lares, proporcionou às mulheres a oportunidade de inserção no mercado formal assumindo posição essencial no sustento da casa. Além disso, a introdução das tecnologias, o crescimento do comércio e da indústria, o desenvolvimento das grandes cidades, foram fatos marcantes para que houvesse mudanças tanto nos modos de produção, atingindo

assim o mercado de trabalho; quanto na concepção das pessoas em relação à mulher e de suas possíveis contribuições para o crescimento da sociedade.

Tudo iniciou com as I e II Guerras Mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Mesmo com estas conquistas algumas explorações continuaram a existir. Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço (PROBST, 2003, p.1).

Com a presença no campo produtivo, a mulher deu início a um caminho árduo de lutas em busca da equidade com os homens em relação aos direitos trabalhistas, mas também àqueles vinculados à cidadania. A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 16 dispõe no seu capítulo I, a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos no seu Art. 5º inciso 1 que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Ainda tendo muitos entraves a serem transpostos, foram surgindo os movimentos feministas, mudanças na lei, reflexos positivos da atuação da mulher no mercado formal e outros. Dessa forma, a Mulher passou então a participar de maneira ativa da dinâmica social e a contribuir efetivamente na sociedade, tendo direitos e deveres legalizados nos mais diversos campos de atuação. Com a conquista do voto, atuação em vários cargos que antes eram chefiados somente pelos homens; a mulher conquistou seu espaço e consolidou sua competência durante um processo de árduas batalhas. Hoje, é reconhecida por sua história de lutas e desmistificações ideológicas, comprovando atuações inquestionáveis, tanto na vida pessoal quanto profissional.

Muitas foram às lutas no Brasil em prol da questão de gênero, no sentido de consolidar a consciência coletiva voltada ao reconhecimento da mulher. Garcia (in BORBA 1998, p.173) relata que “o termo gênero refere-se construção social de homens e mulheres, que são educados e socializados de maneira diferente, criando oposição, e às vezes até mesmo antagonismo”.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores (PT) deve receber destaque; uma vez que contribuiu para o avanço das discussões e movimentos em favor da equidade dos direitos e da atuação da mulher com liberdade e cidadania, numa sociedade que foi liderada por homens.

As políticas públicas voltadas à mulher vêm crescendo constantemente. As ações direcionadas a atender esse público se convertem em projetos e programas governamentais que levam em consideração o desenvolvimento da região, os arranjos produtivos locais (APLs), a história de vida e as expectativas afloradas por essa população. Com isso, percebem-se iniciativas do governo, no que diz respeito ao atendimento daquelas que se encontram em situação de carência, nas diversas esferas da vida.

O Programa Mulheres Mil surgiu após uma parceria firmada entre o Brasil e o Canadá, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2007 com o objetivo de promover a equidade através de um Intercâmbio de Conhecimento com financiadores e executores dos dois países.

Por parte do Brasil, a presença da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica. Do lado do Canadá, a Association of Canadian Community Colleges (ACCC), a Canadian International Development Agency (CIDA) e os Colleges Canadenses. Durante esse processo, houve a presença fundamental do Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF), como também dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e, de 13 estados brasileiros localizados nas regiões Norte e Nordeste do nosso país. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. (BRASIL, 2011, p. 3)

O pacto realizado entre os dois países foi pautado na parceria com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), através de um trabalho bem estruturado, organizado e desenvolvido pelos Community Colleges Canadenses. Os referidos Colégios realizam trabalhos que têm como foco, o atendimento a populações carentes e desfavorecidas, aplicando um Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP).

O sistema contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar capacitada para encaminhar o alunado não-tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados (BRASIL, 2011, p.4).

De acordo com Hofling (2001, p. 30-31), o foco das políticas públicas no âmbito social engloba as ações desenvolvidas em prol de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc. Então, há implementação de um projeto de governo através de ações voltadas para alguns setores específicos da sociedade que necessitam de sustentação e solidez.

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, foram discutidos vários eixos das políticas públicas. São eles: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso

Escolar; Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação; Financiamento da Educação e Controle Social. A articulação e estreitamento entre esses pontos principais são de suma importância para a construção de um sistema articulado de educação.

A articulação entre justiça social, educação e trabalho que leve em consideração a inclusão, a diversidade e a igualdade - precisa ser mais do que uma frase retórica. Em uma sociedade democrática, ela se cumpre por meio da vivência cotidiana da democracia, do exercício da cidadania – e representa a participação de um número cada vez maior de pessoas, de forma equânime –, da garantia dos direitos sociais (dentre eles, a educação), da justa distribuição de renda ou riqueza (CONAE, 2010, p. 98).

Nesse sentido é que deve haver a implementação de políticas públicas educacionais articuladas e estruturadas, respeitando as diferenças, mas viabilizando o que é de direito dos cidadãos. O Programa Mulheres Mil está inserido no Plano Brasil sem Miséria, no Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e também no III Plano Nacional de Políticas Públicas do Governo Federal. Integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esta pode ser entendida como:

[...] um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que são insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 36).

Faz-se necessário então conhecermos um pouco sobre cada uma das políticas do governo, onde o Programa Mulheres Mil está contemplado. Nesse sentido, o Brasil sem Miséria é um projeto que busca atender às pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e que ganham renda mensal ínfima.

O objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. O Plano Brasil Sem Miséria é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros (BRASIL, 2014. p. 1).

O Plano Plurianual (PPA- 2012/2015) é um plano de ações do Governo realizado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de investir em programas de mais desenvolvimento, igualdade e participação nas diversas regiões do Brasil.

O Programa Mulheres Mil é um programa destinado às mulheres com idade a partir de 16 anos. Possibilita que “moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes

dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica”. BRASIL (2014, p.1). Apresenta também como objetivos: a elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade. Entre as metas estabelecidas estão: a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoções da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental.

O Programa Mulheres Mil apresenta se como uma política inovadora, uma vez que mostra a intenção de trabalhar o empoderamento da mulher, oportunizando a qualificação profissional através de cursos ofertados, como também o favorecimento e inserção no mundo do trabalho. Nessa dimensão, o empoderamento está diretamente ligado às oportunidades e a força da mulher como cidadã, capaz de contribuir e transformar o contexto social, sendo parte importante e efetiva da sociedade.

O Programa Mulheres Mil também pretende proporcionar-lhes uma formação humana que fomente sua emancipação e seu empoderamento. Desta forma, a metodologia aplicada no programa está firmada na concepção de uma educação como prática de inclusão social, de construção da cidadania e de emancipação dos sujeitos (RIBEIRO, 2013, p. 43).

Nesse sentido, as mulheres participantes do programa têm a oportunidade de atuação efetiva e igualdade de gênero, melhoria da qualidade de vida, possibilidades de impulsionar negócios.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e o Pacto Global (2008, p.1), os princípios de empoderamento das mulheres são sete:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

A oferta dos cursos deve seguir os eixos centrais do programa: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Falar em desenvolvimento é conceder aos cidadãos o acesso ao conhecimento, através de uma educação de qualidade e equidade dos direitos, respeitando as diferenças e potenciais dos indivíduos, dos grupos e das comunidades. Além disso, o desenvolvimento local também deve ser respeitado e valorizado, uma vez que cada realidade apresenta suas especificidades e traz em sua essência elementos históricos, culturais, econômicos, religiosos e sociais.

Corroborando com essa visão, Dowbor (2006, p. 4) fala que:

Cada localidade é diferenciada, segundo o seu grau de desenvolvimento, a região onde se situa a cultura herdada, as atividades predominantes na região, a disponibilidade de determinados recursos naturais, as soluções terão de ser diferentes para cada uma. E só as pessoas que vivem na localidade, que a conhecem efetivamente, é que sabem realmente quais são as necessidades mais prementes, os principais recursos subutilizados e assim por diante. Se elas não tomarem iniciativas, dificilmente alguém o fará para elas.

O Ministério da Educação criou um novo modelo de educação profissional e tecnológica, estruturado e organizado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), Escolas Agrotécnicas, mais tarde transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Hoje, os Institutos Federais estão presentes em todas as regiões do país.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Projeja (BRASIL, 2010, p. 6).

A rede federal de educação profissional e tecnológica expõe delineamentos que se referem à qualificação profissional, sem deixar de priorizar a formação humana global. Nesse sentido, os cursos ofertados para todos os níveis de ensino pelos Institutos Federais, projetam um olhar para o mundo do trabalho com o objetivo de atender também às classes menos privilegiadas.

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e

tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual (PACHECO, 2011, p. 12).

“Os marcos regulatórios da rede federal de educação profissional foram traçados no ano de 1909 pelo Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha” (OTRANTO, 2010, p.91). Esse surgimento das escolas federais aconteceu para responder questões de ordem política e econômica. Primeiro surgiu as Escolas de Aprendizes Artífices, a qual deu origem à rede federal que resultou nas Escolas Técnicas, depois nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Com o passar do tempo à rede federal foi se configurando e conquistou lugar importante na história da educação brasileira. A autora relata ainda que “Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. ” O desenvolvimento dos Institutos Federais pelo Brasil vem crescendo a cada ano, pois no período de 2002 a 2010, o governo federal sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva criou novos campus em várias regiões do território brasileiro. Em 2010, a presidenta Dilma Rousseff deu continuidade ao trabalho do ex-presidente e instituiu mais campus em todo o país. No período de 2011 a 2014 estão previstos a criação de 208 novos campi.

O MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade. (BRASIL, 2015. p.1).

Nesse sentido, os Institutos Federais apresentam se como instituições de ensino com papel relevante no cenário da educação brasileira, pois os mesmos têm a função de formar indivíduos, integrando e articulando ciência, cultura, tecnologia e outros conhecimentos específicos.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste (PACHECO, 2011, p. 16).

A função social exercida pela educação profissional e tecnológica é relevante, como política pública pautada no crescimento social e econômico do país. É, pois, função

substancial dos Institutos Federais atuarem a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. É nessa perspectiva que o programa Mulheres Mil almeja consolidar se; ou seja, desenvolver uma política estruturada e articulada, visando estabelecer uma correlação entre cidadania e mundo do trabalho. Nesse contexto, os arranjos produtivos locais devem ser enfatizados e retroalimentados por ações que estabeleçam um equilíbrio entre as necessidades do indivíduo e as mudanças surgidas ao longo da história.

As políticas voltadas para a educação profissional devem dialogar com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. Pois a estrutura multicampi permite aos institutos federais a sua vinculação com a região em que está inserido, permitindo respostas efetivas aos anseios da comunidade. Desta maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridas no cenário local e regional. Tal característica permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo a vocação da região, gerando maior inserção da mão-de-obra qualificada e incremento de novos saberes (BRASIL, 2008, p. 48).

Assim, para que uma política pública seja efetivada faz-se necessário conhecer o contexto no qual irá se desenvolver, pois cada realidade apresenta elementos novos de ordem social, econômica, cultural, política, entre outras. Com isso, a execução de uma política em longo prazo, como é o Programa Mulheres Mil, engloba determinantes que influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento das ações, recursos, estratégias, avaliações.

São inúmeros os desafios para o desenvolvimento desse programa. Iniciado nas regiões Norte e Nordeste como experiência piloto foi se expandindo e hoje está presente em todo o território brasileiro, através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, um grande desafio é estabelecer o diálogo e adaptar a metodologia desenvolvida no Programa Mulheres Mil para as realidades, sem perder de vista os eixos estruturantes do programa citados anteriormente, os quais são: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

O Programa Mulheres Mil apresenta uma preocupação com a inclusão social. Nessa perspectiva há oferta de formação, através de capacitações para a inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente melhoria da qualidade de vida das mulheres e das suas comunidades. Com esse intento, é importante elucidar a diferença entre os termos mundo do trabalho e mercado de trabalho.

Quando nos referimos à educação voltada ao mercado de trabalho, falamos de força de trabalho, da relação compra e venda ou ainda da lei da oferta e da procura. Ou seja, tratamos das relações econômicas existentes entre indivíduos, grupos, setores, comunidades e sociedade em geral. Nesse sentido, a educação passa a ser um produto vinculado diretamente aos anseios do sistema capitalista.

A ideia da educação tem apenas um caráter mercadológico, aliada a uma visão imediatista, pela qual os resultados precisam aparecer a curto prazo. O desenvolvimento humano passa a ser visto como mais um número, sem considerar o contexto social, as interferências culturais e políticas e, ainda pior, sem uma ação efetiva de emancipação (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p. 158).

Falar e discutir sobre educação para o mundo do trabalho perpassa por dimensões mais amplas e profundas, onde as diversas mudanças nos modelos de produção apresentam-se diretamente ligados à educação e ao trabalho. Não se trata de falar apenas em qualificação, mas de pensar no indivíduo, nas suas potencialidades, na sua postura enquanto cidadão e trabalhador. Carvalho (2003, p. 17) diz que “não se pode falar em qualificação, sem a integração entre potencial do indivíduo e qualificação do posto, pois não pode haver ruptura entre formação e trabalho, entre a aprendizagem e a prática do trabalho”.

É com o olhar no mundo do trabalho que a política do Programa Mulheres Mil foi implementada, estabelecendo um *feedback* entre o conhecimento adquirido nos cursos oferecidos com as necessidades demandadas por cada contexto, no qual as mulheres estão inseridas. Assim, devem ser enfatizadas as relações, as trocas de experiência e os sentidos atribuídos por essas educandas ao mundo e à sua identidade enquanto cidadã; onde os saberes pessoais, culturais, sociais e escolares devem atingir as necessidades humanas.

Os olhares de como fazer educação se modificam; incorporam-se os saberes escolares, sociais, trajetórias pessoais, experiências profissionais, suscitando não apenas os programas prontos e definitivos, mas, sim, as diversas dimensões da formação humana (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p.166).

A metodologia do programa apresenta uma preocupação específica da política de Acesso, Permanência e Êxito, a qual prioriza temas transversais que são importantes para a formação cidadã, como: saúde, elevação da autoestima, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, falar em cidadania e desenvolvimento humano é direcionar as ações no mesmo caminho, respeitando toda a dimensão histórica dos indivíduos, mas acima de tudo, oportunizando a vivência efetiva dos direitos por todas as pessoas.

Finalmente, a comunidade dos cidadãos só será construída a partir de um imaginário coletivo, que ainda encontra na nação seu referente principal, embora este seja cada vez mais compatível com a profunda identificação do cidadão tanto com sua cidade quanto com o sistema globalizado. Este imaginário só pode ser construído, coletivamente, a partir de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e sustentável, que diferentemente dos anteriores, coloque democracia como diretriz e a inclusão social como pré-requisito (FLEURY, 2005, p. 34).

O Programa Mulheres Mil destaca a importância de desenvolver ações, estabelecendo uma relação direta com os arranjos produtivos locais. Esses devem ser entendidos como elementos importantes para fortalecer e consolidar parcerias com instituições públicas, vislumbrando uma formação coerente com a realidade de cada região (estado, município, bairro). Essa iniciativa possibilita a inserção das mulheres participantes do programa no mundo do trabalho. O Guia de Acesso, Permanência e Êxito diz que “no itinerário formativo também deve estar prevista a estruturação de alternativas como forma de contemplar os arranjos produtivos locais e as organizações econômicas solidárias” (BRASIL, 2014, p.25).

Todas as formas de parcerias e apoio por parte da sociedade em geral, são de grande valia para estruturar melhor a instituição ofertante e atender as demandas surgidas por parte do programa e das mulheres participantes. As beneficiárias criam expectativas e apresentam uma diversidade de elementos delineadores dos trabalhos a serem realizados, os quais estão relacionados com o desenvolvimento do município (comércio, indústria, instituições, etc.).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público (BRASIL, 2012. p.1).

As instituições ofertantes são os Institutos Federais da rede de ensino técnico do Governo Federal do Brasil e os Serviços Nacionais de Aprendizagem - SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Entre os parceiros demandantes, estão o Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Turismo, o Ministério da Defesa e as Secretarias Estaduais de Educação.

O Pronatec oferta vários tipos de curso, objetivando atender as necessidades de diferentes cidadãos. São três tipos de curso:

- Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano;
- Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano;
- Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses (BRASIL, 2012. p.1).

Na perspectiva de qualificação profissional, e que pode-se definir o Programa Mulheres Mil, o qual foi integrado ao Pronatec no início de 2014, quando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC)

firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

Os programas de educação profissional e tecnológica (EPT) desenvolvidos no âmbito da Rede Federal de EPT e articulados à oferta de cursos FIC poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa - Formação Trabalhador, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do Secretário da SETEC/MEC (BRASIL, 2013. p.3)

O Pronatec surge muito pensado no sentido da qualificação, ou seja, direcionado e preocupado com a capacitação rápida, não suficiente para uma verdadeira qualificação, com foco no mercado de trabalho. Mas hoje, o programa integra muitas políticas públicas incluindo: as pessoas ligadas à geração de emprego e renda do bolsa-família, trabalha a questão do aumento da escolaridade do ponto de vista da formação técnica, a obrigatoriedade de qualificação para as pessoas receberem o seguro-desemprego. Essas características elencadas mostra uma preocupação com os indivíduos no que tange a busca constante pela qualificação do trabalhador, objetivando assim, uma prática que responda às necessidades do mundo do trabalho. Dentre os objetivos e iniciativas do programa, existe a preocupação em “aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional” (BRASIL, 2011. p.1).

Desse modo, o Pronatec incorpora indivíduos de diferentes classes intelectuais, desde aqueles que não tiveram acesso à escola, aos que possuem ensino fundamental ou médio incompleto, aqueles que já concluíram essas etapas e até profissionais capacitados (graduados e pós-graduados) que, muitas vezes, veem no programa a oportunidade de vivenciar o que a universidade não fornece: a prática, devido à ênfase dada às aulas teóricas.

Por apresentar diversos aspectos no seu formato a proposta do Pronatec é interessante, porque apresenta um dualismo no que se refere aos cursos ofertados. Nesse sentido, o programa apresenta cursos em algumas áreas, em que temos mestres e doutores participando; enquanto que por outro lado temos cursos pobres para pobres. “Algumas turmas são exclusivas para determinados públicos e outras são compartilhadas ou mesmo abertas” (BRASIL, 2011. p.1).

3.3 Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Câmpus Salinas

Como instituição pública de educação o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Câmpus Salinas é reconhecido como uma área de abrangência constituída de 126 municípios distribuídos em 03 regiões do estado (Norte de Minas, parte do Noroeste e parte

do Jequitinhonha). O Instituto Federal está situado em Salinas, na Fazenda Varginha, km 02, Rodovia MG – 404, Zona Rural. O município possui uma área de 1.891,33 km, com população de 37.234 habitantes.

Os Institutos Federais têm como finalidade contribuir significativamente para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região, produzindo conhecimentos e preparando cidadãos que desempenhem papel de liderança intelectual e profissional. Neste sentido, de acordo com a Lei 11 892/08, artigo 6º dentre as finalidades e características os Institutos Federais devem:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (IFNMG, 2013, p.69).

Sendo assim compreende-se que a missão do IFNMG - Câmpus Salinas é oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino com base nas premissas de integração entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento sustentável, atuando no crescimento local e regional.

Na perspectiva de capacitar profissionais para o mundo do trabalho e investir no fortalecimento da cidadania e da justiça social, pretende-se através do desenvolvimento do Programa Mulheres Mil, uma efetiva ação junto às mulheres e aos bairros onde as mesmas residem, melhorando em ambos os índices de vulnerabilidade social e econômica. Assim, o ganho não será somente para as mulheres, mas também para as comunidades de bairro e sociedade salinense, pois essa política tem como uma das metas a valorização e qualificação das mulheres enquanto cidadãs.

O funcionamento efetivo do programa Mulheres Mil no Câmpus Salinas aconteceu no ano de 2012. Proporcionou qualificação profissional a 100 mulheres da cidade de Salinas, com o objetivo de oportunizar cursos em que os conhecimentos específicos e gerais adquiridos pudessem influenciar para a empregabilidade, capacitando-as para o mundo do trabalho, aumento da renda familiar, resgate da cidadania por meio da educação inclusiva e empoderamento da mulher.

Nesse sentido, buscou-se entender as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que por sua vez é uma das principais metas do Programa, foram assistidas moradoras dos seguintes bairros da cidade de Salinas: Casablanca, São Fidelis, Alto Casablanca e Vila Aparecida. Esses são bairros de periferia onde uma parte significativa da população salinense reside. Esses locais possuem um contexto de carência no que tange vários aspectos, principalmente, a questão econômica.

Intitulado Mulheres que Brilham, o programa iniciou com duas turmas de 50 educandas totalizando 100 alunas, com a certificação de 87 beneficiárias. Os cursos ofertados foram: Conservação e Manipulação de Alimentos e Confecção de Bijuterias. No ano de 2013, o Programa ofertou os cursos de Secretária do Lar e Artesanato em Fibras de Bananeira para o mesmo número de mulheres.

Os cursos desenvolvidos apresentam uma grade curricular fundamentada e articulada com conteúdos pertinentes e importantes para aquisição dos conhecimentos e atuação de qualidade das educandas no mundo do trabalho. Vale ressaltar que dentro do programa, estão presentes disciplinas que contextualizam temas e questões fundamentais à construção da cidadania. Entre elas pode-se elencar: direitos/deveres da mulher, saúde da mulher, conhecimentos na área de informática, relações interpessoais, questões ligadas ao meio ambiente e outras. Com a preocupação de promover uma formação mais profunda e sensível às questões do ser humano,

O Programa Mulheres Mil apresenta cursos com uma grade curricular preocupada em contextualizar temas transversais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2014, p.3).

Sabe-se que o foco do Programa são as mulheres, contudo, as consequências geradas por essa política devem atingir também, de maneira significativa as famílias das beneficiárias, amigos e todos que se encontram inseridos no contexto local. O intuito é capacitá-las para que tenham acesso ao mundo do trabalho, do mesmo modo que recebam informações necessárias para uma atuação mais consciente, autônoma e crítica diante dos afazeres do cotidiano, das atividades laborais e da postura como cidadã.

O módulo de permanência e êxito do programa Mulheres Mil consiste em:

Em um conjunto de ações multidisciplinares direcionadas ao atendimento das educandas, pautado ao atendimento em um processo sistêmico, estratégico e planejado, capaz de favorecer o desenvolvimento integral das educandas, de seus familiares e da sua comunidade em que vivem (BRASIL, 2014, p.26).

“Dentre os objetivos do programa podemos evidenciar: viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo do trabalho.” (BRASIL, 2014, p. 26). Diante disso, consolidando o desenvolvimento dessa política pública, o Câmpus Salinas assegurou a colaboração do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Prefeitura Municipal de Salinas – MG, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Polo de Inovação Tecnológica de Salinas/Sectes, Associação Comercial, Industrial e Serviços de Salinas, Secretaria de Ações Governamentais.

A colaboração das parcerias foi iniciada no ano de 2012. A prefeitura Municipal de Salinas, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Assistência à Mulher têm importante papel nessa relação, através do CRAS e do CREAS porque fornece suporte de dados com relação à demanda existente das mulheres do município que vivem em situação de extrema pobreza e superação dessa situação. Esses dados são fornecidos pelo Cadastro Único que apresenta a lista de pessoas que vivem com a renda inferior a setenta reais chegando até a um salário mínimo e meio. Diante disso, a prefeitura através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Assistência à Mulher busca inserir essas mulheres nos programas sociais ofertados pelo governo federal, sendo o Programa Mulheres Mil um desses, o qual se apresenta no momento em discussão.

As iniciativas dos governos locais sugerem estar em curso um processo de reconstrução do Estado no Brasil, marcado pela presença de parcerias entre Estado e sociedade civil e internas ao próprio Estado, assim como pela emergência de novos arranjos institucionais (FARAH, 2001, p.119).

Um fator importante é a escolha dos cursos que são oferecidos pelo programa. Nesse sentido, há uma participação efetiva das mulheres, onde as quais são informadas sobre os cursos disponibilizados pelo governo, tendo a oportunidade de opinar e expressar seus pensamentos e anseios através de reuniões frequentes. Esse fato é de extrema importância porque sabe-se que em uma política pública deve existir a participação efetiva das pessoas que serão beneficiadas; pois ouvir as necessidades e expectativas da população é essencial para que o desenvolvimento do programa tenha êxito e realmente transforme a vida dos indivíduos. Corroborando com Santos e Ramalho (2011, p.3): “a participação social exige iniciativa, pois é essencial que o cidadão opine e participe efetivamente das políticas, ações e serviços públicos dos quais são beneficiários”.

Existe a preocupação em oportunizar essa qualificação profissional na busca, entre outros objetivos, de inserir essas mulheres no mundo do trabalho de maneira que a participação nos cursos desperte nesse público o empoderamento, a Melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento de diversas habilidades e conhecimentos que poderão ser aplicados no cotidiano e nos locais de trabalho.

Pode-se compreender o trabalho como uma atividade humana que faz uma relação direta com o ambiente onde o homem vive, de modo que este ambiente é transformado por meio das ações desenvolvidas pelo próprio homem. Segundo Castro (2013, p. 125) “[...] é pelo trabalho social que o homem se constitui. A produção humana é sempre social e constrói o modo de ser da sociedade. Os homens, portanto, organizam-se em sociedade para produzirem suas condições de vida e conseqüentemente se constroem”.

Desde tempos remotos, pode-se referenciar o trabalho humano na busca da sobrevivência através da caça e da pesca, a extração de minerais, as atividades agropecuárias, o artesanato, a construção de moradias e outras. Com o passar dos tempos, as invenções tecnológicas e criações de fábricas geraram grandes transformações. A evolução do trabalho trouxe-nos a uma nova realidade: o chamado pós-modernismo e o trabalho neste período já não era puramente uma atividade humana. Estava diretamente interligado aos avanços científicos e tecnológicos, que aconteciam por meio de máquinas, equipamentos e computadores. Cruz (2008, p. 22) fala que “o trabalho não é mais vocação para toda a vida. Não é mais fundamento ético da sociedade ou eixo ético da vida individual”.

Hoje, diante de tantas mudanças, a participação política da sociedade é essencial. Nesse sentido, a mobilização dos indivíduos faz-se necessária e, os sindicatos, é uma forma de agregar força no que se refere aos direitos dos cidadãos, à liberdade de expressão, à busca pelo bem comum; um espaço onde se têm a discussão de ideias e pensamentos em busca de atender os anseios da classe, do coletivo. Isso se dá pela constante transformação do trabalho e das incertezas geradas pelo sistema capitalista. A voz do povo, em especial da classe trabalhadora deve ser priorizada e reconhecida, pois deve existir uma comunhão entre as necessidades da população e as ações políticas. Assim, teremos uma sociedade justa, igualitária e cidadã. Cruz (2008, p. 22) ainda relata que “a vida do trabalho hoje está saturada de incertezas e que o papel central da classe trabalhadora não é reconhecido na transformação da sociedade”.

Na verdade, o trabalho teve visões que convergiram/divergiram ao longo da história da humanidade e esteve sempre atrelado aos modos de produção presentes nos diversos contextos históricos. Diante desse quadro deve existir uma coesão entre as necessidades dos cidadãos e as políticas públicas elaboradas e desenvolvidas para a sociedade, levando em consideração as especificidades de ordem social, cultural e econômica que cada localidade apresenta.

3.4 Trabalho, educação e capitalismo: desafios para a qualificação profissional

A relação entre trabalho, educação e capitalismo é visível quando estuda-se a trajetória histórica da sociedade mundial. As transformações ocorridas no mundo, nas diversas áreas do conhecimento desencadearam uma dinâmica de mercado atrelada aos interesses de quem detém o poder e, nesse sentido, os indivíduos passaram a viver em função do capital. Com o progresso das descobertas tecnológicas, o tempo livre que poderia ser aproveitado para desempenhar atividades na formação humana, direcionados à liberdade, criatividade e aos valores éticos passou a ser o vilão, fortalecendo a ociosidade do tempo do não trabalho e provocando o desemprego.

Todavia, a extraordinária produtividade que o novo padrão tecnológico e organizacional propicia e que leva à redução do tempo de não trabalho tem evidenciado, sobretudo, a sua negatividade, pois a redução da jornada de trabalho não gerou tempo livre, mas, ao contrário, tem se convertido apenas, em tempo de não trabalho. Isto tem significado a exclusão de contingente cada vez maior de trabalhadores do acesso ao trabalho e, por consequência, do controle do tempo de não trabalho (CARVALHO, 2003, p. 16).

No sistema capitalista, excludente e impessoal, os elementos que o fortalecem cada vez mais: o acúmulo de capital, a centralização de poder, o jogo de interesses, a concorrência, as exigências do mercado, a busca contínua por profissionais qualificados, em detrimento da maioria dos trabalhadores que não tem acesso ao trabalho, as exigências de assumir postos e desempenhar funções, a crescente dinâmica dos processos tecnológicos e o avanço da eletrônica tornam-se decisivos e implacáveis.

De fato, o sistema capitalista não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho na sua subordinação estrutural ao capital. Elas são necessariamente interpostas entre indivíduos e indivíduos, assim como entre indivíduos particulares e as suas aspirações, virando os últimos de "cabeça para baixo" e "às avessas", de forma a conseguir subordiná-los a imperativos fetichistas do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2007, p.128).

Mesmo vivenciando esse quadro, não pode-se negar que os indivíduos possuem uma historicidade e riqueza inigualável. Trazem consigo uma trajetória, sustentada culturalmente e permeada de elementos políticos, econômicos e sociais.

Em contrapartida, não se deve vincular o desenvolvimento de um país apenas aos investimentos em educação; ou seja, maior educação maior renda. Ficamos limitados quando pensamos dessa maneira, porque a formação humana perpassa dos conhecimentos adquiridos nas salas de aula, nos cursos de capacitação e qualificação que as instituições oferecem; pois o capital humano vai muito além de obter bons salários e crescimento econômico.

Não há dúvidas que a educação é em parte organizada para produzir trabalhadores treinados para atender a demanda dos empregadores. De fato, há fortes evidências de que a escola produz os trabalhadores mais preparados para a estrutura de produção capitalista (ALMEIDA; PEREIRA, 2000, p.3).

Pensando na perspectiva que o capital humano deve ser contextualizado e entendido em uma visão mais ampla de formação humana, é que se faz necessário a valorização do potencial inerente aos indivíduos, da própria identidade e de suas experiências enquanto ser histórico, capaz de agir e redimensionar suas ações diante do contexto social, político, cultural, econômico. Oliveira (2001) relata que o ser humano é histórico e que vive em uma realidade permeada de determinantes, os quais são reconstruídos a cada instante, diante das mudanças nos diversos campos.

Nesse sentido, o capital humano está presente no Programa Mulheres Mil quando qualifica as mulheres, porém somente isso não responde à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. A política do programa enfatiza a inserção ou reinserção das mulheres no mundo do trabalho, através dos cursos ofertados. Nisso, há capital humano envolvido porque a perspectiva é ter um feedback positivo em relação a oportunidades efetivas de trabalho, além disso o contexto da política do Programa Mulheres Mil apresenta e desenvolve ações almejando uma conjuntura mais profunda no que diz respeito à formação humana, envolvendo elementos essenciais como: a história de vida de cada participante, valores, conhecimentos globais, cidadania, empoderamento da mulher e outros. Esses princípios são também capital humano e nesse sentido corroboramos com Pereira (2008, p. 6) quando ele diz: “[...] vale lembrar que essa expressão “capital humano” reúne em si os conceitos de Educação, Inovação, Criatividade e Conhecimento, entre outros aspectos intangíveis”.

O Programa Mulheres Mil vem transpor a ideia economicista da educação porque nos cursos vemos presentes, através da grade curricular, disciplinas que abordam conteúdos relevantes para a formação global das mulheres. Os conhecimentos absorvidos durante as aulas transpõem as especificidades dos cursos e oportunizam as educandas a exercerem uma postura de cidadãs. Filho (2010, p.6) relata que “o capital humano em educação transcenderia a ordem economicista e alargaria o seu campo de possibilidades para a formação do indivíduo e para a sua atuação na sociedade”.

Nesse sentido, a formação das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil engloba muitas metas. Então nesse momento a preocupação do programa é quanto à inserção das discentes no mundo do trabalho, através da qualificação profissional. A qualificação tem suas raízes na teoria do Capital Humano, quando Schultz dizia que quanto mais o trabalhador fosse qualificado, maior seria seu salário. Para ele, a instrução era essencial para a formação de capital humano. Nesse contexto, existem outras

concepções sobre a qualificação; podemos lembrar aqui do modelo taylorista/fordista, onde segundo Manfredi (1999, p.18) “[...] a qualificação é concebida como sendo "adstrita" ao posto de trabalho e não como um conjunto de atributos inerentes ao trabalhador”.

O modelo taylorismo/fordismo surgiu no início do século XX. Eram formas de organização dos modos de produção industrial que marcaram a história, os quais priorizavam a racionalização da produção e a maximização do lucro. Nesse âmbito, a sistematização e o tempo eram primordiais, porque as especialidades tinham destaque no meio produtivo, pois os trabalhadores conseguiam desempenhar suas funções com maior qualidade e menor tempo. Assim, toda a história do trabalho foi marcada por modelos de produção, os quais desencadearam elementos que emergiram no contexto das sociedades, onde essas passaram a vivenciar processos evolutivos presentes no sistema capitalista no que se refere à qualificação, formação profissional, mercado de trabalho e tempo.

Existe uma polêmica a respeito da definição de qualificação devido à ausência de consenso em relação aos critérios a serem considerados para a formulação do seu conceito. Diante disso a literatura apresenta várias definições, as quais estão relacionadas à diversidade de fatores técnicos, sociais, políticos e ideológicos. As exigências do sistema capitalista vêm apresentando demandas de trabalhadores com um novo perfil para atuarem em postos de trabalho. A atuação no mercado de trabalho passou a exigir profissionais cada vez mais capacitados, com habilidades destacadas e dispostos a enfrentar os desafios do modelo de produção vigente que exige maior qualidade e avanço na produção.

Formar profissionais não é restringir a formação à absorção de conhecimentos estanques e vinculados às técnicas que atendem às demandas, mas sim, possibilitar o acesso ao conhecimento, à informação, oferecendo um contexto organizacional e com estruturas que fortaleçam a cidadania, a inclusão, a consciência crítica e o crescimento da sociedade de forma geral.

Em face da crescente difusão de um novo perfil de competências no mercado de trabalho, começa a perder sentido a dicotomia “educação-formação profissional” e a correspondente separação de campos de atuação entre instituições educacionais e de formação profissional. Trabalho e cidadania, competência e consciência, não podem ser vistos como dimensões distintas, mas reclamam desenvolvimento integral do indivíduo que, ao mesmo tempo, é trabalhador e cidadão, competente e consciente (CARVALHO, 2003, p. 150).

Nesse cenário a educação tem papel importante e pode contribuir significativamente. Percebe-se diante do que já foi discutido ao longo do texto, que as relações entre trabalho e educação estão imbricadas e, de certo modo são vistas na maioria

das vezes como interdependentes no processo de formação profissional. Isso só ocorre quando a educação é contextualizada e vivenciada vislumbrando a cidadania, a competência e a consciência dos indivíduos.

Isso significa que não podemos tratar a qualificação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores (LIMA; LOPES, 2005, p. 15).

O mercado de trabalho é outro campo que precisa de enfoque e aflora discussões por parte de muitos autores. Sabe-se que o sistema capitalista é excludente, injusto e imparcial e tem como foco o ganhar cada vez mais. As empresas hoje pleiteiam avançar na produção com qualidade, onde o aprimoramento é valorizado e diz respeito tanto às habilidades e capacidades dos indivíduos, os quais diante desse sistema necessitam apresentar um perfil de trabalhador diferenciado, quanto ao investimento e reposição de máquinas de última geração. Nesse sentido a educação, através dos sistemas de ensino aparece atrelada ao mercado de trabalho sendo muitas vezes sacrificada e aprisionada, buscando atender as exigências do sistema capitalista que dita regras e determina o ajustamento das pessoas a uma ideologia técnica e produtiva, que muitas das vezes transcendem a identidade humana.

O sistema de ensino é entendido assim como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aprimoramento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo (MARX; ENGELS, 2004, p. 15).

O fator tempo é importante e deve ser também lembrado nessas relações discutidas até o momento, pois é nele que a humanidade constrói a sua história. No tempo, as sociedades são construídas e transformadas através de uma dinâmica de mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas. Essa mutação acelerada nos diversos campos da vida afeta o cotidiano das pessoas, das comunidades e das sociedades de uma maneira geral, influenciando no aproveitamento do tempo individual e coletivo, causando consequências a curto e longo prazo. Rêses (2008, p.223) fala que “[...] não estamos próximos de uma sociedade do ócio ou do lazer, pelo contrário. Vivemos uma contradição que está se agudizando. Há uma redução horizontal e não vertical do trabalho, mas continuamos numa sociedade baseada no mercado”.

Nos dias em que vivemos, um exemplo deste fato é a introdução da automação e da informática na produção. É hoje inimaginável o quanto isto poderia significar no sentido de diminuir a jornada de trabalho efetivamente necessária para a reprodução da sociedade, aumentando assim o “tempo livre” dos indivíduos. A esfera da necessidade poderia consumir um tempo

de trabalho da humanidade infinitamente menor do que absorve hoje, e a esfera da liberdade poderia ser ampliada de modo significativo. O que isto significaria no sentido da emancipação humana é por si evidente (LESSA, 1996, p.15).

Formação profissional, qualificação profissional, educação, trabalho, mundo/mercado de trabalho e tempo estão intimamente ligados em um processo de retroalimentação importante. Porém, o tempo de trabalho e não trabalho contribui para avanços e/ou retrocessos da formação humana, onde o próprio homem tem o poder de decisão do contexto que realmente deseja viver. Esse poder está ligado à sua liberdade de expressão, conquistada com as lutas das classes em busca da autonomia de ideias, opiniões, pensamentos e ações. A participação efetiva e contínua dos indivíduos nas políticas públicas é importante e constitui um diferencial para construirmos cidadania com dignidade, igualdade, liberdade, responsabilidade e justiça, onde todos os direitos sejam respeitados e vivenciados vislumbrando uma formação humana plena.

4 METODOLOGIA

4.1 Contextualização do Programa Mulheres Mil e a relação com a metodologia da pesquisa

As políticas públicas direcionadas a atender grande parte da população brasileira foram tomando forma e se consolidando na busca de atender às demandas dos cidadãos mais carentes. Nesse sentido, essa pesquisa tem como foco o Programa Mulheres Mil, uma política pública implantada em 2007, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essa política foi desenvolvida, primeiramente como projeto piloto nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, sendo inicialmente executado nas regiões Norte e Nordeste, em 13 estados do Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Com a positividade das ações do programa, no ano de 2011 essa política foi expandida para todo o território brasileiro.

O Programa Mulheres Mil é uma política pública direcionada às mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa apresenta diretrizes desencadeadas pelos principais eixos do programa: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva o programa Mulheres Mil apresenta dentre as diretrizes: “Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres” (UNIFEM; PACTO GLOBAL, 2008, p.1).

O objeto desse estudo vincula-se às políticas públicas sociais, as quais vêm crescendo de maneira expressiva em nosso país desde o governo do presidente Luís Inácio

Lula da Silva, que esteve à frente da presidência do Brasil no período de 2003 a 2010. As ações governamentais objetivando iniciativas que melhorassem ainda mais a qualidade de vida dos brasileiros foram tendo continuidade com Dilma Rousseff, presidente eleita em 2010 e reeleita no ano de 2014.

O Programa Mulheres Mil é uma Política Pública nova e que ainda está se moldando diante das diversas realidades regionais e locais brasileiras, as quais apresentam contextos permeados de acontecimentos políticos, sociais, culturais, educacionais e econômicos diversos, que afloram efeitos positivos e negativos no que tange a implementação dessa política pública direcionada às mulheres carentes. Sendo assim, é imprescindível dizer que realizar um estudo nessa área e com esse foco é um desafio grandioso, pelo fato de não termos um rico referencial nessa área, pois existem poucas pesquisas sobre o Programa.

A presente pesquisa desenvolve-se no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Câmpus Salinas sob a ótica de conhecer, discutir e compreender o Programa Mulheres Mil, suas implicações, as mulheres participantes, as relações sociais e a sociedade local. Nesse sentido, esse estudo tem a intenção de fazer ciência. Esta tem o poder de descobrir e comprovar fatos que se apresentam às vezes perceptíveis e em outros momentos, ocultos. Segundo Gil (1999, p.27) “[...] a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. ” Diante desse contexto, esse estudo busca responder a seguinte pergunta: Até que ponto o Programa Mulheres Mil do IFNMG – Câmpus Salinas implica para a inserção das egressas no mundo do trabalho?

Essa investigação tem a intenção de absorver conhecimentos sobre o fenômeno a ser pesquisado, adotando uma estruturação, organização e desenvolvimento metodológico, trilhando assim o caminho da ciência, a qual contribui para o progresso do conhecimento humano nas diversas áreas, sendo aqui, as Políticas Públicas o campo em discussão. “Será chamada pesquisa científica se sua realização for um objeto de investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pela ciência. ” (MEDEIROS, 2004, p. 33).

O estudo é delineado por uma discussão/argumentação para atender aos seguintes objetivos: traçar o perfil sócio - econômico das egressas antes e após a certificação, identificar mudanças ocorridas quanto à renda das egressas após a conclusão dos cursos, relatar as melhorias ocorridas no trabalho e na vida diária, e propor uma metodologia de acompanhamento de egressas. Nesse sentido, esses objetivos coadunam com as metas do Programa, que tem como uma das preocupações inserir essas mulheres no mundo do trabalho melhorando conseqüentemente sua qualidade de vida. Diante dessa proposta, surgem alguns pressupostos que foram apresentados no início dessa investigação: O Programa Mulheres Mil oportuniza a inserção das mulheres no mundo do trabalho; Os

conhecimentos absorvidos nos cursos implicam na melhoria da renda familiar das egressas? Os cursos ofertados melhoram a atuação das alunas no trabalho que já desenvolvem e na vida diária?

4.2 O IFNMG – Câmpus Salinas e a atuação do Programa Mulheres Mil

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado por meio da integração do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Janaúria (CEFET-Januária) e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF-Salinas), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, o IFNMG agrega outros sete campi (Almenara, Araçuaí, Arinos, Pirapora, Montes Claros, e recentemente construídos, os campi de Diamantina e Teófilo Otoni, e da Unidade de Educação Profissional em Janaúba, vinculada ao IFNMG - Câmpus Montes Claros. (IFNMG, 2013).

O mapa abaixo mostra a área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.



Figura 1 – Área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Fonte: IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Disponível

em: <<http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/Media/estrutura/mapa.jpg>>. Acesso em: 21 de out. de 2015.

O Câmpus Salinas foi criado e conhecido inicialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, no dia 02 de setembro de 1953, por meio da iniciativa do deputado federal Dr. Clemente Medrado Fernandes, com o objetivo de atender às necessidades das atividades agrícolas da região.

Durante sessenta anos de história, a instituição recebeu várias denominações até se consolidar em Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Salinas. Atualmente o Câmpus possui cursos técnicos: integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio; cursos superiores: bacharelado em Engenharia de Alimentos e Engenharia Florestal; licenciaturas em: Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas; oferta também os cursos de Medicina Veterinária e Tecnólogo em Produção de Cachaça; cursos do E- Tec e Pronatec.

O Programa Mulheres Mil faz se presente no IFNMG- Câmpus Salinas desde 2012, quando foi implementado e formou as duas primeiras turmas de beneficiárias. Os cursos de qualificação oferecidos foram: Manipulação e Conservação de Alimentos e Confeccionador de Bijuterias, tendo cinquenta mulheres em cada turma, totalizando 100 alunas; das quais 87 foram certificadas. Nos anos posteriores o Programa ofertou outros cursos.

É importante destacar que essa qualificação atendeu mulheres residentes em bairros muito pobres do município de Salinas, além de que, esse público se enquadrava no perfil que o Programa. Nesse sentido, a Prefeitura da cidade, por meio do CRAS e do CREAS colaborou no que diz respeito aos dados referentes à situação socioeconômica das beneficiárias.

Assim, ter a oportunidade e o acesso à capacitação vislumbrando a empregabilidade, aumento dos conhecimentos, aquisição de novas informações, valorização pessoal, elevação da autoestima e da escolaridade, foram objetivos traçados durante o desenvolvimento dos cursos. Diante disso, as mulheres ingressaram no Programa com esperanças e uma enorme expectativa de conseguirem um trabalho e, conseqüentemente melhorarem as condições de suas vidas e de seus familiares.

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar o potencial produtivo n perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades (BRASIL, 2014, p.3).

O município de Salinas possui uma área de 1.891,33 km, com população de 37.234 habitantes. Salinas, localiza-se no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e é conhecida como a “Capital Mundial da Cachaça” pela tradição que tem em produzir cachaças de excelente qualidade, reconhecidas internacionalmente. A cidade também tem seu reconhecimento pela confecção dos doces cristalizados, requeijão, biscoitos e saborosos queijos.

No mapa a seguir, pode-se visualizar a região em que a cidade de Salinas está situada.



Figura 2 - Localização da cidade de Salinas no Norte de Minas
Fonte: IFNMG, 2013.

4.3 A pesquisa em seus aspectos qualitativos e quantitativos

Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa-quantitativa por entender e acreditar que a associação dos dois tipos de pesquisa oferece sustentação consistente no que tange à compreensão e comprovação mais profunda da realidade. Com isso, temos um estudo de métodos mistos, porque engloba elementos das duas abordagens, os quais se combinam fornecendo maior qualidade e veracidade aos fatos. Neste sentido Creswell (2007, p. 39) argumenta “..., os dados qualitativos e quantitativos podem ser unidos em um grande banco de dados ou os resultados usados lado a lado para reforçar um ao outro”.

Ao utilizar múltiplas abordagens, torna-se possível produzir trabalhos nos quais haja uma contribuição mútua das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes em relação aos problemas de pesquisa formulados, desde que sejam consideradas as particularidades inerentes aos princípios subjacentes a cada uma delas, objetivando obter benefícios significativos. (DAL-FARRA e LOPES, 2013, p.78).

A pesquisa qualitativa enfatiza a subjetividade dos sujeitos e suas relações, tendo um contato direto com os participantes e faz uma leitura do fenômeno utilizando o método indutivo, o qual conclui uma verdade geral a partir de casos particulares.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p. 26).

O entendimento do contexto deve está fundamentado em bases teóricas que sustentem o que é confirmado ou negado na investigação. Então a teoria e a prática, englobam as duas grandezas do processo de pesquisa que precisam estar interligadas num sentido amplo, onde tenhamos um grau significativo daquilo que estamos discutindo.

A grande questão que se coloca no campo científico é o grau de controle que podemos ter sobre o que apresentamos em cada uma dessas dimensões. Isso irá nos diferenciar dos discursos não científicos, já apontados, o senso comum e a ideologia (KIPINIS, 2004, p.16).

Já a pesquisa quantitativa está focada em números, pois sua compreensão e consolidação são realizadas por meio de quadros e gráficos. Nesse estudo, o questionário se apresenta como uma das técnicas utilizadas na coleta de dados que se aplicou com 61 beneficiárias, participantes das duas primeiras turmas do programa, o qual certificou um total de 87 mulheres. Nesse sentido a amostra utilizada no método quantitativo engloba um número bem maior de participantes, comparado ao método qualitativo do grupo focal, que também faz parte dos instrumentos usados nessa pesquisa, o qual totaliza 8 certificadas. Dessa forma, temos a análise e interpretação de dados qualitativos e quantitativos. Corroborando com Creswell (2010, p.41) “Em algumas formas de pesquisa, são coletados, analisados e interpretados tanto dados quantitativos quanto qualitativos”.

Segundo Gil (1999) questionário é:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (GIL, 1999, p. 128).

Esse método responderá aos objetivos da pesquisa, além de confirmar ou não os pressupostos apresentados no início do estudo. Porém, é imprescindível que o questionário seja feito com cuidado e sensibilidade às questões pertinentes, para uma melhor análise do fenômeno. Nesse sentido, é de suma importância que aspectos como: postura, comprometimento e perspicácia sejam uma constante durante a trajetória do pesquisador, principalmente no que se refere à elaboração das perguntas e à condução e aplicação das indagações.

No emprego dos métodos quantitativos precisamos considerar dois aspectos, como ponto de partida: primeiro, que os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações (GATTI, 2004, p. 13).

Os dados coletados através do questionário foram lançados no programa Excel, quantificados e analisados por meio de quadros e gráficos.

Tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) (TEXEIRA, ZAMBERLAN, RAISA, 2008, p. 47).

As ferramentas utilizadas para organizar as informações absorvidas são de extrema importância, porque por meio desses recursos a compreensão dos dados torna-se mais autêntica. Nessa perspectiva, optou-se pelo programa Excel.

O Excel é um programa que auxilia na análise e tabulação de dados, fornecendo os resultados quantitativos de maneira fidedigna. “O Excel é um aplicativo Windows que fornece ferramentas para organizar, analisar e interpretar dados.” (BERNAL e SILVA, 2012, p.4).

4.4 Descrevendo a metodologia de Pesquisa

4.4.1 Realização da pesquisa

Para a realização desse estudo de campo trilhou-se os procedimentos éticos de uma investigação. Inicialmente, agendou-se um horário com a direção do IFNMG - Câmpus Salinas para falar sobre a pesquisa e sua relevância. Na oportunidade, solicitou-se a liberação da instituição, por meio de Termo de Consentimento, presente no Apêndice A desse trabalho. O início das ações investigativas se deu no mês de outubro de 2014.

O primeiro passo foi ter acesso aos arquivos do programa, disponibilizados de maneira atenciosa pela coordenação e gestão. Assim, separaram-se todos os registros referentes às duas primeiras turmas certificadas no Câmpus, que realizaram os seguintes cursos: Manipulação e Conservação de Alimentos e Confeccionador de Bijuterias. Nos documentos se encontravam os questionários socioeconômicos preenchidos pelas educandas ao ingressarem no programa, como também o registro das alunas que concluíram os cursos, além de planos de curso, frequências e outras informações. Todavia, constatou-se que das cem mulheres que efetuaram matrícula e iniciaram a qualificação, oitenta e sete concluíram, tendo um número maior de certificadas no curso de Manipulação e Conservação de Alimentos.

Em posse desses dados, o primeiro momento da pesquisa foi realizar uma tabulação dos dados, evidenciando os principais elementos compreendidos no questionário, para posteriormente analisá-los e compará-los com a situação social atual e econômica das alunas após a certificação. Feita a organização das informações, estruturou-se o próximo

momento que foi estabelecer o contato com a Secretaria de Ação Social do município de Salinas.

A segunda fase da pesquisa de campo iniciou-se com a comunicação por telefone junto a Secretária de Assistência Social do Município. Na ocasião, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento para realizar a coleta das informações necessárias. O encontro aconteceu no próprio gabinete da secretária, por meio de uma entrevista breve, feita através de gravação, tendo como intuito conhecer o papel e atuação da Secretaria, através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), quanto à realização do Programa Mulheres Mil na cidade e, obter informações a respeito da realidade das beneficiárias, divulgação do programa e parcerias.

A terceira fase da investigação apresenta o processo de escolha da amostra dos sujeitos da pesquisa. A princípio, as participantes do questionário seriam todas as 72 certificadas, as quais tiveram seus dados tabulados. Ademais, após um período longo em busca de contatar com essas egressas, via telefone, muitas tinham mudado o número, endereço e algumas não residiam mais na cidade. Diante desse fato, optou-se em aplicar o questionário exposto no Apêndice D com todas as certificadas, que foi possível falar. Ao final das ligações realizadas, totalizou-se 61 egressas que se constituíram na amostra dessa fase da pesquisa.

A cada telefonema a pesquisadora identificava-se, esclarecia o porquê do contato, o objetivo do estudo e, principalmente, a importância da presença e participação das mulheres, quanto aos encontros que iriam ser feitos para o fornecimento das informações.

Após a realização das ligações, foi providenciada a estrutura (sala, transporte, motorista, lanche, impressão dos questionários) e outros recursos necessários para melhor recepção e acomodação das participantes. Assim que se organizou todo o aparato imprescindível para a aplicação do questionário, retornou-se às ligações para marcar o encontro com as egressas. O grupo das 61 certificadas foi dividido em duas partes, com o intuito de melhor atender aos horários e disponíveis expostos pelas alunas e de agregar o maior número possível de participantes.

Foi disponibilizado um micro-ônibus do próprio Câmpus com motorista para levar as mulheres até o local. Para facilitar o acesso das alunas, foram pré-estabelecidos pontos estratégicos próximos aos bairros que as mesmas residiam. A mestranda esteve no transporte durante todo o percurso, nos dois encontros marcados, desde a ida até o retorno. Esse fato ocorreu com o propósito de proporcionar mais atenção, seriedade e segurança para os sujeitos da pesquisa.

Os encontros para aplicação do questionário aconteceram no mês de abril, no Salão da Educação à Distância – EAD do Câmpus às 18h00min. Durante as duas reuniões

a mestranda organizou uma estrutura sequenciada para cada momento do encontro. Inicialmente foi dado à todas boas vindas e em seguida, explicou-se como iria acontecer o procedimento da aplicação do questionário. Após esclarecimentos, as participantes assinaram o Termo de Consentimento, presente no Apêndice B.

No primeiro encontro compareceram 24 mulheres das 31 convidadas e, no segundo, estiveram presentes 16 certificadas das 30 solicitadas. Sendo assim, as 21 egressas restantes responderam o questionário nas suas residências, por meio de uma visita pré-agendada pela pesquisadora.

No decurso de cada encontro, o questionário foi conduzido pela mestranda sendo lido claramente, pois dentro do universo das educandas existiam duas egressas que não sabiam ler. Após o término da aplicação do questionário, foi oferecido um lanche. É importante ressaltar que esse momento foi prazeroso para todas, além disso foram realizados registros fotográficos.

Àquelas egressas que não compareceram aos encontros, foram novamente contatadas via telefone e se dispuseram a receber a pesquisadora nas suas residências. Essa fase da coleta foi bastante trabalhosa e demorada; por outro lado enriquecedora, pois o contato direto da mestranda com a localidade (bairro) onde as mulheres moram contribuiu para uma reflexão, principalmente sobre as mazelas sociais e econômicas presentes na cidade de Salinas, como em todo o território brasileiro. Ao olhar o entorno dos lares visitados, percebe-se uma carência muito grande das questões básicas dos direitos de todo cidadão. Nesse sentido, boa parte das residências das certificadas ficavam situada em bairros distantes e perigosos, com casos de violência e furto. Somando a isso, as visitas para aplicar o questionário foram feitas à noite, entre o horário das 18h00min às 22h00min, devido à solicitação das participantes.

Vale relatar que em todas as casas visitadas, as alunas demonstraram receptividade, boa vontade em assinar o Termo de Consentimento e responder o questionário. Constatou-se ainda, que a maioria dessas mulheres vive uma realidade difícil, um dia a dia cheio de problemas e preocupações, mas o prazer em colaborar com a pesquisa e a compreensão de que esse estudo poderá contribuir para melhorar os cursos ofertados, foi uma constante na fala das egressas após responderem o questionário. Acrescenta-se a essas observações, que a presença da mestranda nas residências causou muita alegria e satisfação. Esse ocorrido pode ser explicado pelo fato dessas mulheres considerarem que estão sendo lembradas e valorizadas.

De posse dos 61 questionários respondidos, o próximo passo foi a tabulação das informações e a realização da análise e discussão dos dados. Dessa maneira, construiu-se um comparativo do perfil socioeconômico das egressas antes e após o término dos cursos.

Assim, os principais elementos da realidade social e econômica desse grupo foram pensados e discutidos, tendo um diálogo extremamente valioso com o aporte teórico.

Para alcançar informações mais profundas, no que tange à subjetividade dos participantes utilizou-se a técnica do grupo focal; por entender que o emprego desse método implica em um procedimento de discussão e expressão, o qual oportuniza o pesquisador captar elementos de extrema importância como: ideias, pensamentos, sentimentos, emoções, experiências que em outros métodos seria mais difícil obter. Além disso, o grupo focal oferece uma dinâmica de interação, onde os participantes estabelecem trocas de experiência com envolvimento efetivo de todo o grupo.

O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar” (GATTI, 2012, p. 9).

O grupo focal foi formado por oito beneficiárias, sendo que nesse processo metodológico, foi escolhida a Amostragem Aleatória Simples (AAS) por entender que esse tipo de amostragem engloba chances iguais para todos os elementos. A AAS é realizada por meio de sorteio, onde as egressas sorteadas formarão a amostra da investigação. De acordo com Barbetta,

[...] faz-se uma lista da população e sorteiam-se os elementos que farão parte da amostra. Pode-se utilizar uma tabela de números aleatórios, onde cada subconjunto da população com o mesmo número de elementos tem a mesma chance de ser incluído na amostra (BARBETTA, 2006, p.16).

O encontro realizou-se no CRAS, foi gravado e posteriormente ouvido e transcrito, quantas vezes foram necessárias para uma melhor e maior interpretação dos dados, objetivando a veracidade dos fatos.

4.5 Tratamento dos dados

As informações obtidas com aplicação do grupo focal foram investigadas e discutidas através da análise de conteúdo, que na visão de Rêses (2008, p. 178) “[...] tem um caráter multidimensional, e é por ela também que se considera a pesquisa, a partir desse contexto, um trabalho de garimpagem [...]”.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

A autora acima institui que a realização dessa técnica é composta por três fases: pré análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados em pesquisa qualitativa que apresenta polos interligados que vão se moldando e estruturando categorias; as quais contêm elementos essenciais da temática discutida. Nessa perspectiva o texto é descritivo e explicativo, onde em alguns momentos selecionam-se as falas das participantes, destacando pontos importantes para compreensão do fenômeno estudado. Sendo assim, as categorias são compostas pela classificação de elementos comuns diante das falas das egressas.

É importante ressaltar que a categorização deve ser realizada com bastante atenção para que sejam traçadas juntamente a essas, subcategorias que revelam e dialogam sobre componentes relevantes, de maneira que a análise sobre o objeto de estudo seja consistente, fidedigna e produtiva. Franco (2005, p. 57-58) define categorização como sendo “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. A autora relata ainda que “formular categorias, em análise de conteúdo, é, por via de regra, um processo longo, difícil e desafiante”.

Resumindo, pode-se dizer que a categorização é um processo de classificação que parte do geral para o específico; ou seja, dos temas para suas respectivas ramificações, as quais representam o conjunto de elementos essenciais no que tange às informações (conceitos, ideias, falas) fornecidas pelos sujeitos da pesquisa. Esses registros são separados por apresentarem semelhanças ou divergências, tendo a possibilidade de reuni-los ou reparti-los diante das mensagens.

Classificar elementos em categorias impõem a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir a seu agrupamento é a parte comum entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam em outros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior (BARDIN, 2011, p. 148).

A autora ainda nos traz um pensamento importante, porque fala da existência da categorização em toda a nossa vida, desde uma simples brincadeira com letras do alfabeto até momentos de realização com atividades científicas. Esse pensamento nos mostra que para atingir um propósito específico, seja ele simples ou mais complexo, a classificação estabelece-se de maneira natural perante as ações para perceber, conceituar e representar afinidades e diferenças sobre algo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 1ª Fase: a análise do perfil socioeconômico das egressas antes e após a participação no Programa Mulheres Mil

É de suma importância que ao investigar um fenômeno exista a aquisição de um conhecimento prévio sobre os participantes da pesquisa; uma vez que esses indivíduos formam o corpus do estudo, apresentando características afins e, em alguns momentos, contrárias; as quais são construídas, reformuladas e influenciadas por uma realidade formada por aspectos diversos e dinâmicos.

O conhecimento, portanto, é uma forma teórico-prática de compreensão do mundo, dos homens e das coisas. Trata-se de um instrumento para o entendimento das relações dos sujeitos entre si e deles com o ambiente em que vivem em variadas, múltiplas e detalhadas dimensões (TOZONI-REIS, 2010, p.4).

Para atender ao primeiro objetivo desse estudo, o qual é realizar um comparativo do perfil socioeconômico das alunas egressas, antes e após frequentarem o Programa Mulheres Mil, foram tabulados e analisados os dados do questionário preenchido pelas beneficiárias ao se inscreverem nos cursos, como também os dados coletados com a aplicação de outro questionário, executado com 61 alunas certificadas pelo Programa. Nesse sentido, estabelece-se um diálogo dos dados fornecidos, relacionando a realidade do antes e do depois da qualificação, identificando as possíveis mudanças ocorridas e estabelecendo uma interlocução com os teóricos e pesquisas já consolidadas para uma melhor compreensão.

O Programa Mulheres Mil é direcionado às mulheres que se encontram na faixa etária a partir dos 16 anos. Nesse sentido, as beneficiárias investigadas se enquadram nesse pré-requisito do programa; uma vez que atendem ao critério que se refere à idade. Com isso, as alunas egressas participantes da pesquisa, mostram uma predominância da idade que incorpora a fase dos 21 aos 30 anos, correspondendo a 33% das alunas, seguida da faixa etária que engloba 31 a 40 anos, com um total de 15%. As beneficiárias que fazem parte do período de 41 a 50 anos reúnem 13 % das alunas. O quantitativo mais reduzido está na idade dos 18 a 20 anos, com quatro mulheres e, na fase dos 51 a 60 anos ou mais de 60 anos temos o total de 3 e 2 egressas respectivamente. Lembramos aqui que não encontramos mulheres com menos de 18 anos participando. O percentual apresentado leva à discussão de assuntos pertinentes e relativos ao contexto global, no que se refere à educação e também a elementos específicos da realidade das participantes do estudo.

Verifica-se no gráfico a seguir:

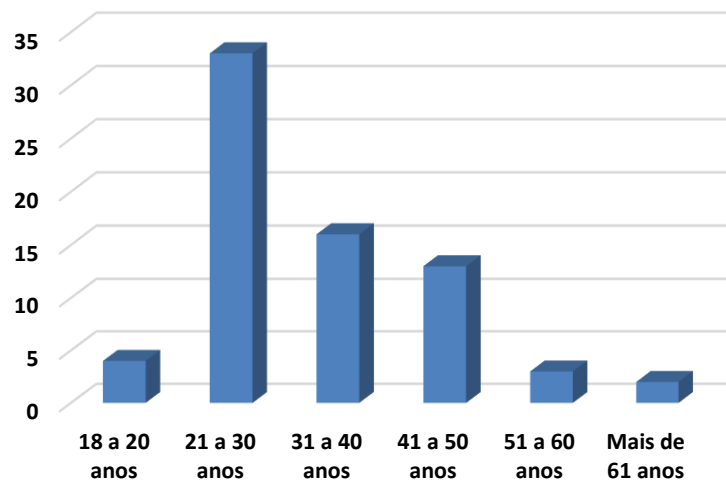


Gráfico 1 - Faixa etária de idade

Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

As políticas públicas tomaram novos rumos nas últimas décadas. Antes, as iniciativas do governo para atender parte da população, principalmente o público feminino, em relação a novas possibilidades de capacitação e qualificação eram ínfimas. Esse fato deve ser destacado, pois dependendo da idade, muitas mulheres ficavam esquecidas e desprezadas, não tendo perspectiva de crescimento pessoal e profissional. As políticas direcionadas à população devem almejar o bem comum, sendo que esse é compreendido por Dias e Matos (2012, p. 9) como “[...] um conjunto de condições sociais que permitam e favoreçam nos seres humanos o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade.”

Hoje, a sociedade vive uma dinâmica de Estado bem diferente, pois a organização de poder foi reformulada (através dos poderes executivo, legislativo e judiciário) existindo assim, um movimento em prol das classes sociais menos favorecidas e uma reorganização política. De acordo com Dias e Matos (2012, p.5), “[...] do ponto de vista das políticas públicas, as decisões mais importantes ocorrem no seio do poder governamental”.

Atualmente, o crescimento das políticas públicas sociais e educacionais tem oportunizado a participação das mulheres em cursos de capacitação, objetivando a elevação da escolaridade, melhora da autoestima, socialização, empoderamento, produtividade, emprego e inserção da mulher no mundo do trabalho. Exemplo disso é o Programa Mulheres Mil; o qual apresenta e desenvolve atividades para atender ao público feminino carente social e economicamente que interrompeu os estudos ou até mesmo, não teve acesso à alfabetização.

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria

pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades. (BRASIL, 2014, p. 3).

No nosso país, ainda há pessoas que não têm a oportunidade de frequentar a escola e, quando o fazem, não dão continuidade aos estudos. A faixa etária das alunas apresentadas no gráfico mostra que o Programa Mulheres Mil atende ao objetivo de englobar uma fase da vida mais extensa, não limitando a participação de mulheres que se enquadram em fases de vida diferentes. Mediante desse fato, o programa tem como público alvo, mulheres com muita heterogeneidade quanto à idade.

Os motivos de desistência escolar estão ligados à própria dinâmica do sistema educacional do nosso país, como também aos aspectos pessoais da vida dos indivíduos, dentre eles: necessidade de melhoria da renda familiar, muitas mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento familiar, a busca pela própria valorização e aumento da autoestima, o reconhecimento de familiares e amigos. Assim, muitas mulheres abandonam os estudos ainda no ensino básico, interrompendo o processo de escolarização e conhecimento. Conforme Cravo (2012, p. 242) “[...] quanto aos estudos sobre o ensino básico, os principais motivos da evasão mencionados são problemas socioeconômicos e a inadequação do sistema educacional”.

Infelizmente, a frequência à instituição escolar acontece em curto espaço de tempo para parte significativa da população. Assim, são necessárias ações governamentais efetivas que mantenham as pessoas nas escolas, viabilizando a vivência verdadeira do direito à educação.

A garantia do direito à educação não se resume à provisão de matrícula. Devem-se assegurar meios capazes de proporcionar aos alunos condições de permanência aprendizagem e conclusão, conduzindo assim ao aumento do nível de escolarização da população. (BRASIL, 2006, p. 9).

Dentro desse grupo de indivíduos; o qual muitas vezes não têm condições reais de continuar os estudos estão às mulheres, principalmente àquelas que se encontra em condições de vulnerabilidade social. Nesse sentido, entende-se por vulnerabilidade social a condição financeira dos indivíduos, a qual exerce influência direta no abandono escolar; pois muitas vezes a renúncia aos estudos acontece devido às necessidades materiais manifestadas e também mediante as horas exigidas no trabalho. Diante disso, muitas mulheres deixam de lado seus estudos para atuarem com provedoras da família. Ferro; Lopes e Pontilli (2013, p.1) relatam que “[...] frequentemente, as pessoas com baixa qualificação começaram sua vida laboral ainda na fase infanto-juvenil e por isso foram obrigadas a sacrificar seus estudos”. Pode-se visualizar esse fato no gráfico a seguir.

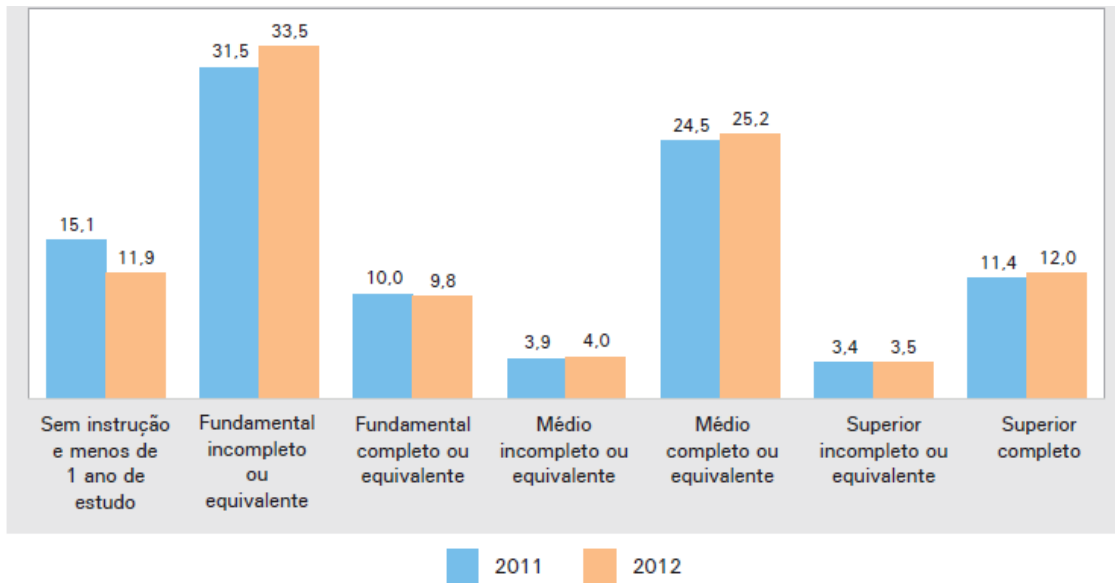


Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução – Brasil – 2011-2012
Fonte: IBGE 2012.

Nesse estudo, outro aspecto investigado e discutido é a escolaridade; pois o PMM apresenta como uma de suas metas o aumento do índice de instrução das mulheres participantes. Os gráficos a seguir mostram o nível de formação das alunas ao entrarem no programa e após concluírem o curso.

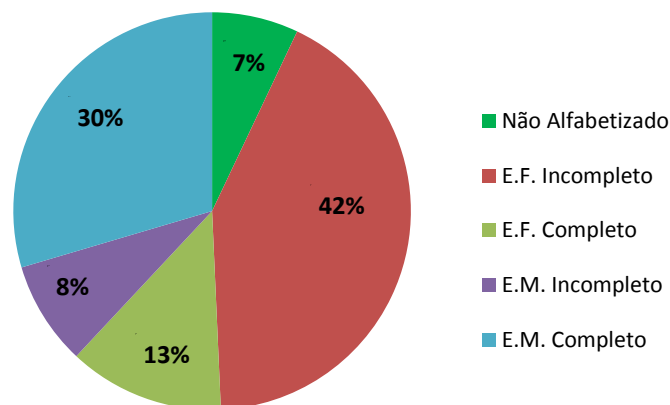


Gráfico 3 - Grau de escolaridade ao entrarem no programa.
Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

Os dados acima mencionam que 42% das mulheres apresentavam ensino fundamental incompleto, acompanhado de 30% daquelas que possuíam ensino médio completo. As beneficiárias que tinham o ensino fundamental completo somavam 13%, seguido de 8% com ensino médio incompleto e 7% analfabetas. Portanto, identificamos uma carência quanto ao nível de formação básica de grande parte das alunas; pois a maioria deixou de frequentar a instituição escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Possivelmente o abandono dos estudos acontece devido várias causas: a falta de motivação, a necessidade de trabalhar e melhorar a renda familiar, as metodologias pedagógicas utilizadas; as quais muitas vezes se apresentam defasadas, o relacionamento professor e aluno, a atuação dos profissionais, estrutura física. Diante dessas causas elencadas, possivelmente a que mais se destaca na história de vida da classe menos favorecida, é o abandono dos estudos devido à necessidade de trabalhar mais cedo.

É na combinação da demanda agregada de trabalho com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda que encontramos as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão é pior quando se junta a oportunidade de trabalho com a carência de renda. NERI (2009, p.15).

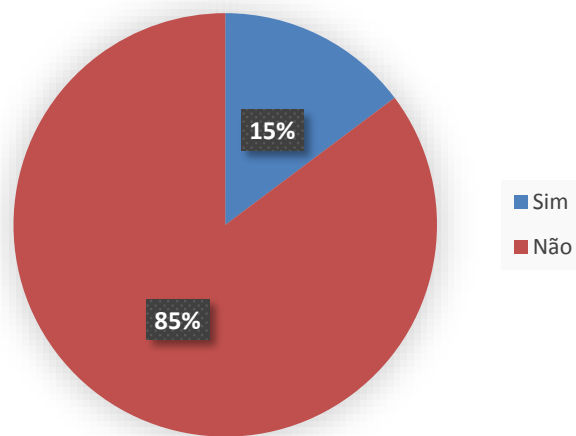


Gráfico 4 - Quantitativo que deram continuidade aos estudos

Quando comparamos os resultados do programa em relação ao aumento da escolaridade das beneficiárias, identificamos que uma parcela pequena, correspondente a 15% das alunas, teve um avanço quanto à série/nível de ensino estudado, após frequentarem o PMM. Diante disso, é importante dialogar sobre um índice baixo de elevação da escolaridade, em uma realidade que hoje, apresenta várias atividades do governo que têm como foco: oferecer possibilidades de acesso à instrução. São vários os programas sociais destinados a uma parcela significativa da população, que necessita experimentar o conhecimento, desenvolvendo assim, seu nível de instrução. Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil se enquadra nesse contexto, já que é uma política pública que apresenta ações para melhorar o nível de escolaridade das participantes.

Ao analisar os dados relacionados com o índice de elevação da escolaridade das egressas, percebemos que ao ingressarem no programa, grande parte das mulheres tinha apenas o ensino fundamental incompleto totalizando 42%. Àquelas que tinham concluído o Ensino Médio completo atingiam 30% das alunas. Quando analisamos se houve uma progressão das mulheres quanto ao aumento da escolaridade, identificamos que aconteceu

um acréscimo de 15%, sendo que 4 mulheres finalizaram o 9º ano e 5 completaram o ensino médio.

As informações relatadas acima mostram uma melhora, mesmo que sutil, no que tange à iniciativa de algumas beneficiárias buscarem novos conhecimentos por meio do retorno à instituição escolar. A procura e a volta aos estudos sinaliza para o amadurecimento e conscientização de algumas alunas, que veem na elevação da escolaridade, um caminho para conseguir um trabalho e melhorar sua renda familiar, além de adquirir novas aprendizagens. A consciência de que o acesso ao conhecimento é direito de todos, e que por meio dele as oportunidades de emprego se ampliam, parece ser um ponto elementar para compreendermos os percentuais apresentados pelas egressas que, após frequentarem o Programa Mulheres Mil, decidiram optar em retornar aos estudos.

Compreender o fenômeno educacional em todas as suas dimensões e promover um encontro com práticas que ajudam a desnaturalizar gestos e palavras, são elementos que permitem explicar certos acontecimentos educativos, na relação com a cultura, a política e a sociedade (PINHEIRO; MORAIS. 2006. p. 9).

Nos últimos anos, as Políticas Públicas direcionadas ao contexto social têm crescido e tornado-se uma constante nas ações governamentais. Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil é um exemplo dessa iniciativa. Os programas organizados, articulados e executados no nosso país apresentam uma atenção em reduzir problemas sociais e econômicos que atingem grande parte da população brasileira, sendo as políticas públicas direcionadas às mulheres uma preocupação na agenda do governo federal.

Essa agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, especialmente em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias, como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionados aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, provém do fato de que a maioria desses países, em especial os da América Latina, não conseguiu equacionar, ainda que minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2003, p.11 e 12)

Como dissemos anteriormente, o Programa Mulheres Mil apresenta como uma de suas prioridades a elevação de escolaridade das mulheres participantes. Esse objetivo não é simples de ser atingido; uma vez que o Brasil, mesmo aumentando os investimentos em educação, ainda apresenta um índice elevado de mulheres com baixa escolaridade, muitas analfabetas e analfabetas funcionais. Nessa perspectiva chamamos a atenção nessa investigação para o percentual de 7% das beneficiárias não alfabetizadas. O Plano Anual de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM) de 2013-2015 apresenta como uma de suas metas “atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de

escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil)” (PNPM, 2013, p.15).

Outro aspecto analisado nessa pesquisa é o estado civil das alunas ao ingressarem no programa no ano de 2012. Nesse sentido, apresentamos abaixo o gráfico que mostra os dados relativos à situação das beneficiárias.

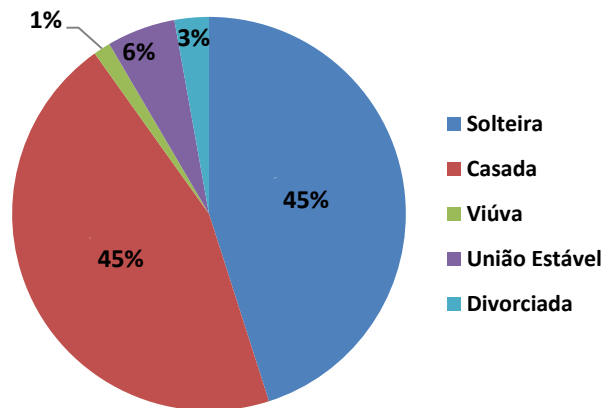


Gráfico 5 - Estado civil

Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

O esboço acima mostra que no momento que as mulheres entraram no programa, quase a metade era casada e a outra metade era solteira, equivalendo a 45% nas duas situações. Àquelas que faziam parte do grupo de união estável totalizavam 6%; as beneficiárias divorciadas apresentavam um percentual de 3% e a categoria das viúvas apenas 1%. Esses dados revelam um equilíbrio e uma ênfase quanto ao número de mulheres casadas e solteiras.

Realizando um comparativo em relação ao estado civil das egressas, do período que se refere ao antes e o depois da conclusão do curso; alguns elementos chamam a nossa atenção. Com o intuito de entender as mudanças ocorridas, apresenta-se abaixo o gráfico que expõe a situação das participantes do programa após certificação. A partir da exibição dos percentuais, analisou-se as transformações que aconteceram, elencando aspectos interessantes, os quais nos remetem à compreensão da realidade desse grupo.

O estado civil das alunas egressas após participarem do Programa Mulheres Mil é apresentado a seguir.

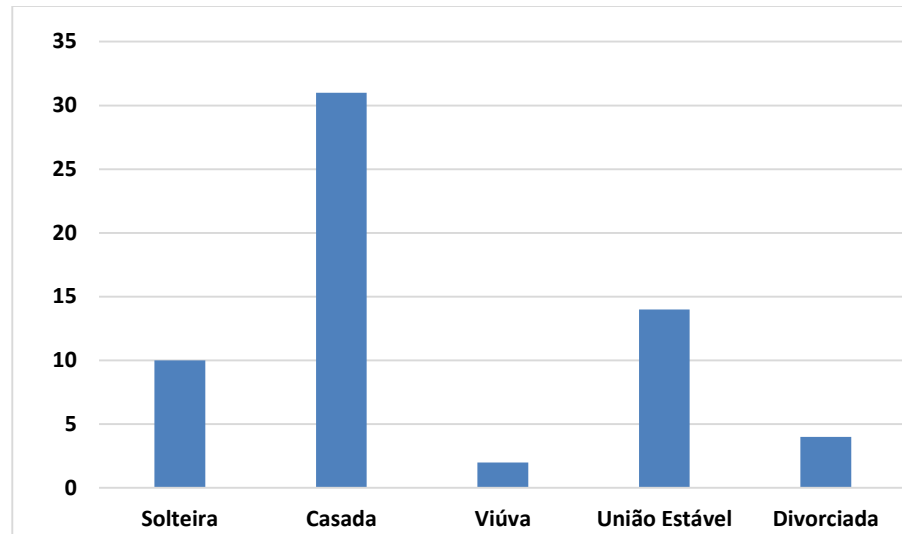


Gráfico 6 - Estado civil no ano de 2015

Com a exposição dos dois gráficos, pode-se identificar que as beneficiárias apresentam uma superioridade do estado civil das casadas, um aumento significativo quanto às uniões estáveis e, conseqüentemente, uma queda no número de mulheres solteiras. De acordo com a Constituição Federal, Lei 9.278/96, que regula o § 3º no seu artigo 226 “[...] reconhece como união estável a convivência duradoura, pública e contínua de um homem e de uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Quanto às uniões estáveis, antes de iniciarem o curso as mulheres totalizavam 6% e, após a conclusão do curso, esse número passou para 14%.

Sabe-se que os fenômenos, independentes da sua natureza são decorrentes da história produzida pelo próprio homem. Nesse sentido, a ênfase do estado civil referente à união estável não emerge, e muito menos se expande de repente; porque ela sempre esteve presente no contexto histórico, sendo chamada de concubinato. De acordo com Uhlmann e Silva (2013, p. 780) “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”.

Sendo assim esse não é um fenômeno recente; pois desde a época dos romanos já era vivenciado.

A relação entre um homem e uma mulher sem que fossem casados, era antigamente vista como concubinato. Certo que hoje essa expressão ainda é muito usada, mas com receio, visto que essa expressão agora ficou exclusiva para o concubinato impuro, ou seja, aquele que não tem os requisitos presentes para ser reconhecido como uma união duradoura. No direito romano os concubinos eram as pessoas que se uniam livremente, onde naquela época não existia ou produzia qualquer efeito jurídico. (SILVA, 2011, p. 10)

Durante um longo período houve discriminação quanto à união estável; pois essa era vista como uma ação imoral e incorreta, que ia de encontro à formação básica da família: o casamento. Este, regido de formalidades, com um padrão pré-estabelecido

vivenciado pelo homem e a mulher e controlado pela Constituição Federal. Nesse sentido, Candil (2006, p. 9) fala que “As uniões extramatrimoniais sempre estiveram presentes em nossa sociedade, existindo como fato social marcante, mas sofriam forte resistência da sociedade para o seu reconhecimento, sendo ignoradas pela ordem jurídica”.

Com a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, a qual regulamenta a união estável e a torna constitucionalmente reconhecida, a concepção de milhares de pessoas se transforma; pois a partir desse decreto esse estado civil passa a não ser tão combatido e discriminado por muitos indivíduos que, antes o concebiam como uma afronta a moral e aos bons costumes. Todavia, mesmo diante de tantas mudanças a nossa sociedade ainda carrega alguns padrões tradicionais, regidos por uma história permeada de fortes pensamentos e movimentos religiosos; os quais são repassados de geração em geração e que, ainda hoje estão vivos na sociedade atual. Assim, Fidalgo (2012, p. 2) relata que “A Igreja, deu os contornos do casamento e o Estado, seguindo suas concepções, o regulamentou”.

Os dados tabulados revelam que as mulheres com o passar do tempo, procuram um companheiro, alguém para dividir a vida: preocupações, responsabilidades, alegrias, necessidades, conquistas, constituindo assim, uma família. Como afirma Masnik (2003) “[...] a união estável não depende de qualquer formalidade, o fato de livremente optarem por viverem juntos já basta”. Nesse sentido, estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), mais precisamente no Livro de Registro de Estado Civil, constata que as mulheres do nosso país casam quando estão com a idade entre 25 a 34 anos. Essa comprovação mostra que está havendo um aumento do número de casamentos no Brasil nos últimos anos. O gráfico abaixo apresenta esses dados de maneira clara:

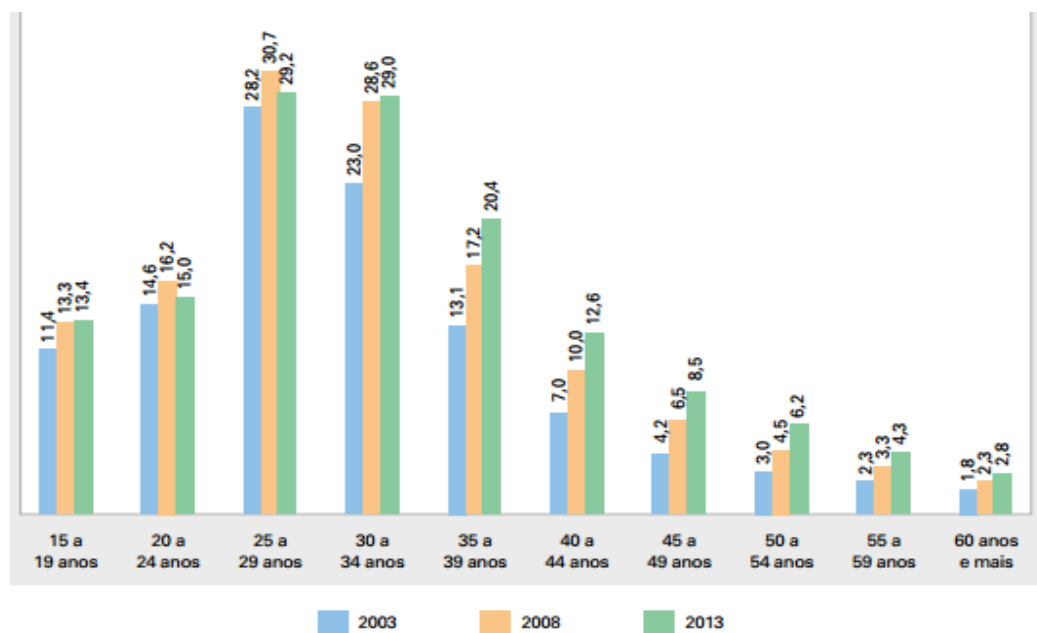


Gráfico 7 - Taxas de nupcialidade legal, segundo os grupos de idade das mulheres
Fonte: IBGE, 2013.

No grupo das egressas, os percentuais de mulheres divorciadas e viúvas subiram timidamente. Porém, sabemos que o divórcio tem sido vivido por muitos casais na atualidade, não somente no território brasileiro, mas também em outros países.

O aumento do número de divórcios é um fenômeno observado não só no Brasil, mas em todo o planeta. Por diversos motivos sociais e antropológicos, o padrão tradicional da família tem sido alterado pelo surgimento das chamadas famílias reconstituídas. (FILHO, 2011, p. 1).

As participantes da pesquisa que se enquadram no grupo de divorciadas e viúvas apresentam aspectos importantes a serem discutidos. A não existência de possuir mais um companheiro desencadeia uma série de mudanças no cotidiano dessas mulheres, que iniciam um processo de descobertas nos diversos campos da vida. As transformações acontecem desde os pensamentos, conceitos construídos no cotidiano, até à procura por um trabalho e o retorno aos estudos. Assim, os desafios passam a ser vistos como superação de seus próprios limites, oportunizando novas experiências.

Este caráter transformador da experiência vivida corrobora a ideia sustentada da capacidade do sujeito em ser, ao mesmo tempo, produto e produtor de sua história; que ao se apropriar ativamente dos construtos simbólicos, é capaz de executar pequenas – porém importantes – rupturas e transformações na construção de seus sentidos sobre si e sobre o mundo, operando, assim, também pequenas, singulares – mas igualmente importantes – e muitas vezes anônimas transformações nos padrões culturais vigentes. (TESTONI; TONOLLI, 2006, p. 46).

Para entender os percentuais mensurados é importante identificar, conhecer e compreender elementos que foram surgindo com o processo dinâmico de desenvolvimento das sociedades, diante da evolução dos tempos. Assim, a compreensão sobre a trajetória histórica da mulher, no âmbito educacional, revela fatos importantes para analisar de maneira mais clara os aspectos abordados nesse estudo.

Sabe-se que a mulher vivenciou papéis sociais diferentes no transcorrer da história. Sempre vista como àquela que exerce o amor familiar, o cuidado com o cônjuge, filhos e os afazeres domésticos, a mulher enfaticamente foi submissa ao homem, não exercendo atividades fora do lar em um longo espaço de tempo.

[...] às mulheres destinavam-se à obediência e a procriação. Eram “boas” esposas e “boas” mães, e pertenciam ao espaço doméstico. Através da imagem e fragilidade física da mulher, construiu-se que sua natureza era inferior ao homem. Ela estaria propensa à passividade, à submissão, à docilidade, à meiguice e à clareza dos sentimentos. Deveria ser exemplo da moral e dos bons costumes. Então lhe era negado o direito de estudar e manifestar-se socialmente. (SILVA, 2009, p, 28).

O período de colonização foi marcante no campo educacional, porque o processo de escolarização para as mulheres estava limitado às leituras de orações, cantos e rezas, devido à forte influência dos jesuítas. Estes foram os pioneiros na estruturação do primeiro sistema de ensino brasileiro. Na opinião de Souza (s.d, p.3) “a educação brasileira constituiu-se por diversas fases. A educação jesuítica corresponde a mais extensa delas, abrangendo o período de 1549 – ano da chegada dos jesuítas ao Brasil até 1759 [...]”.

A intensa ação religiosa foi determinante para que o acesso à escola ficasse distante, tornando-se um sonho que em muitos momentos, parecia impossível concretizar. Nesse sentido, a mulher ao ingressar na escola se deparava com um conhecimento restrito; o qual abrangia atividades meramente domésticas e religiosas.

Desde a primeira escola de ler e escrever, erguida incipientemente lá pelos idos de 1549, pelos primeiros jesuítas aqui aportados, a intenção da formação cultural da elite branca e masculina foi nítida na obra jesuítica. As mulheres logo ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Podiam, quando muito, educar-se na catequese. Estavam destinadas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle de pais e maridos (STAMATTO, 2002, p. 2).

As significações sociais do homem e da mulher foram construídas historicamente e se apresentam como um emaranhado de movimentos políticos, culturais, sociais e econômicos. Nesse contexto, a educação se faz presente como elemento de suma importância nas transformações sociais, reformulações de pensamentos e estereótipos criados e mantidos como verdades durante séculos. O homem, ao longo de muito tempo na história foi considerado o detentor do poder, enquanto que a mulher se apresentava como submissa.

As relações históricas que envolveram as mulheres, sempre foram pautadas em condições que traduziam costumes patriarcalistas, e conseqüentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino. O papel das mulheres estava bem definido (LUZ; FUCHINA, 2009, p.2).

A forte discriminação e restrição da ação da mulher no campo da educação perduraram até o final do século XIX e início do século XX. Segundo Barbosa (2015. p. 96) “[...] a década de 1980 ficou marcada pela luta das mulheres no tocante a discriminação e a desigualdade nas relações de gênero”.

A mulher ao longo do século XIX até os dias atuais superou várias barreiras, lutou por seus direitos com discursos discordantes, construiu resistências, conseguiu se inserir no mercado de trabalho competindo com os homens profissionalmente e se integrou à política. No entanto, ainda é vista por muitos através de um discurso machista como um sexo frágil, um ser inferior ao homem que tem os seus limites definidos dentro da própria sociedade. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, s.p).

No século XX, ela conquista seu espaço no que diz respeito a possuir os mesmos direitos e deveres do homem, podendo agir efetivamente nas responsabilidades e compromissos materiais e morais da família, acabando com a chefia conjugal que antes era domínio do homem. A Constituição de 1988, título II, Dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I, artigo 5 fala que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Nesse sentido, percebe-se que as ações governamentais em prol do público feminino são fundamentais para o avanço da cidadania; porque é por meio da construção de sujeitos críticos e conscientes dos seus direitos, que se abrem caminhos para a formação de uma sociedade mais justa e digna. Diante disso, respeitar e priorizar a realidade de cada contexto é o primeiro passo para atender as necessidades e expectativas geradas em cada localidade. O conhecimento sobre o desenvolvimento local de cada região, estado, município e bairro é a chave para que qualquer política pública possa funcionar e receber um retorno positivo, no que se refere aos objetivos e metas traçadas nas fases de implementação e evolução.

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas (DOWBOR, 2006, p.1).

Mais um elemento analisado do perfil das participantes dessa pesquisa é a quantidade de filhos e o número de membros da família. Para tanto, os gráficos abaixo apresentam a realidade das egressas antes e após o programa.

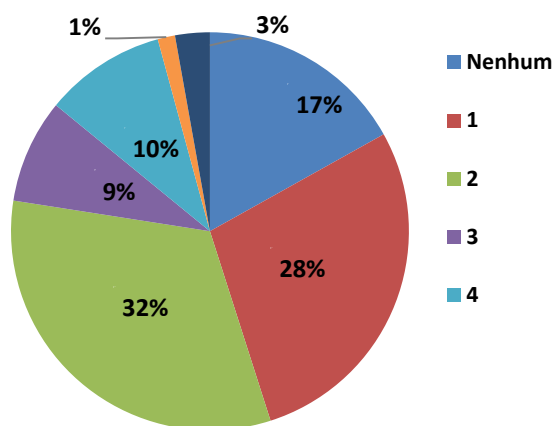


Gráfico 8 - Número de filhos

Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

As beneficiárias ao ingressarem no programa apresentavam o número de filhos pequeno, sendo 29% com dois filhos e 32% possuíam 3 filhos. Após concluírem o curso, as alunas na grande maioria mantiveram o mesmo número de filhos, e uma pequena porcentagem apresentou o aumento desse quesito. Esse panorama revela que a conscientização foi um aspecto positivo, pois as beneficiárias repensaram a questão do planejamento familiar. Esse fato vem se tornando enfático devido às mudanças de comportamento da população, que está buscando um repensar quanto à estruturação da família.

As informações apresentadas anteriormente possibilitam uma análise sobre o porquê das alunas não terem tido mais filhos após o programa. Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram um declínio na quantidade de membros da família. O número de filhos por mulher caiu 26% nos últimos 14 anos no Brasil, passando de 2,39 filhos por mulher para 1,77, entre 2000 e 2013. Junto à queda na taxa de fecundidade, aumentou o percentual de mulheres sem filhos no país. Dessa forma, pesquisas mais recentes revelam um aumento no declive da taxa de fecundidade de 2000 a 2015, mostrado no gráfico abaixo:

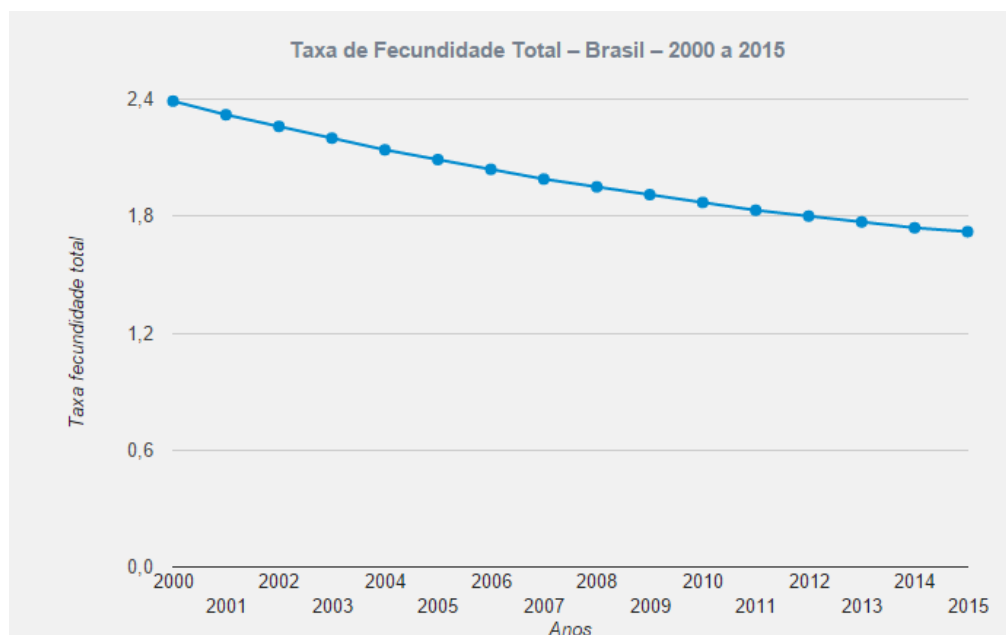


Gráfico 9 -Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 2000 a 2015

Fonte: IBGE – 2013

Diante desse cenário existem aspectos que influenciam a população para atentar-se quanto à importância do planejamento familiar. Nos últimos anos as ações governamentais vêm investindo nos programas de prevenção, através do Sistema Único de Saúde (SUS), dos meios de comunicação, das redes sociais; os quais possibilitam

conscientizar os indivíduos sobre a relevância em viver de forma organizada, começando da estruturação da família. Está previsto em lei o direito ao homem, a mulher ou ao casal ter ou não filhos.

Em 1996, um projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. A Lei estabelece que as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os seus níveis, estão obrigadas a garantir à mulher, ao homem ou ao casal, em toda a sua rede de serviços, assistência à concepção e contracepção como parte das demais ações que compõem a assistência integral à saúde. (BRASIL, 2002, p. 7).

Falar em Planejamento Familiar é oportunizar a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento, objetivando uma vida sexual saudável e segura. Nesse sentido, a estruturação das famílias tem influência direta por meio do acesso às informações referentes à consciência dos indivíduos, principalmente das mulheres, as quais são as protagonistas nesse contexto, pois exercem o papel de procriar. Diante disso, a Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996, que regulamenta o Planejamento Familiar como direito de todo cidadão. “O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.” (BRASIL, 1996, p.1)

O Planejamento Familiar está diretamente ligado aos avanços e conquistas das mulheres, porque a partir do momento que a igualdade de direitos foi estabelecida, a reflexão de planejar a família foi algo que sofreu modificações, fazendo com que o público feminino se permitisse constituir uma família de maneira organizada.

Nos dias atuais, a mulher é vista com outro olhar, pois superou as barreiras que as restringia apenas aos lares e passou a atuar em outros locais. Lima (2011, p.7) explicita em seus pressupostos que “a inserção da mulher no mercado de trabalho e a consequente entrada do feminino nos espaços públicos forcem a reestruturação dessa lógica social”.

A qualidade de vida está ligada aos direitos conquistados e que constam na Constituição Federal, entre eles: moradia, serviços de saúde, lazer, educação, cultura. Nessa perspectiva vale à pena ressaltar que não basta que esses direitos estejam presentes no papel, mas sim que sejam vivenciados por todos de maneira justa e cidadã.

Em resumo, a noção de qualidade de vida transita em um campo semântico polissêmico: de um lado, está relacionada a modo, condições e estilos de vida (Castellanos, 1997). De outro, inclui as ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana. E, por fim, relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. No que concerne à saúde, as noções se unem em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece, como parâmetros, para si. (MINAYO, 2000, p.4).

Nesse estudo investigou se as alunas trabalham e a atividade que desenvolvem. Assim, ira-se conhecer a relação de trabalho e renda das beneficiárias, tentando compreender a realidade na qual se encontram inseridas. O gráfico a seguir expõe a situação das egressas em relação ao trabalho e a atividade que desenvolviam antes de ingressarem no programa.

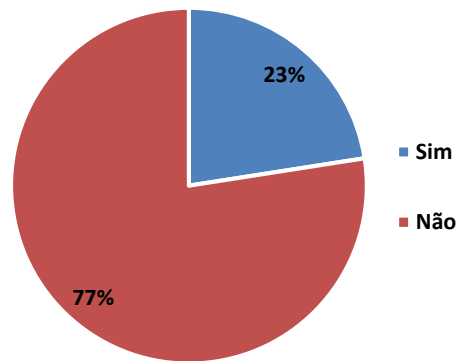


Gráfico 10 - Atividade laboral

Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

O gráfico acima mostra uma superioridade do número de mulheres que não possuem nenhuma atividade laboral; ou seja, que não têm vínculo empregatício. Das 87 beneficiárias certificadas, 77% não trabalhavam quando ingressaram no Programa Mulheres Mil; enquanto que apenas 23% tinham atividade trabalhista. Esses dados podem ser explicados pelo fato de muitas dessas mulheres não terem tido acesso a informações, oportunidades de realizar cursos para qualificar-se, de serem ouvidas e de possuir uma consciência crítica em relação aos seus direitos. Porém, essa realidade tem mudado a cada dia, pois a população feminina vem apresentando iniciativas, desempenhando funções fora dos lares e expondo suas opiniões e expectativas.

A mulher está construindo um caminho de progresso e de superação, pois antes contentava se apenas em ser uma boa mãe, esposa e dona de casa, tendo como prioridade a maternidade. Mas, a concepção feminina vem sendo transformada pela visão de que é importante ultrapassar as barreiras e ir além, visando ampliar suas relações sociais, ocupar e consolidar seu papel transformador perante a família, amigos e sociedade, conquistando também a independência financeira e sua cidadania.

A mulher tem deixado de lado o sonho da maternidade e, essa redução do número de filhos é um dos fatores que tem ajudado a facilitar a presença feminina no mercado. A queda da taxa de fecundidade e o aumento do nível de instrução da população feminina têm acompanhado a evolução da mulher no mercado e a evolução de sua renda. (ASSIS, 2009, p.4).

Na perspectiva de mudanças de pensamento e comportamento, apresenta-se o gráfico a seguir; o qual expõe importantes mudanças quanto à atividade laboral, depois da certificação das mulheres.

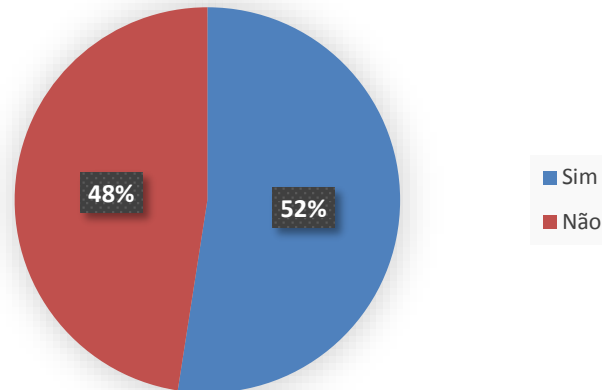


Gráfico 11 - Atividade laboral após a certificação

Os dados tabulados acima mostram um equilíbrio quanto ao percentual de mulheres que realizam atividade laboral, totalizando 52% e àquelas que não trabalham, as quais apresentam 48%. Essa realidade demonstra um aumento do número de mulheres que iniciaram e/ou retornaram ao mercado de trabalho, comparando com o gráfico 10. Ressalta-se aqui, que o número de participantes no segundo momento da aplicação do questionário é menor, totalizando 61 certificadas. Mesmo diante desse fato, identifica-se a expansão das mulheres, que passaram a atuar no campo do trabalho, sendo que uma das causas desse aumento deve-se à crescente procura da população feminina pela qualificação, a busca de ampliar seus conhecimentos, adquirindo assim novas aprendizagens e conquistando diversas vagas em atividades que eram antes, predominantemente dos homens.

Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres vêm desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. Elas estão se especializando, através de estudos e qualificação profissional, promovendo assim, um melhor planejamento familiar e conquistando maior respeito e admiração, pois estão cada vez mais conquistando uma posição atuante, dentro e fora de casa VIEIRA *et. al* (2010, p. 44).

Outro ponto a ser discutido é que, por serem as participantes da pesquisa mulheres de baixa renda, praticamente metade sem trabalho; é criada uma expectativa em conseguir um emprego e, atrelado a isso, a esperança de melhorar a renda familiar. Dessa forma, trabalho e renda estão diretamente ligados em uma relação de dependência; já que um é consequência do outro. Nesse sentido, é necessário que as políticas públicas, em especial aqui o Programa Mulheres Mil, viabilize oportunidades concretas de trabalho; pois esse é um direito de todos os cidadãos.

Em resumo, no âmbito das políticas de trabalho e renda, para além da abordagem de gênero, o foco principal é a concretização do direito ao

trabalho como um direito específico que integra o rol dos direitos humanos e, com base neste pressuposto, a organização de um sistema (integrado) de políticas governamentais que viabilizem tal direito. (COSTA, 2012, p. 26).

Sem dúvida alguma, um fator que desencadeou mudanças na dinâmica das famílias e das sociedades de maneira geral, foi o processo de lutas e conquistas vivenciado pelas mulheres, que nos últimos anos, confirmaram suas ações em todos os campos, principalmente no mercado de trabalho. Aparício *et. al* (2009, p.4) afirma que “[...] apesar das dificuldades naturais que a mulher enfrenta, seu destaque tem sido cada vez maior. Seu papel desempenhado dentro das organizações tem tomado crescente espaço”.

Sendo o Programa Mulheres Mil, um programa que apresenta tantas aspirações, sendo uma delas: inserir a mulher no mercado de trabalho, é necessário conhecer a porcentagem das mulheres que ao ingressarem nos cursos, atuavam no mercado desenvolvendo alguma função.

Nessa pesquisa apresenta-se as atividades laborais desenvolvidas pelas beneficiárias. Quando entraram nos cursos ofertados pelo programa, as alunas desempenhavam as seguintes funções:

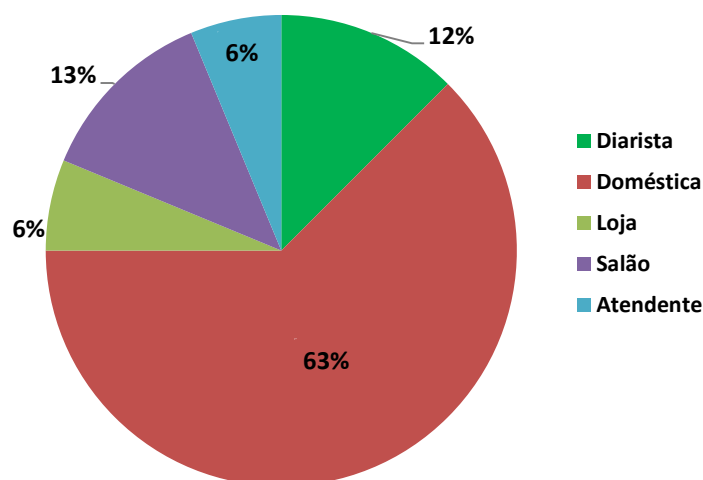


Gráfico 12 - Atividades laborais mais citadas no questionário
Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

O gráfico mostra um grande número de mulheres que são domésticas; ou seja, que trabalham em casas de família, totalizando 63%. Àquelas que trabalham em salão de beleza e como diaristas apresenta um percentual igualitário de 12% e às beneficiárias que trabalham como atendente e em loja somam 6% cada uma. Diante disso, é importante ressaltar que além de desempenhar todas essas funções, as mulheres depois de uma jornada árdua de trabalho ainda têm que realizar os afazeres dentro dos seus lares.

Acrescenta-se também essa realidade, àquelas mulheres com melhores condições financeiras.

O ingresso na esfera pública não elimina, e em muitos casos nem mesmo nuança, as responsabilidades caseiras femininas. Para as mulheres com melhores condições financeiras, surge a oportunidade de contratar alguém (outra mulher) para lhes “substituir” em casa, o que não livra as contratantes das responsabilidades com a administração e o bom andamento do lar. E a essa outra mulher, a contratada, que no geral tem sua própria casa, se acumulam duas jornadas de trabalho (ambas domésticas). (MELLO, 2011, p. 60).

Todavia, quando analisa-se o percentual de mulheres certificadas que estão atuando no mercado de trabalho, percebe-se que houve alterações. Além disso, as ocupações sofreram uma maior diversificação. O gráfico a seguir evidencia esses fatos.

Portanto, o gráfico 11, comparado com o percentual do gráfico 10 (antes da certificação) revela um aumento do número de alunas que se inseriram no mundo do trabalho em diversas atividades, sendo que das 61 entrevistadas, 52% desenvolvia alguma atividade laboral. Dessa, várias funções ligadas ao curso realizado, isto é: salgadeira, cozinheira, ajudante de cozinha, doméstica, diarista. Vale ressaltar que muitas dessas atividades não foram mencionadas no momento que as egressas se inscreveram no Programa. O gráfico a seguir expõe as informações, seguidas de discussão.

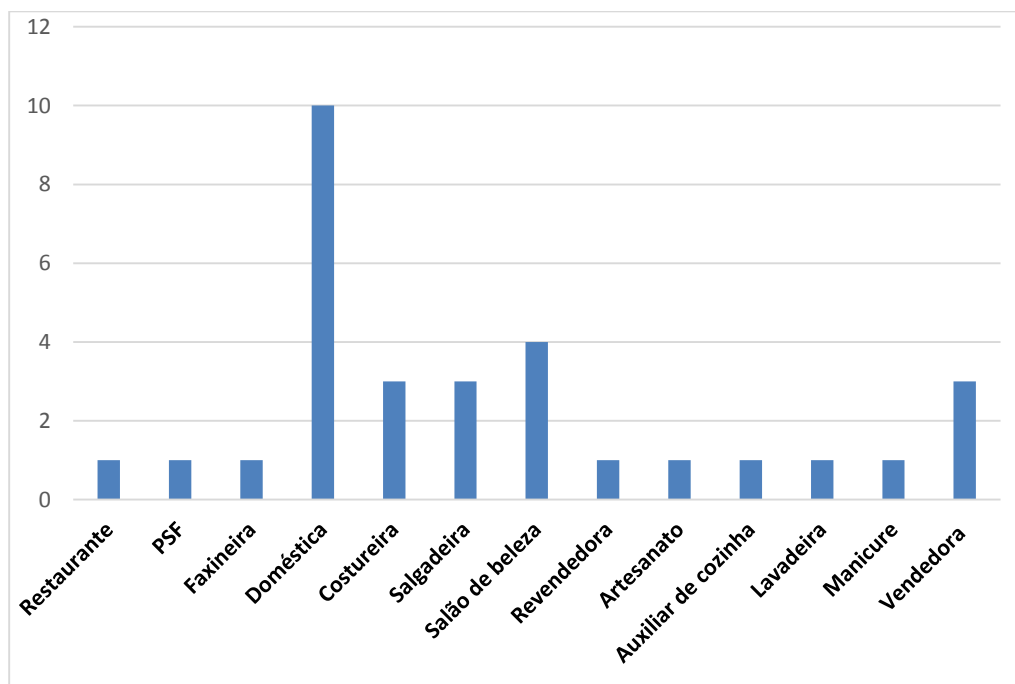


Gráfico 13 - Atividades após a certificação

Das alunas que apresentaram inserção no mundo do trabalho a grande maioria trabalha em casa de família como doméstica. Além dessa profissão, as atividades como: salgadeira, auxiliar de cozinha e restaurante apresentam uma relação com o curso de Manipulação e conservação de alimentos; enquanto que àquelas que desenvolvem trabalhos com artesanato e vendas mostram relação com o Curso de Confecção de bijuterias. Na verdade, as atividades realizadas e expressas no gráfico acima, revelam a ênfase do trabalho informal de grande parte das egressas, as quais na sua maioria trabalham com baixos salários e não possuem segurança quanto aos direitos trabalhistas.

O trabalho informal refere-se às atividades laborais em que os trabalhadores não possuem vínculo empregatício, registro na carteira de trabalho e seus direitos trabalhistas assistidos; enquanto que no trabalho formal, o trabalhador usufrui de todos os direitos trabalhistas. Como descrito por Noronha (2003, p.112): “No Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. [...]”.

No Brasil, é visível nas cidades a presença de um grande número de pessoas ocupadas em atividades precárias, por conta própria ou emprego assalariado sem carteira, longe de quaisquer vínculos empregatícios formalizados e direitos trabalhistas (ALVES; ALMEIDA, 2009, 238).

Estudos realizados pelo Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelam dados interessantes sobre o trabalho formal, relacionando-o com o nível de escolaridade, apresentando aumento de um ano para o outro do emprego formal para a população que tem ensino médio completo.

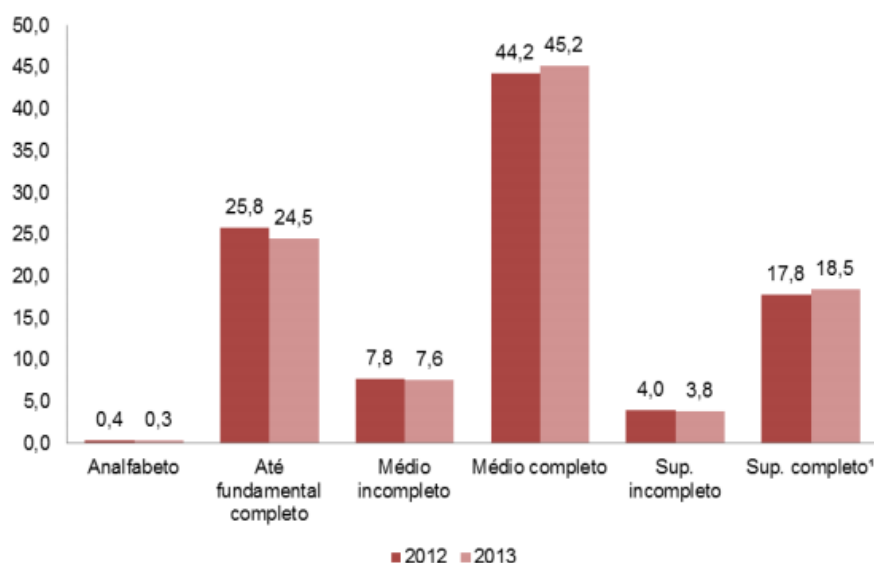


Gráfico 14 - Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade Brasil, 2012 e 2013.

Fonte: SEBRAE, 2012.

Acrescenta-se também que mesmo não possuindo um trabalho formal, as beneficiárias almejam uma rentabilidade, visando atender as necessidades próprias e de seus familiares. Assim, suprir as carências básicas de sobrevivência torna-se prioridade, independente da atividade laboral realizada. Diante dessa realidade, participar da renda familiar é de suma importância para a melhoria das condições de vida desse grupo de beneficiárias e suas famílias. Assim, a necessidade de atender as demandas financeiras do lar traduz se, na maioria das vezes em trabalho informal, o qual passa a ser um caminho para amenizar as necessidades básicas.

Dessa maneira, é possível relacionar a condição de informalidade às observações de uma serie de análises mais recentes, que consideram o setor informal não apenas como um conjunto de atividades de sobrevivência desempenhadas por pessoas destituídas de qualificação e que se situam às margens da sociedade (KON, 2004, p.4).

A seguir apresentamos o gráfico 15 da participação na renda familiar, antes do ingresso no programa.

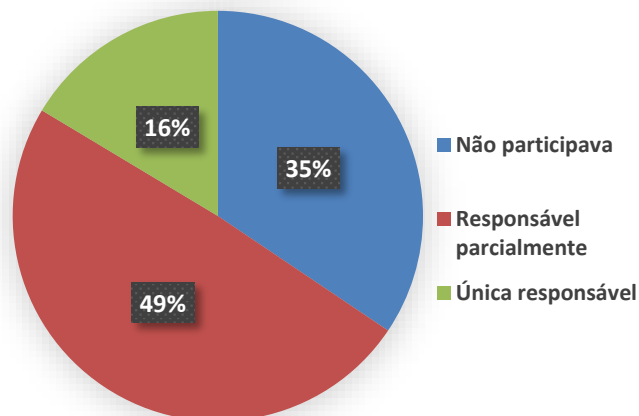


Gráfico 15 - Participação da renda familiar antes do curso
Fonte: Programa Mulheres Mil, IFNMG- Câmpus Salinas, 2012.

Perante os dados apresentados, percebe-se que 49% das mulheres eram responsáveis por parte da renda da família e, conseqüentemente ajudavam de maneira efetiva nas despesas do lar. Uma parcela significativa das alunas não participava dos proventos, totalizando 35% e, 16% somavam àquelas que eram unicamente as responsáveis pela renda familiar. Em outras palavras, podemos dizer que praticamente metade das egressas era responsável pelo rendimento da família. Nesse sentido, dados do Anuário das Mulheres, organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas (SEBRAE - 2014), utilizando informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE mostram a participação expressiva da população feminina na renda familiar no Brasil. Esses dados foram mensurados entre os anos de 2002

a 2012, apresentando a estimativa e distribuição dos ocupados por posição na ocupação segundo sexo - Região Sudeste. Veja essa informação no quadro abaixo, o qual mostra mais especificadamente a evolução das mulheres da região de Minas Gerais.

Quadro 1 – Estimativa e distribuição dos ocupados por posição na ocupação segundo sexo - Região Sudeste 2002 - 2012

Período	Minas Gerais							
	Em 1.000 pessoas				Em %			
	Empregadores e conta-própria	Assalariados	Outros ⁽¹⁾	Total	Empregadores e conta-própria	Assalariados	Outros ⁽¹⁾	Total
2002	643	2.369	746	3.759	17,1	63,0	19,9	100,0
2003	660	2.440	705	3.806	17,4	64,1	18,5	100,0
2004	721	2.568	598	3.886	18,5	66,1	15,4	100,0
2005	690	2.656	695	4.041	17,1	65,7	17,2	100,0
2006	724	2.813	721	4.259	17,0	66,1	16,9	100,0
2007	709	2.836	628	4.173	17,0	68,0	15,1	100,0
2008	723	3.055	602	4.379	16,5	69,8	13,7	100,0
2009	778	3.119	662	4.559	17,1	68,4	14,5	100,0
2011	713	3.166	466	4.346	16,4	72,9	10,7	100,0
2012	715	3.277	450	4.442	16,1	73,8	10,1	100,0

Fonte: SEBRAE, 2014.

Do mesmo modo, é importante conhecer e compreender a atual situação das beneficiárias, no que diz respeito à participação nos proventos familiares. Ao longo do período de 2012 a 2015, o percentual de participação das mulheres se elevou? Estabelecer uma relação da realização dos cursos do Programa Mulheres Mil se torna essencial para dialogarmos e estabelecermos pontes entre o que é ofertada, a operacionalização e mudanças da realidade vivida por essas mulheres. O gráfico abaixo expõe a presença das alunas na renda familiar em 2015:

As informações mostradas no gráfico 16 revelam mudanças consideráveis. Primeiramente, o número de mulheres que participava parcialmente do sustento da família aumentou, apresentando um total de 61%. Isso mostra que boa parte das certificadas buscou de alguma forma, desenvolver uma atividade que fornecesse subsídios para a melhoria da renda familiar. Hoffmann e Leone (2004, p. 55 e 56) defendem que “com a intensificação da participação das mulheres na atividade econômica, elevou-se a proporção de domicílios com mulher na força de trabalho”. As certificadas que não colaboram na renda equivalem a 29% e as egressas que são unicamente responsáveis pelas despesas da casa somam 10%.

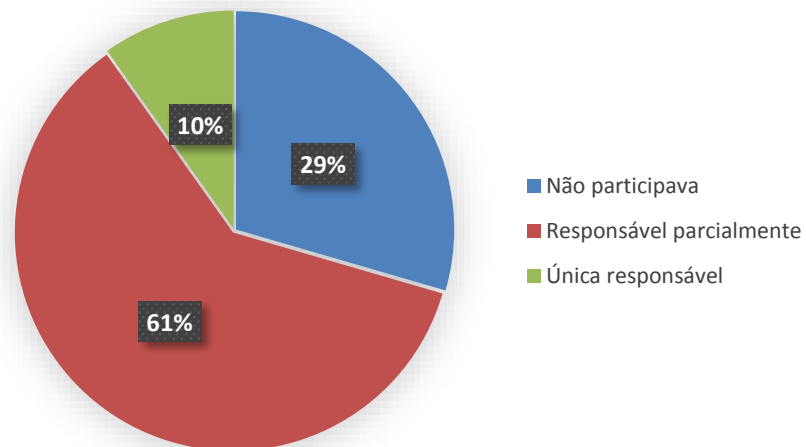


Gráfico 16 - Participação na renda familiar em 2015.

Na verdade a presença de mulheres que não participam de nenhuma forma da renda familiar é um dado que chama atenção e nos faz pensar do porque essa parcela não desenvolve algum trabalho. A propósito, se uma das metas é oferecer curso de qualificação para esse público feminino carente e desfavorecido, não basta apenas a oferta de um conjunto de habilidades a serem vivenciadas. Mas, instaurar possibilidades concretas de trabalho para essas mulheres. Além disso, instituir uma ligação direta com o desenvolvimento local torna-se ponto crucial para a real inserção das certificadas no mundo do trabalho.

Em adição às informações já levantadas e discutidas, o presente trabalho apresenta a renda familiar total das mulheres, com a pretensão de saber se houve mudança quanto ao valor mensal arrecadado pelas famílias das beneficiárias antes e após a certificação. No gráfico x apresentamos a tabulação dos dados:

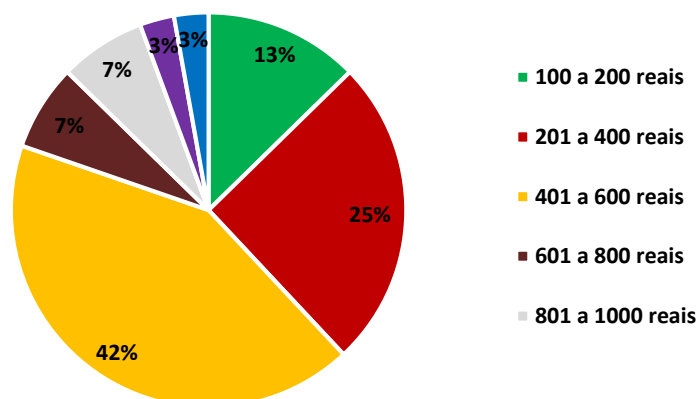


Gráfico 17 - Renda familiar mensal antes do curso.

Os dados registrados no gráfico 17 evidenciam que 42% das mulheres faziam parte de famílias que ganhavam menos que um salário mínimo, já que no ano de 2012 a remuneração era de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Sabe-se que o salário mínimo é sinônimo do menor valor que um trabalhador deve receber pela sua força de trabalho para manutenção própria e da família. Muniz (2009, p. 68) esclarece que “o salário do empregado é, antes de tudo, destinado ao seu próprio sustento e ao da sua família”. Além disso, a porcentagem de alunas que se enquadram nas famílias que tem renda em torno de R\$ 201, 00 a 400,00 é bastante significativa. Ou seja, esse quantitativo possui um rendimento mensal condizente a um terço do salário mínimo ou um pouco mais, revelando também uma situação de carência. Em adição, 13% das mulheres possuem uma renda familiar mensal de R\$ 100,00 a 200,00, refletindo um quadro de extrema miséria.

Por outro lado, identifica-se que as porcentagens que se referem àquelas beneficiárias que apresentam renda familiar mensal maior que um salário mínimo ou além e àquelas que chegam a receber mais de R\$ 1.000,00 no rendimento relativo ao mês são semelhantes, totalizando 7% cada. Apenas 3% das alunas não quiseram fornecer a informação. Dessa forma, essa conjuntura expõe que, 80% das certificadas se encaixavam em uma das exigências do programa.

Mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM (BRASIL, 2014, p. 6).

Quando analisa-se a renda familiar das egressas nos dias atuais, percebe-se alguns elementos que são importantes serem discutidos. Visto que a sociedade sofre mudanças á todo momento e que a dinâmica da vida dos indivíduos sofre influências diversas, nos mais diversos campos, é necessário conhecer a realidade atual das participantes. Os dados abaixo mostram o panorama atual da renda familiar mensal das egressas.

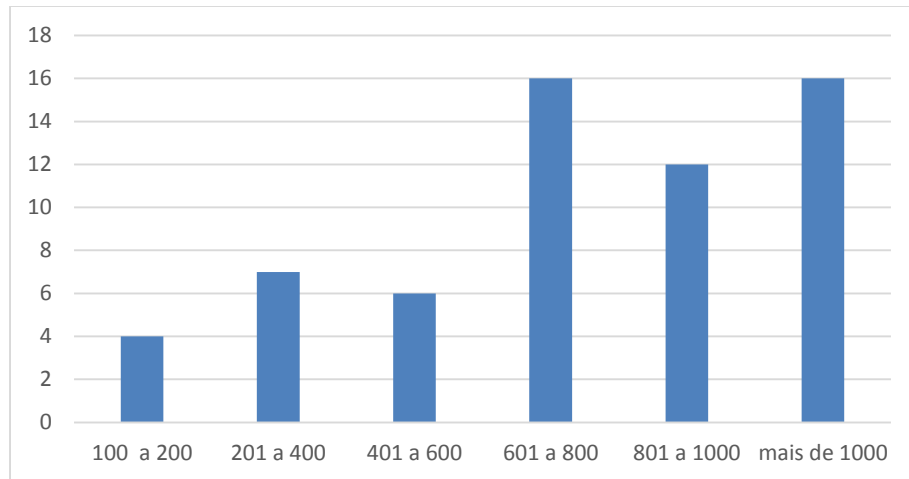


Gráfico 18 - Renda familiar mensal em 2015.

Conclui-se que, nos dias atuais há um equilíbrio no que se refere ao quantitativo de mulheres que tem rentabilidade familiar mensal de R\$ 601, 00 a 800,00 com o total de egressas que possuem um rendimento familiar mensal de mais de R\$ 1.000,00. Portanto, esse grupo tem renda entre próxima do salário mínimo até mais de um salário mínimo. Esse dado pode ser interpretado e fundamentado, pela quantidade de beneficiárias que conseguiram inserção no mercado de trabalho após o curso. Como caracteriza Probst (2003, p. 5) “[...] A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar o comandante dela em algumas situações. Por isso, esse ingresso no mercado é uma vitória [...]”. A propósito, o percentual das alunas que apresentam uma renda mensal da família de R\$ 100,00 a 200 sofreu redução. Esse fato apresenta positividade; uma vez que o valor extremamente ínfimo do rendimento familiar mensal desse grupo sofre um decréscimo importante.

Somando-se a isso, às mulheres que declaram que dispõem de renda familiar mensal de R\$ 201,00 a 400,00 e R\$ 401,0 a 600,00 diminuiu. Esse acontecimento pode ser explicado devido às mudanças sofridas pelo salário mínimo que, conseqüentemente, modificam a renda familiar das egressas, as quais na sua maioria são domésticas. Resumindo, frente aos dados do rendimento familiar das egressas, antes e após a participação no Programa Mulheres Mil, verificamos que houve uma melhora.

O conhecimento e a compreensão sobre os motivos que levaram as mulheres a participar do Programa Mulheres Mil é uma questão que precisa ser refletida. Enumerar as causas é construir um conhecimento acerca das expectativas desse público desfavorecido. As 61 egressas participantes da coleta de dados que responderam ao questionário elucidaram questões essenciais para um melhor entendimento da representação do programa na vida delas. O gráfico abaixo mostra as razões que conduziram as mulheres a se inscreverem e realizarem os cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil.

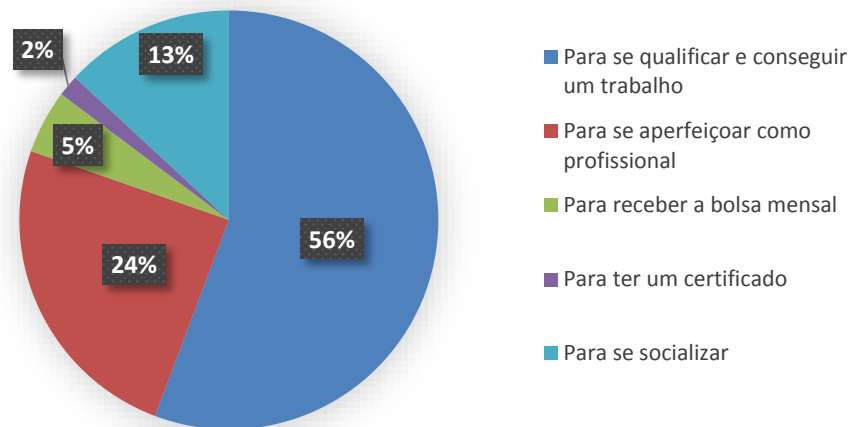


Gráfico 19 - Motivos para participar do Programa.

Propiciar a participação da população menos favorecida social e economicamente é uma das preocupações das ações governamentais. E, nesse contexto, o público feminino também é alvo das políticas públicas. Proporcionar oportunidades de escolarização, emprego, renda, conhecimento dos direitos e valorização dos potenciais da mulher numa perspectiva de construção de cidadania, são propostas a serem apreciadas, discutidas e analisadas. Como descrito por Carvalho, Barbosa e Soares (2010, p. 2) afirmam que: “A política pública surge como uma forma de equacionar problemas econômicos e sociais de maneira a promover o desenvolvimento do país [...]”. Assim, os dados do gráfico 19, nos revelam que mais da metade das certificadas foram levadas a fazer o curso com a intenção de qualificação e conquista de emprego.

Portanto, constatamos que 56% tinha a expectativa de obter um conhecimento que as levasse ao mercado de trabalho; 24% optaram em fazer o curso devido à esperança de melhorarem os conhecimentos que possuíam, aperfeiçoando-se no trabalho que desempenhavam. A socialização aparece como o terceiro motivo citado pelas mulheres, com um total de 13%. Sendo assim, esse grupo via na realização do curso uma oportunidade de interação. Pulgatti (2012, p.1) defende que “[...]. A partir da interação os sujeitos estabelecem trocas oportunizando a construção de novos conceitos [...]”.

Das alunas participantes, 7% revelaram que tinham se inscrito no Programa por causa da bolsa recebida mensalmente no valor de R\$ 100,00. Diante disso, percebe-se que a questão do valor ganho também é manifestada e demonstra importância para as beneficiárias. Nesse sentido identifica-se que esse grupo das alunas ingressou no curso tendo como interesse principal o dinheiro recebido. Já que uma parcela das participantes do programa se encontram em situação de extrema pobreza. Apenas 2% das participantes falaram da certificação. Essas veem na obtenção do certificado uma oportunidade a mais de emprego, pois o mercado de trabalho hoje exige uma constante capacitação e busca de

reciclagens dos conhecimentos. Quirino e Aranha (2012, p. 75) difunde que “ Verifica-se hoje no mundo do trabalho uma maior exigência educacional do trabalhador em geral, e da mulher em especial, [...]”.

A participação no Programa poderá constituir-se em fator de mudança na vida dessas mulheres por favorecer a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho. Dessa maneira, poderá influenciar na satisfação com a vida, felicidade, afeto positivo e negativo - componentes do Bem Estar Social das participantes (FURTADO, *et. al*, 2012, p. 180).

Essa pesquisa também investiga as possíveis contribuições que o Programa Mulheres Mil trouxe para a vida das egressas. O gráfico seguinte expõe a visão das mulheres sobre a contribuição do Programa para esse grupo:

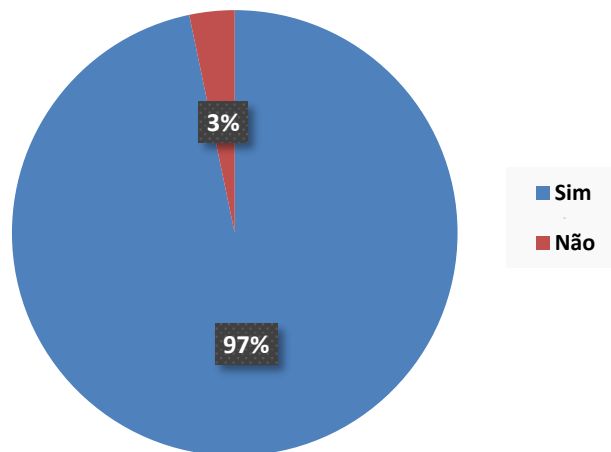


Gráfico 20 - Positividade do programa

De acordo com as respostas das participantes, é visível pelas respostas das participantes da pesquisa, que o programa Mulheres Mil contribuiu de alguma forma na vida dessas beneficiárias; pois 97% falaram que sim e apenas 3% relataram que não viram nenhuma contribuição. Esses dados são importantes, visto que as políticas públicas possuem metas a serem concretizadas, por meio de ações que visam atender às necessidades mais urgentes da população desfavorecida.

É preciso que conheçamos mais a fundo os impactos do Programa Mulheres Mil na vida das beneficiárias, uma vez que toda política pública é realizada com ações do governo em prol de solucionar problemas sérios que atingem boa parte dos cidadãos. Assim, conhecer e analisar como essa política pública direcionada ao público feminino está sendo operacionalizada e compreender as consequências advindas é de fundamental importância para identificarmos o que está acontecendo de real e oportuniza um repensar sobre novas intervenções.

“[...]”, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e à análise dos pesquisadores (SOUZA, 2003, p. 14).

As participantes desse estudo elencaram várias contribuições, as quais são apresentadas no gráfico abaixo:

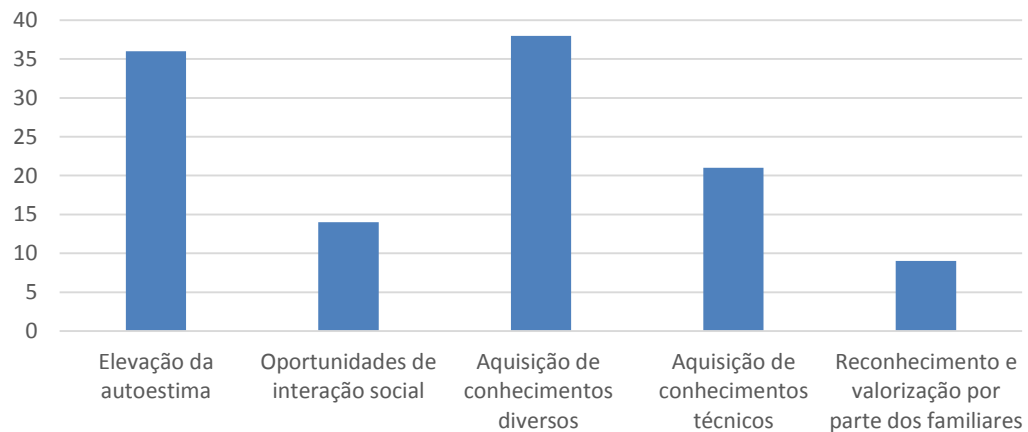


Gráfico 21 - Contribuições do programa

As informações acima relacionam cinco contribuições, sendo que algumas foram apontadas com maior expressividade nas respostas fornecidas pelas mulheres. O aspecto da aquisição de conhecimentos diversos aparece primeiramente, através de 38 alunas. Esse dado está diretamente relacionado com a metodologia estruturada e aplicada pelo programa que é oportunizar o acesso, juntamente com a permanência e o sucesso das certificadas no mundo do trabalho; pois durante os cursos ofertados são discutidos e apresentados conhecimentos sobre direitos e deveres da Mulher, higiene da mulher, empreendedorismo, relacionamento interpessoal, informática, entre outros, consolidando a plena cidadania.

Para tanto, o Programa Mulheres Mil utiliza Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo, responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2014, p. 4).

Diante dos tópicos citados pelas egressas, a elevação da autoestima aparece fortemente, sendo citado por 36 mulheres. Em outras palavras, a oportunidade de valorizar e se perceber como pessoas capazes de realizar algo diferente frente a si próprias, à família e à sociedade, faz com que essas alunas sintam orgulho de si mesmas, internalizando um pensamento positivo sobre seu potencial. Conte (2008, p.2) lembra que “[...]”. A autoestima

tem a ver com as relações e papéis estabelecidos entre as pessoas e destas com o meio onde vivem ou são submetidas a viver”.

O número de 21 egressas apresentou como principal contribuição, a aquisição de conhecimentos técnicos. Dessa forma, percebe-se que os conteúdos abordados referentes aos conhecimentos específicos dos cursos, foram percebidos por esse grupo como prioridade, estando essa visão ligada á formação profissional. Cattani (1997) caracteriza a Formação Profissional sob a análise de duas modalidades: a primeira, mais percebida e divulgada, está vinculada totalmente ao trabalho puramente técnico, sendo sustentada pela lógica de que se todos tivessem conhecimento técnico, não haveria desemprego. Já o segundo modelo, abrange aspectos globais que interagem na relação da educação e trabalho e que vão além da técnica. Nessa perspectiva, acredita-se que a formação profissional deve englobar informações teóricas e práticas, relacionadas à produção, tanto na instituição escolar, quanto nas empresas.

A interação social se apresenta como o quarto aspecto mais citado diante das respostas das beneficiárias, totalizando 14 mulheres. Esse dado nos faz refletir sobre o convívio diário dessas mulheres, pois quando falamos em interação social, pensamos em oportunidades de frequentar lugares diversos e interagir com diferentes grupos de pessoas, através de conversas sobre vários temas. A troca de experiências, a descoberta de semelhanças e pontos de vista contrários auxilia no crescimento humano, permitindo a manifestação de opiniões e do processo de construção e reconstrução da visão de mundo e de pessoa. Nesse sentido, na opinião de Smith e Oliveira (1995, p. 118) “[...] isto significa que o sentido de integração social, compreendendo melhoria de oportunidades, melhores condições de vida, participação social e política, [...]”.

No mesmo sentido, a aprendizagem não acontece de maneira isolada, o indivíduo participante de um grupo social, ao conviver com outras pessoas efetua trocas de informações e, desta forma, vai construindo o seu conhecimento conforme seu desenvolvimento psicológico e biológico lhe permite (MELO; TEXEIRA, 2002, p. 2 e 3).

Acrescenta-se também, a contribuição relatada pelas egressas que diz respeito ao reconhecimento e valorização por parte dos familiares. Nesse sentido, 9 participantes relataram que esse fator foi de grande relevância, pois membros da família identificaram e reconheceram a iniciativa e esforço ao se inscreverem no programa e realizarem o curso de qualificação. Ao sair dos seus lares, essas egressas provocaram uma visão diferente por parte dos familiares que, muitas vezes a viam sem motivação. Assim, no instante que a mulher é vista não apenas como àquela responsável pelas ocupações domésticas, surge um repensar por parte da sociedade, a qual passa a enxergá-la como uma cidadã efetivamente ativa na sociedade.

A partir do momento que a mulher compreendeu que poderia sair da situação de subordinação e passar a conquistar seu espaço através da participação em movimentos e associações, fazendo com que a sociedade percebesse seu valor, inicia-se o rompimento da sua condição de receptora passiva, passando a ser mais participativa e valorizada, principalmente como ser humano, considerando que todos são iguais perante a lei (CARVALHO, 2011, p. 145 e 146).

De fato, verifica-se que o Programa Mulheres Mil trouxe várias contribuições para a vida das egressas em diferentes esferas, concorrendo para que pensamentos e ações próprias e de familiares fossem transformados frente à iniciativa da procura por uma qualificação e, conseqüentemente a melhoria de aspectos globais e importantes do dia a dia.

Como foi visto anteriormente, os conhecimentos técnicos foram citados pelas egressas como importantes. Nessa perspectiva, a pesquisa revela até que ponto as informações obtidas durante o curso foram proveitosas no cotidiano dessas mulheres e se essas competências adquiridas influenciaram ou não, a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a melhoria da renda familiar. Nesse contexto, perguntamos: Os conhecimentos adquiridos na parte técnica do curso Confecção de Bijuteria ou Conservação e Manipulação de Alimentos têm sido proveitosos na sua vida diária?

As respostas foram diversificadas, porém sempre tendo informações que se repetem; então, apresenta-se a tabulação dos dados para análise.

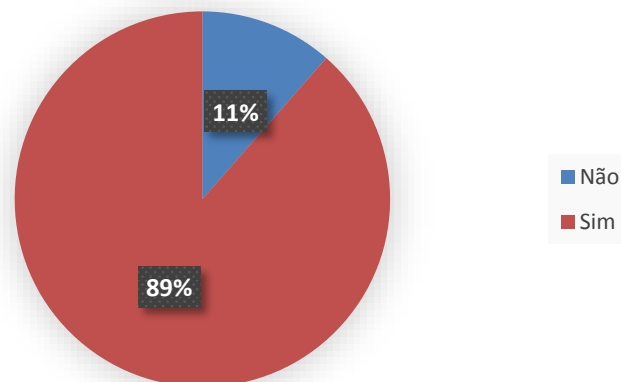


Gráfico 22 - Contribuições dos conhecimentos técnicos para a vida diária.

Os dados revelam que 89% das certificadas responderam sim; enquanto que somente 11% relataram que não. Esse panorama no revela um otimismo por parte das certificadas, identificadas diante das respostas a seguir:

“Eu fiz um colar e pulseiras e brincos” (M 3)

“Fazer doces caseiros” (M 8)

*“A questão da separação de lixo orgânico, esterilização das mãos” (M 11),
“Porque aprendi guardar os alimentos de forma correta para ter uma boa conservação” (M 34)*

“Faço tiara” (M 35)

“O uso da esponja para lavar a louça. Ela não pode ser utilizada muito tempo por causa das bactérias” (M 37)

“Eles ensinou a gente a limpar as verduras, os enlatados, ensinou olhar a validade” (M 40)

“Economizar os alimentos” (M 41)

“A limpeza da geladeira, como são feito os doces” (M 46)

“Faço flor em tecido” (M 48)

“Eu aprendi a higienizar as mãos toda vez que estiver manipulando os alimentos” (M 49) ”.

A exposição das egressas mostra que as informações absorvidas em ambos os cursos, melhorou a postura dessas mulheres dentro das suas casas em relação às ações ligadas à saúde, higiene, economia e a produção de enfeites. Assim, todo o conhecimento absorvido repercute no comportamento não somente da família, mas também nas ações de vizinhos, amigos e da comunidade. Pretto (2009, p. 77) alega que “O conhecimento construído nas diferentes situações e relações sociais atravessa o mundo da vida cotidiana e se desenvolve no centro ou na periferia das comunidades humanas”.

O educando, em seu ciclo de vida e em função do tempo e do lugar em que se encontra, chega com suas vivências, cheio de interrogações, que são para ele significativas, mas também com «pré» respostas da «vida-vivida». Traz saberes que necessitam ser sistematizados e problematizados, em face de uma totalidade mais ampla na qual sua vivência singular está inserida. Mas, ao mesmo tempo, na singularidade, vivencia dimensões da totalidade da experiência humana em determinado tempo e espaço (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 44).

Além disso, no sentido de identificar mais contribuições referentes à inserção no mercado de trabalho e melhoria das condições de vida, as participantes foram indagadas com a seguinte pergunta: A obtenção de um certificado de qualificação profissional contribuiu para o seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da renda familiar? Essa questão é um dos pontos chave desse estudo, porque o Programa valoriza as experiências trazidas pelas mulheres e trabalha na perspectiva de transformação dessas vivências em competência profissional e incorporação no mundo do trabalho utiliza-se da seguinte afirmação:

Os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seu aprendizado e sua vivência motivaram “a criação do Programa Mulheres Mil cujo pilar se constitui em potencializar essa bagagem e transformá-la em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2104, p.3).

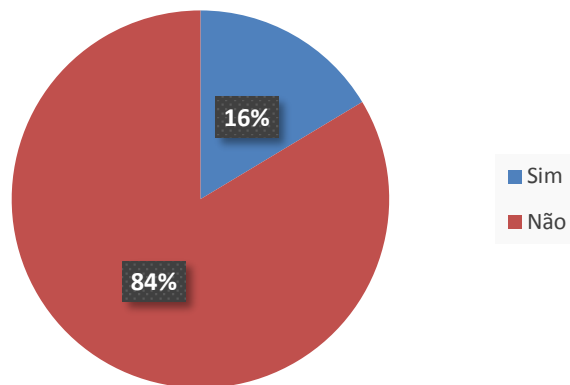


Gráfico 23 - O curso propiciou o ingresso no mercado de trabalho e melhoria da renda familiar

Os dados viabilizados revelam que 84% das certificadas responderam que a qualificação realizada não proporcionou o ingresso no mercado de trabalho e melhoria da renda da familiar, ao passo que apenas 16% relataram a conquista de um emprego e a melhora da renda da família. Dessa forma, constatamos que o número de mulheres que conseguem um trabalho com a qualificação recebida é pequena. A grande maioria continua somente com a esperança de adquirir um emprego para oportunizar a si próprio e à família, assegurando melhoria das condições de vida.

As informações do gráfico 23 podem ser explicadas devido a vários motivos. Primeiramente, os cursos ofertados pelo programa são realizados em um curto período de tempo, em torno de quatro meses, não sendo suficientes para uma real e efetiva aprendizagem. Nesse sentido, é necessário que as alunas sejam oportunizadas ao conhecimento teórico e prático, ou seja, é preciso que conheçam e sejam capazes de fazer, transformando os princípios em execução.

Portanto, mesmo que valorizem o conhecimento do aluno e integrem-no ao processo pedagógico, como se pretende na escola unitária, ainda que se tente conciliar o homo saber e o homo faber, ao garantir carga horária equivalente para a qualificação básica e específica, os cursos não se estruturam na perspectiva de uma educação integral e omnilateral (BARBOSA; DELUIZ, 2008, p. 58).

Ao lado da questão do tempo de realização dos cursos, evidenciamos outro obstáculo: a heterogeneidade das alunas quanto ao nível de escolarização que se encontram, como também, o número de mulheres por turma. As beneficiárias apresentam nível de instrução diferente, no qual algumas não possuem alfabetização nenhuma até àquelas que possuem ensino médio completo. Assim, o processo ensino e aprendizagem ficam comprometidos devido à diversidade do nível de conhecimento sistematizado que muitas alunas não têm. Torna-se difícil desenvolver uma metodologia de ensino processual e dialógica com esse público, onde algumas mulheres não sabem escrever seu próprio

nome. Diante desse contexto, o professor não consegue desempenhar um trabalho condizente aos parâmetros estabelecidos pela proposta curricular dos cursos ofertados pelo programa.

Ainda hoje é possível encontrar propostas de trabalho docente baseadas em um ensino homogeneizador, que se constitui em uma prática bastante relacionada ao ensino seriado. Nesse tipo de prática propõem-se atividades idênticas a todos os alunos, sem levar em consideração que os alunos apresentam respostas diferentes às situações de aprendizagem (PONTES, 2008, p. 16).

Nas salas de aula o quantitativo de 50 alunas por turma também se torna um agravante do processo. Oportunizar um ambiente propício para uma boa aprendizagem com um número elevado de mulheres, é praticamente impossível. FREIRE (2008, p. 2) utiliza-se da seguinte argumentação: “A sala de aula é o grande termômetro pelo qual se mede o grau de febre das mudanças educacionais e é nesse micro espaço que as reformas verdadeiramente se efetivam ou fracassam”.

Em síntese, frente aos pontos abordados acima e às informações fornecidas pelas egressas, comprova-se que a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e o aumento da renda familiar tornam-se muito difíceis, porque a dinâmica do mercado hoje é exigente quanto ao perfil do trabalhador.

Em adição, a presente pesquisa investigou se após o curso as certificadas conseguiram atuar na área que realizaram o curso e em quais atividades isso se concretizou. Conforme o gráfico abaixo.

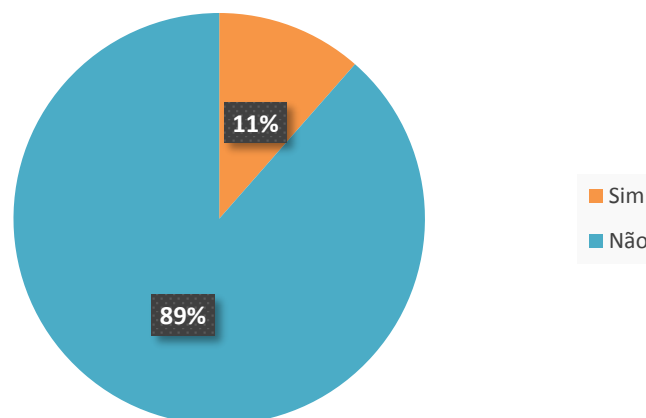


Gráfico 24 - Alunas que após a certificação conseguiram emprego na área de realização do curso.

Após a certificação, 89% das alunas não obtiveram sucesso no mercado de trabalho, pois não conseguiram atuar na área em que fizeram o curso. Apenas 11% das mulheres conquistaram uma vaga em atividades relacionadas à qualificação realizada. Desse grupo, uma egressa permaneceu 2 meses no serviço, 2 certificadas trabalharam um período de mais de 1 ano e quatro beneficiárias conquistaram o emprego e, estão até os

dias atuais desempenhando suas atividades. Esse quadro nos mostra que levando em conta o número expressivo de participantes, uma pequena parcela atingiu o objetivo de ingresso no mercado de trabalho e, dentro dessa porcentagem, um número ainda menor conseguiu manter-se efetivamente no emprego até hoje.

Certamente, pode-se elencar algumas causas que desencadearam essa resposta na relação da certificação com a inserção no mercado de trabalho. Aqui, dá-se destaque ao desenvolvimento local, o qual é um aspecto que deve ser evidenciado e discutido, pois os arranjos produtivos locais são o caminho para repensar e reestruturar os cursos oferecidos pelo programa. Conhecer e compreender a realidade da economia local é ponto crucial para estabelecer metas e traçar estratégias, em prol do atendimento das necessidades dessa população carente, a qual deve também ter informações concretas sobre a sua região.

O envolvimento mais construtivo do cidadão se dá no nível da sua própria cidade e dos seus entornos, na região onde cresceu, ao articular-se com pessoas que conhece diretamente e instituições concretas que fazem parte do seu cotidiano. Trata-se de fechar a imensa brecha entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve. (DOWBOR, 2006, p. 1).

Acrescenta-se também que deve haver ações efetivas por parte das prefeituras dos municípios, juntamente com outros órgãos e entidades para viabilizar o ingresso dessas mulheres no trabalho, por exemplo: microempresas, cooperativas e outros locais, estabelecendo um canal direto que possa absorver a mão de obra das certificadas, promovendo assim, um feedback positivo quanto às expectativas criadas por esse público que sonha constantemente em ter um trabalho e, conseqüentemente, uma melhoria da condição de vida que se encontram. Na visão de Piccinini e Oliveira (2002, p. 2) “As cooperativas de trabalho surgem como forma de reverter o quadro de desemprego da sociedade atual, a reunião de trabalhadores com o fim de fazer uma conexão entre o mercado e o trabalhador”.

Portanto, existem diversos pontos que precisam ser revistos, pois identifica-se várias lacunas no processo de execução do Programa que deve primeiramente conhecer e avaliar o contexto local, percebendo a dinâmica social, política, cultural e econômica.

Na tentativa de maior aprofundamento desse estudo e de abstrair concretude no que tange as contribuições do Programa Mulheres Mil na vida das participantes, investigamos até que ponto essa política pública ajudou as egressas quanto à ampliação dos conhecimentos e a conscientização dos seus direitos. Dessa forma, os gráficos seguintes apresentam esses dados, respectivamente.

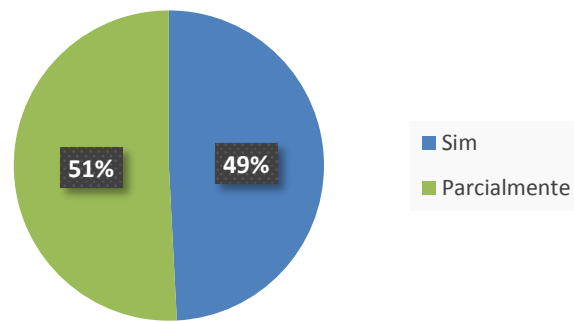


Gráfico 25 - Ampliação dos conhecimentos

Os dados acima mostram um equilíbrio da porcentagem em relação à ampliação dos conhecimentos; ou seja, 51% das mulheres responderam que sim e, praticamente a outra metade, correspondente a 49% relatou que houve uma ampliação das informações de maneira parcial.

Ademais, quando indagadas sobre se sentem mais conscientes dos seus direitos após a participação no programa, as certificadas revelaram otimismo. 61% respondeu que se sentem muito mais informadas, 36% das egressas relataram que se sentem um pouco mais conscientes e, apenas 3% falaram que continuam igualmente conhecedoras dos seus direitos.

Conclui-se que perante as respostas das egressas, o Programa Mulheres Mil auxiliou sim na conscientização dos direitos e na aquisição de conhecimentos diversos, deixando-as mais informadas sobre diversos assuntos que são importantes na vida diária, desde conhecimentos específicos até aos que fazem parte da formação humana.

Assim, em pleno limiar da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho. (POCHMANN, 2004, p. 397).

5.2 Análise e discussão do Grupo Focal.

Essa fase de análise e discussão dos dados fundamenta-se no discurso das 10 participantes do grupo focal; as quais forneceram dados significativos para a classificação de elementos essenciais, pertencentes ao objeto de estudo e que revelam aspectos importantes nas representações formuladas pelas certificadas. Com o objetivo de refletir sobre os resultados obtidos com a realização do grupo focal, tornou-se necessário estabelecer temáticas, categorias e subcategorias que propiciaram a compreensão das informações.

As classes temáticas são as questões globais, ou seja, àquelas que direcionam o estudo; as categorias formam o conjunto dos elementos que estão presentes em determinada temática; as subcategorias são registros mais específicos extraídos das categorias, por diferenciação ou aproximação, de acordo com as falas dos participantes.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

Conforme já abordado, a compreensão dos dados embasou-se na técnica de análise de conteúdo. Nessa perspectiva, o Quadro 2 demonstra as classes temáticas, categorias e subcategorias elaboradas através dos resultados obtidos com o grupo de discussão.

Quadro 2 - Classes temáticas, categorias e subcategorias alcançadas por meio dos resultados do grupo focal.

Classes Temáticas	Categorias	Subcategorias
Perfil socioeconômico	Antes da Certificação Após a Certificação	a) Família
		b) Trabalho
		c) Renda familiar
Curso realizado	Inserção no mercado de trabalho	a) Empregabilidade
		b) Oportunidades de atuação na área da qualificação
Mundo do trabalho	Contribuições	a) Valorização pessoal / Relação interpessoal
		b) Consciência dos direitos e deveres
Percepção geral do programa	Atributos positivos e negativos	a) Curso ofertado/Curso esperado
		b) Estrutura (equipamentos, transporte, lanche e bolsa)
		c) Aulas teóricas e práticas

5.2.1 Perfil Socioeconômico

Iniciando a discussão apresenta-se o perfil socioeconômico das certificadas sendo a primeira temática. O objetivo desse tópico é conhecer quem são como vivem e em que nível se enquadra esse público no que se refere à situação social e econômica; ou seja, aqui iremos ter a compreensão da realidade dessa população. Diante dos resultados obtidos identifica-se três elementos bastante citados pelas participantes: “Família”, “Trabalho”, “Renda Familiar”, os quais se mesclam e revelam princípios explicativos sobre o contexto investigado.

5.2.2 Família, Trabalho e Renda Familiar

Por ser a maior parte das mulheres casadas, as mesmas relatam a importância de possuírem um trabalho para ajudar no sustento da família. Com esperança e perspectiva de conseguir um trabalho, as mulheres falaram do sonho que tinham de melhorar a vida, ter renda. Ressaltaram a importância de ter seu próprio dinheiro para comprar o que sentem vontade, pois muitas vezes fica difícil para apenas o cônjuge arcar com todas as despesas do lar. Diante disso, comprovamos essa conclusão quando nos deparamos com as seguintes falas:

“ter a renda né!” (participante M 8).

“[...] Que vai dá emprego pra nós, e tudo ai, ai todo mundo sacrificaram, porque todas que fez o curso sacrificaram, porque era tudo mãe de família tinha filho, tinha marido. Então nós foi por causa daquela expectativa de aprender, de ter mais conhecimento, porém também tem o emprego[...].” (participante M2).

Outro aspecto que chamou a atenção durante a discussão, foi a consciência sobre a importância da mulher conquistar um trabalho. Não ser dependente do marido pra tudo, foi um fator elencado por uma das certificadas e reafirmado por todas as outras participantes. Essa percepção demonstra que, mesmo nas classes menos favorecidas, a ideia da mulher desempenhar atividades fora do lar e ajudar no sustento da família é salutar, pois muitas vezes o marido se encontra desempregado ou ganhando pouco. Verificamos essa característica quando escutamos as respostas a seguir.

“Ah! Ser independente de tudo. É tão ruim a pessoa depender da calcinha até o absorvente do marido, é doído né! E tem assim, você tem uma maior vontade de comprar um chinelo. Eu te dou daquele lá que tá mais barato, e você tá querendo aquele, (mais ele não te dá porque não tem condições). Como é que você vai ficar oh: água, luz, gás, feira... morreu de fome! É!... se a gente não dá os pulinhos da gente, nunca!” (participante M8).

“Ser independente né! Quanto mais agora que tá essa crise financeira, do jeito que tá aí... marido desempregado...” (participante M8).

Portanto, o fato de possuir um trabalho que propicie uma remuneração é extremamente importante e visto como uma das principais perspectivas dessas mulheres, ao ingressarem nos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil. Assim, a qualificação é vista como um caminho de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, melhoria da renda familiar. Do ponto de vista de Montali (2003, p. 128) “A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é um fato importante nas mudanças observadas nos arranjos familiares [...]”. A autora destaca a participação da mulher como avanço nas relações família-trabalho e as reformulações que vem acontecendo nas estruturas familiares.

A segunda temática formulada com base nas informações fornecidas pelas beneficiárias é o Curso realizado. Nesse sentido, a formação oferecida abrange a categoria Inserção no mercado de trabalho com vistas à: empregabilidade, oportunidades de atuação na área da qualificação e acúmulo de conhecimentos técnicos. Essas três subcategorias trazem consigo, conceitos e representações que permeiam o cotidiano dessas mulheres; as quais buscam no momento a chance de atuação no mercado de trabalho, dispondo de uma certificação que lhes dê o conhecimento necessário para a obtenção de um emprego, com seus direitos resguardados.

5.2.3 Empregabilidade

Falar em empregabilidade é ter o direito e o acesso ao emprego, usufruindo de direitos e deveres trabalhistas. Nos dias atuais, a empregabilidade está diretamente ligada à qualificação, devido aos avanços tecnológicos e a dinâmica e necessidades do mercado. As pessoas passaram a buscar capacitar-se para atender e se enquadrar em uma realidade, que cada vez mais exige mão de obra qualificada. Nesse sentido, Borin et. al. ([s.d], p.3) utiliza-se da seguinte argumentação: “Empregabilidade tem como definição às novas realidades. Novos empregos surgiram, exigindo qualificações dos trabalhadores diferentes das que existiam até então.” Assim, frente às respostas das certificadas, elenca-se algumas falas importantes. Quando perguntadas sobre qual a principal expectativa que tinham, quando se inscreveram no Programa para fazer o curso, foi maciça a questão da empregabilidade. Todas as alunas esperavam terminar o curso empregadas ou com uma segurança de emprego. Podemos constatar esse aspecto nas respostas abaixo.

“um emprego! Todas, a maioria foi pra lá mais achando que ia ter né, esse negócio de emprego” (participante M2).

“ eu também!”(participante M3).

“todo mundo!” (participante M5)

“eu também! Eu chegava pegar o dinheiro da revista pra pagar o ônibus, mais aquele outro dia me dava uma vontade de chorar. Como cobrir esse negócio, onde eu só tava tirando dinheiro” (participante M8).

Outro questionamento que precisa ser compreendido é até que ponto os cursos ofertados possibilitam oportunidades de atuação na área da qualificação realizada. De acordo com as principais diretrizes do Programa Mulheres Mil, a qualificação deve propiciar a inserção dessas mulheres no mundo e no mercado de trabalho. Todavia, não é isso que acontece, pois uma pequena parcela das certificadas atua na área que realizaram o curso.

As participantes na grande maioria, falam que não conseguiram um emprego no campo referente às competências apreendidas. Indagadas sobre se procuraram um emprego na área da capacitação, as egressas responderam revelando pontos importantes. Os relatos a seguir mostram o porquê de não adquirirem uma atividade no campo concernente ao curso.

“Eu não, porque eu via que eu não dava conta, porque eu não aprendi nada, é igual mãe falou, é poucas pessoas que conseguiam aproximar da panela, pra fazer as coisas, entendeu?!” (participante M4).

“Eu também a mesma coisa, que eu fiquei mais assim foi lá só cortando né. E aqueles mamão eu cortava, ralava aquelas laranjas, mais assim pra tá lá mexendo nas panelas e vendo assim de pertinho eu não eu num fiz lá não” (Participante M3).

“Eu foi igual o caso de Daniela, porque eu sabia que eu não ia dar conta. Agora pra lavar vasilha, eu lavo que é uma beleza!” (Participante M5).

“Eu não que eu não aprendi nada! Agora se tivesse um serviço pra lavar vasilha eu ganhava (risos). A carteira minha tava assinada na hora, que eu também fui á pra lavar tacho” (Participante M8).

A fala da participante M4 apresenta um fator relevante quanto ao aprendizado, porque fala da relação do número elevado de alunas e do limitado material ofertado para a prática. Na sua exposição, a aluna demonstra uma frustração por não ter a possibilidade de vivenciar os conhecimentos teóricos por meio da atividade. Desse modo, a associação da teoria e prática é fundamental durante o processo de ensino e aprendizagem; já que propicia uma eficácia do sistema na aquisição e compreensão dos conhecimentos. Ou seja, as alunas devem estar preparadas para agir e refletir sobre suas ações, apresentado compreensão sobre as etapas e o processo como um todo. Cruz (2011, p. 23) utiliza-se da seguinte argumentação:

A prática oferece a oportunidade para colocar a teoria em aplicação, dando uma melhor compreensão do que foi estudado na teoria, visto que as aulas práticas despertam no aluno a vontade de manipular as definições passadas nas aulas teóricas e fazem com que eles relacionem o conhecimento adquirido com sua vida, [...].

Muitas vezes, as oportunidades de emprego são influenciadas pelo perfil do trabalhador (a), que deve apresentar domínio e preparo para atuar na área em que objetiva empregar-se. Nessa perspectiva, as alunas do Programa Mulheres Mil necessitam de uma qualificação que corresponda com as demandas do mercado de trabalho local, por meio de um sistema de ensino que vislumbre o aprofundamento dos conhecimentos técnicos, como também os diversos, percorrendo as etapas sequenciais da aprendizagem.

O relato da certificada M8 chama atenção, pois expõe a incompatibilidade da atividade realizada por ela, quanto ao que realmente deveria ser vivenciado na aula prática. Percebe-se também, na fala da referida aluna, certo ar de ironia quando ela se reporta ao que mais fazia, porque deixa claro que não precisaria estar ali para executar o que estava sendo feito.

Então, identificamos diante dos relatos a existência de uma qualificação insuficiente, não estruturada, pois as alunas não veem chances de empregabilidade e da conquista de estabilidade financeira com o que é realizado durante os cursos ofertados. Diante disso, há uma qualificação ineficaz, havendo um processo invertido da essência de uma verdadeira capacitação. A qualidade do trabalho é fator decisivo para que o trabalhador (a) possa atuar e desempenhar efetivamente suas atividades laborais com perspectivas de progressão, quanto à solidez, reconhecimento, valorização e conseqüentemente, evolução produtiva e remuneratória. Rocha-Vidigal e Vidigal (2012, p. 42) alegam que “A qualificação profissional amplia fundamentalmente a possibilidade de o trabalhador manter-se empregado e, ainda, permite a busca futura por cargos que o remunerem de forma condizente à sua nova capacidade produtiva”.

5.2.4 Oportunidades de atuação na área da qualificação

Durante a discussão, somando-se aos aspectos abordados, perguntou-se se as egressas após a certificação procuraram emprego na área que realizara a qualificação. As respostas emitiram fatos interessantes, pois quase todas as certificadas disseram que não tiveram a iniciativa de procurar um trabalho na área e ainda falaram que isso aconteceu, devido à comodidade e falta de preparo durante a realização do curso. Diante desse contexto, vamos analisar as falas destacadas a seguir.

*“porque eu não tive oportunidade nem de chegar perto das painelas”
(participante M1).*

“eu nem procurei não, eu não procurei, não foi tanto por causa que, eu aprendi pouquinho coisa e também já sabia um tiquinho, só que eu não procurei não porque, uma eu fico como dona de casa, então meu marido nem trabalho, ele nem gosta que eu trabalho?! Não gosta muito que eu trabalho não. E eu tenho, eu cuido também de uma irmã dele que é especial, como é que eu vou sair?! Não tem nem como né, tenho o menino, ai eu nem procurei serviço. Mais salgado dentro de casa pra mim fazer pra gente comer, eu aprendi” (participante M6).

“tinha que ter mais organização” (participante M5).

“era muita mulher trabalhando” (participante M8).

Na verdade, percebemos semelhanças dos relatos em relação às questões elencadas anteriormente, quanto à questão da empregabilidade. Entretanto, nas falas acima surgem alguns aspectos que merecem atenção e precisam ser discutidos. Primeiramente, quando a participante M1 expõe que não teve oportunidade de chegar próximo às painéis, ela destaca a impossibilidade de aprendizado durante uma aula prática. Sendo assim, há uma incoerência muito grande em todo o processo desenvolvido, porque é negado a aluna vivenciar uma atividade inerente ao curso. O fazer faz parte da aquisição e compreensão do conhecimento e propicia aos indivíduos o desenvolvimento global, por meio da formulação e reformulação de concepções, princípios e capacidades que são ampliados com a experiência.

“Treinamento e desenvolvimento são a aquisição sistemática de conhecimentos capazes de provocar, a curto ou longo prazo, uma mudança na maneira de ser e de pensar do indivíduo, através da internalização de novos conceitos, valores ou normas e da aprendizagem de novas habilidades” (VARGAS, 1996, p. 127).

Dessa forma é evidente a insegurança e incerteza da aluna, quando em um dado momento, tiver a oportunidade de atuar no mercado de trabalho, pois o trabalhador necessita mostrar que possui conhecimento e demonstrar isso durante suas ações diárias e frente aos desafios que vão surgindo no cotidiano do trabalho. No momento que a participante M8 fala do número grande de alunas trabalhando, ela se reporta a um contingente exagerado para utilizar equipamentos com número restrito.

O relato da participante M5 provoca um repensar sobre a maneira como está sendo conduzida a política pública do Programa Mulheres Mil. Não basta apenas ofertar cursos, mas é primordial que haja estruturas físicas e recursos humanos para executá-los de maneira eficiente, tendo como resultado um feedback positivo em torno das metas estabelecidas. Na verdade, mesmo sem conhecimento aprofundado sobre o processo, a aluna identifica um fator negativo quanto à organização do curso, porque sem sistematização não temos ensino de qualidade.

Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos. (PACHECO, 2010, p. 18 e 19).

Enquanto os relatos das participantes M1, M5 e M8 se coadunam; a participante M6 revela um aspecto interessante e que permeia os lares de muitas mulheres brasileiras. O fato de a mulher sair de casa para trabalhar ainda incomoda muitos homens (cônjuges e/ou companheiros), os quais não aceitam que suas esposas atuem efetivamente no mercado de trabalho de maneira autônoma e produtiva. Até então, para alguns maridos é difícil compreender que os tempos mudaram e que hoje, mulheres e homens são livres para exercer seus deveres e direitos, sendo o trabalho feminino um desses. Probst (200, p. 8) afirma que “Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas”.

Identifica-se também outro fator que influenciou a não procura por um emprego na área da qualificação: a comodidade. Esse aspecto foi percebido durante a discussão. Podemos dizer que esse acontecimento está relacionado diretamente ao preparo insuficiente identificado e relatado pelas certificadas, pois à medida que não sentimos segurança naquilo que nos propomos a fazer, somos levados à comodidade.

Todavia, após o término do curso e diante dos relatos das participantes do grupo focal, comprovamos que a maioria das certificadas não procurou emprego na área da qualificação, principalmente pelo fato de se sentirem inseguras, relatando que o curso não as preparou devidamente para atuarem no mercado de trabalho com confiança e competência.

Conclui-se que há uma falha grave quanto à implantação dos cursos, porque não se trata somente de oferecer capacitações aligeiradas. O importante e o foco da questão é disponibilizar caminhos de atuação para que essas mulheres possam ter acesso ao mercado de trabalho, mas não de qualquer forma, pois a qualidade da mão de obra do trabalhador é realmente decisiva para a conquista emprego. Nessa perspectiva, todo o processo de execução deve ser regido primeiramente por uma análise sobre a economia e o desenvolvimento local do município, para que a partir daí a dinâmica e o funcionamento dos cursos ofertados tenha legitimidade diante do contexto no qual está sendo executado. Em Milani (2003, p.1) vamos encontrar o seguinte esclarecimento: “O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”.

O Mundo do Trabalho apresenta-se como a terceira temática a ser analisada, a qual engloba a categoria das Contribuições que o Programa Mulheres Mil forneceu para a vida dessas mulheres. Nesse sentido iremos dialogar sobre Valorização Pessoal, Consciência dos Direitos e Deveres e Relacionamento Interpessoal que são os elementos identificados como palavras-chave para melhor compreensão da temática em foco.

Primeiramente, é necessário esclarecer que mundo do trabalho é uma área bastante ampla e profunda. Compreende muito mais que o mercado de trabalho, pois abrange todo o aparato que envolve o indivíduo, desde a sua atividade laboral até os valores construídos e reconstruídos enquanto pessoa, capaz de refletir, agir e transformar a sociedade da qual faz parte. Dessa forma, no mundo do trabalho as pessoas não são simplesmente moldadas e condicionadas pelo capital, por meio da busca radical pelo lucro, mas são respeitadas, valorizadas pelas experiências vividas e pela história de vida.

Portanto, os aspectos de cidadania são reconhecidos e vivenciados no mundo do trabalho de forma que os indivíduos se percebam agentes e transformadores da história. Nessa perspectiva, as pessoas são valorizadas frente a si próprias, à família, aos amigos, colegas de trabalho e comunidade em geral; ou seja, as pessoas devem participar de um processo de inclusão, e não de exclusão.

“Cabe a sociedade fazer sua escolha frente à nova realidade do mundo do trabalho: ou será uma sociedade capitalista de exclusão que concentra os bens e o trabalho nas mãos de poucos, buscando acima de tudo o lucro para poucos ou será uma sociedade aberta e de cooperação recíproca que busca a inclusão cada vez maior de pessoas, dando chance a todos” (Rossato, 2001, p. 159).

Os desafios enfrentados para o desenvolvimento da política pública do Programa Mulheres Mil são muitos. Ademais, identificam-se pontos positivos na realização desse projeto na vida das beneficiárias. Nesse estudo, Mais especificamente na temática do mundo do trabalho, aparecem alguns elementos importantes relatados pelas egressas como contribuições, são eles: valorização pessoal, relação interpessoal, os direitos e deveres da mulher.

5.2.5 Valorização Pessoal /Relação Interpessoal

Quando indagadas sobre o significado do programa (contribuições) para as suas vidas, as mesmas responderam de maneira unânime que a oportunidade de participar da qualificação teve reflexos significativos na autoestima, no estabelecimento de novas amizades e troca de experiências, discernimento dos seus direitos e deveres, principalmente em relação à maneira que muitas viviam com seus cônjuges e/ou companheiros; além também da aquisição de conhecimentos técnicos. Brondani (2010, p. 18) alega que “o ser

humano procura incessantemente a felicidade, a realização de sonhos e a convivência pacífica e harmoniosa com o outro tanto dentro quanto fora da organização”. Nesse sentido, as falas abaixo mostram o aporte percebido e vivido pelas certificadas como contribuições auferidas durante os cursos.

“Ah foi bom, conheci mais as pessoas que tavam frequentando o curso. Aprendi muita coisa também. Foi proveitoso.” (Participante M1).

“Foi bom, ótima experiência, aprendi muita coisa.[...] conhecer uns aos outros, fazer novas amizades, ter conhecimento de como armazenar os alimentos que foi muito bom também, o ensinamento, principalmente do feijão (risos), eu não esqueço daquele ensinamento do feijão, como organizar a alimentação né, direito (Participante M2).

“Eu gostei demais assim do curso né, e também como ela falou assim, aprendi a conservar os alimentos né! Também conheci outras pessoas” (Participante M3).

“Quando foi assim no ponto de começar, socializar, beleza! Você entendeu? E assim igual Noeme tá falando, foi cansativo! Porque nós saía assim, cansada já de casa, e os horários era muito! Então nós chegava em casa era 11 horas da noite, tendeu?!” (Participante M4).

Nos relatos acima, identifica-se que durante o tempo de convivência, as alunas sentiram prazer quanto ao aprendizado e enfatizaram o aspecto da socialização, pois para muitas àquele momento oportunizara o diálogo entre elas, por meio da troca de experiências. Pulgatti (2012, p.[s.d]) explicita seus pressupostos falando que “através da interação dialógica os sujeitos adquirem ou aprimoram a possibilidade de consciência de realidade”.

A partir do instante que o indivíduo passa a instituir pontos de ligação entre o que lhe é transmitido e aquilo que pertence à sua vida, em relação às experiências diárias, ele inicia um processo de construção efetiva do conhecimento. Diante das falas do grupo de discussão, percebe-se que essas mulheres estabelecem uma relação do fazer cotidiano com os conteúdos ensinados; pois quando expressam sobre o processo correto de armazenar o feijão, as discentes repensam sua maneira de realizar determinada atividade, reformulando e compreendendo a necessidade do fazer diferente, fundamentado em argumentos científicos. Esse saber possibilita a ação transformadora sobre a realidade da qual as alunas fazem parte.

O conhecimento é o produto da relação entre os sujeitos e também da relação destes com o mundo. É pela educação que os sujeitos constroem possibilidades para mudar a si mesmo e o mundo ao seu redor. A atividade de ensino-aprendizagem é determinada pela interação social dos sujeitos envolvidos neste processo (PULGATTI, 2012, [s.d]).

A fala da participante M4 revela quanto à socialização que foi muito bom, porém deixa claro que houve outros pontos que não foram bem organizados e trabalhados. A aluna relata que já saía de sua residência cansada, devido aos afazeres domésticos. Expõe

também a questão do horário que chegava em casa, sinalizando que as aulas terminavam muito tarde, além de falar que era muito cansativo. Nesse sentido, constata-se que as aulas deveriam ser mais criativas, tendo atividades mais diversificadas que envolvessem o maior número de alunas, para que as beneficiárias demonstrassem interesse e motivação, provocando assim, uma aprendizagem positiva.

Sabe-se que um dos principais fatores que interferem no comportamento de uma pessoa é a motivação, que influi com muita propriedade em todos os tipos de comportamentos, permitindo um maior envolvimento ou uma simples participação em atividades que se relacionem com a aprendizagem, o desempenho, a atenção (MELO, 2011, [s.d]).

Conciliar todas as atividades dia a dia com as idas ao Instituto para participar das aulas no período noturno, tornava-se um desafio enorme para as mulheres, as quais já tinham trabalhado durante todo o dia. Por outro lado, os relatos nos mostram que apesar dos obstáculos, os encontros, diários representavam também um momento de prazer, diversão e aprendizado, mesmo que tenha sido pouco.

O relacionamento interpessoal aparece nos depoimentos com ênfase, pois é um fato pertencente à nossa existência, por meio da presença de duas ou mais pessoas. Interagir com o outro é um processo que envolve um conjunto de limites, valores, conceitos e reflexões que são construídos ao longo da vida e reconstruídos com o contato mútuo nas relações estabelecidas; sejam elas, em casa, na escola, no trabalho ou durante momentos de lazer, seja no cenário político, social, cultural, econômico. De acordo com Brondani (2010, p.10) “os relacionamentos interpessoais são influenciados além das dimensões afetivas e cognitivas, aspectos que estão presentes em todas as organizações como econômicos, políticos, psicológicos e a cultura organizacional”.

Perante as contribuições no que concerne ao mundo do trabalho, as alunas relatam que se tornaram mais conscientes dos seus direitos e deveres, devido a oportunidade que tiveram de assistir a palestras e aulas que contextualizassem esse tema. Nas falas abaixo, as certificadas expressam seus pensamentos e aprendizados sobre a subcategoria em discussão.

“... Porque teve muitos ali que aprendeu, através das palestras, a palestra de Dr. Lúcio Loiola mesmo foi a melhor palestra que teve, porque muitas mulheres aprendeu como se defender do marido, os direitos que a mulher tem sobre a Lei Maria da Penha que muitas não conhecia, passou conhecer e se defender através da palestra que Lúcio deu, a advogada criminalística também deu também a palestra também, foi muito, deu pra nós aprender muita coisa né Iva. Tinha muitas mulheres que ainda sofria com os maridos, se libertou através desse curso. Eu mesmo me tiro por minha sogra também né, que sofria muito com o marido, aprendeu se defender...” (Participante M2).

“Nós conheceu mais os nossos direito né, que nós não conhecia, o direito da mulher, pra nos defender, foi bom!” (Participante M5).

“É que o homem tem hora que quer beber uma cervejinha, tem hora que quer chegar bater na mulher, só ligar pro 190, a mulher também tem o direito...”(Participante M8).

Ao falar sobre a Lei Maria da Penha, percebe-se o desconhecimento das participantes de uma forma geral. As certificadas M2 e M5 demonstram por meio de suas falas que antes de terem acesso às aulas não sabiam sobre os direitos relacionados à proteção da mulher.

O Congresso aprovou o novo diploma legal, que foi batizado de Lei Maria da Penha, em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que em 1983 recebeu um tiro do marido, enquanto dormia. Da agressão resultou a perda dos movimentos das pernas e viver numa cadeira de rodas – paraplégica [...] (BRASIL, 2006, p. 5).

No momento em que a participante M5 expõe que aprendeu a se defender, ela demonstra a não aceitação de agressões que possam vir a acontecer e, mais ainda, supera a imagem que a mulher deve ser submissa e aceitar o que lhe é imposto, pois seu relato deixa claro que a mulher deve ser respeitada. Assim, a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) como conteúdo transmitido e discutido durante as aulas do Programa Mulheres Mil, trás uma mensagem positiva e importante para esse grupo de mulheres, as quais muitas das vezes não conhecem seus direitos, vivendo à margem do sofrimento, físico, sexual e psicológico.

Infelizmente sabe-se que as mulheres no Brasil ainda sofrem com a violência doméstica. Mesmo com o acesso ao conhecimento sobre os direitos da mulher, as agressões e mortes têm estado presentes nas residências brasileiras. O medo e o receio em denunciar os abusos sofridos, ainda fazem parte do cotidiano de muitas mulheres; que se veem ameaçadas pelos cônjuges e/ou companheiros. O estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013. p.1) demonstra o seguinte esclarecimento “[...] foi realizada uma avaliação do impacto da Lei Maria da Penha. Constatou-se que não houve influência capaz de reduzir o número de mortes, pois as taxas permaneceram estáveis antes e depois da vigência da nova lei”.

Dados do IPEA (2013) revela que o índice de feminicídios no Brasil é assustador, principalmente na região Nordeste. A Lei nº 13.104, de 2015 deixa claro as penas da ação do feminicídio, que é o crime contra a vida da mulher. O estado de Minas Gerais também apresenta números bastante expressivos quanto à misoginia, conceituada como ódio, desprezo ou repulsa ao gênero feminino. Pode-se visualizar esse fato no quadro abaixo:

Quadro 3 – Índice de Número Absoluto de Femicídios no Brasil 2009 a 2011.

Unidade da Federação	Número Absoluto de Femicídios Corrigidos de 2009 a 2011	Média Anual do Número Absoluto de Femicídios Corrigidos
Acre	58	19
Alagoas	427	142
Amapá	60	20
Amazonas	263	88
Bahia	1945	648
Ceará	684	228
Distrito Federal	222	74
Espírito Santo	601	200
Goiás	686	229
Maranhão	460	153
Mato Grosso	310	103
Mato Grosso do Sul	237	79
Minas Gerais	1939	646
Pará	768	256
Paraíba	408	136
Paraná	1035	345
Pernambuco	1070	357
Piauí	129	43
Rio de Janeiro	1513	504
Rio Grande Do Norte	306	102
Rio Grande Do Sul	763	254
Rondônia	171	57
Roraima	57	19
Santa Catarina	310	103
São Paulo	2377	792
Sergipe	172	57
Tocantins	138	46
Brasil	16994	5665

Fonte: IPEA/2013.

Os meios de comunicação, as redes sociais, as instituições de ensino têm buscado conscientizar a todos sobre os direitos humanos e, além disso, nas próprias relações sociais existe a troca de informações de maneira informal, mas que leva às pessoas a refletir e dialogar sobre os acontecimentos conjunturais nos mais diversos campos, como por exemplo: os direitos da mulher, assunto aqui em discussão.

Portanto, nota-se que o debate a respeito dos direitos da mulher é permeado por pontos positivos, como também negativos. Nesse sentido, quanto aos avanços, identifica-se a percepção e a consciência de uma parte da população feminina que passa a possuir conhecimento da Lei Maria da Penha. Na verdade, as participantes M2 e M5 transmitem esse discernimento; todavia ainda prevalece no nosso país um número altíssimo de abusos e desrespeitos com as mulheres, as quais tem receio em denunciar a violência.

A última e não menos importante temática a ser discutida é a Percepção geral do programa. Esse tema apresenta os atributos positivos e negativos referentes às seguintes subcategorias: Curso ofertado, Estrutura (equipamentos, transporte, lanche, bolsa) e Aulas Teóricas e Práticas. Nesse momento da análise identificar e refletir sobre as questões e percepções relatadas pelas participantes, no que se refere ao Programa, mais especificamente, sobre a evolução e os obstáculos percebidos e vivenciados pelas certificadas.

5.2.6 Curso Ofertado

As mulheres participantes do grupo focal realizaram o curso de Manipulação e Conservação de Alimentos. Durante a conversa, as alunas falaram de ter gostado de participar do programa, mas expuseram muitas críticas a respeito da estruturação e desenvolvimento do curso. Foi unânime a visão de que o curso deveria ter sido mais organizado, além das certificadas questionarem aspectos simples, como por exemplo, a divisão e conteúdos das aulas ministradas.

Participar do curso de qualificação, mesmo que em carga horária pequena, foi um desafio para todas as egressas. Todavia a expectativa de após o curso, conseguir um emprego era muito grande. As alunas esperavam, por meio dos saberes adquiridos, conquistar um trabalho e estarem preparadas para atuar em locais condizentes aos conhecimentos vistos durante as aulas. As falas a seguir trazem elementos pertinentes para compreendermos a visão das certificadas sobre o Programa, mais especificamente, a respeito do curso ofertado e da relação com a realidade local.

“Eu acho assim, sabe?! Pra que isso funcione e sai bem, o que o que o governo podia fazer?! Já oferecer os cursos, juntar com a prefeitura, falar assim, vamos fazer uma cooperativa pras mulheres trabalhar. Fazia um curso mais colocasse uma cooperativa. O dia mesmo que ia ter o curso ai, falou que ia montar uma padaria pra mulheres trabalhar, pra fazer, ai você tá falando pão, bolo esses trem...”(Participante M2).

*“cada um pagava um pouquinho né, pra gente não ficar ai...”
(Participante M5).*

*“Olha esse museu ai, o desperdício que teve, oh o dinheirão desperdiçado”
(Participante M6).*

“ Ah eu só gostaria que oferecesse nós um curso dasse um emprego pra nós também que, nós vamos ficar só fazendo curso, curso, oh pra você ver, a pessoa faz um curso pra padeiro né, já sai de lá com uma profissão né, vai numa padaria coloca um currículo né, já tem que chamar, já tem seu emprego né! E nós? Tipo assim, nós faz um doce, faz um doce cortado e tudo, nós ganha aquele certificado mais quem vai lá saber que a gente sabe fazer o doce”(Participante M8).

Diante dos relatos das mulheres, fica nítido que não basta somente ofertar cursos. Elas ainda vão mais longe, pois além de detectar esse problema, fazem considerações para melhorar a escolha e implementação dos cursos. Esse fato revela que as educandas podem e devem participar desse processo, porque trata-se aqui, de uma política pública que abrange a esfera social e educacional.

Amorim (2012, p. 2) argumenta que “a educação leva ao crescimento profissional do educando e à busca por novos objetivos é alcançada por meio do desenvolvimento obtido ao longo do curso de qualificação”. Nesse sentido, observa-se que a preparação profissional deve ser valorizada, pois quando a mesma é realizada com eficácia, propicia progresso para o indivíduo no sentido de cidadania, como também na vida profissional. A eficácia se apresenta como a realização de um trabalho bem desenvolvido, capaz de corresponder ao que é esperando. Na visão de Frasson (2001, p.165) eficácia é a “capacidade demonstrada pelo projeto de atingir os objetivos e metas previamente estabelecidos”.

Um segundo aspecto elucidado pelas alunas, foi a incerteza e o vazio sentido por todas no que diz respeito ao que fazer após o término do curso. Nesse momento, as egressas argumentam sobre a inexistência de locais de trabalho para atuação e, de imediato, já sugerem soluções para o problema percebido. Nessa perspectiva, propõem a possibilidade de estabelecer parcerias e formar cooperativas, identificando a necessidade de existir um elo entre os cursos oferecidos pelo programa e a realidade local. A ideia da saída com êxito faz parte do conjunto de metas do Programa Mulheres Mil. Entretanto, compreende-se que os impactos de uma política de grande porte como essa, só despontam com o passar do tempo, por meio da continuidade e solidez das ações.

Outro aspecto importante a ser lembrado em relação do que vem a ser um a política pública e como ela se constitui diz respeito ao seu caráter de futuro. Se cabe ao Estado o gerenciamento das demandas e dos interesses dos diversos agentes sociais, isto se faz, por meio de conjunto de ações de investimentos e/ou regulação, numa perspectiva de futuro. Isto é, entende-se como política pública quando a ação do Estado, ou um conjunto delas, tem como objetivo transformar a realidade numa perspectiva de futuro, não apenas momentâneo (BONETI, 2011, p.18).

Ao compreender que as respostas de uma política pública não surgem de repente, acredita-se que se conduzida com eficiência e segurança, mesmo nos primeiros anos, pontos positivos são aflorados. Frasson (2001, p 165) conceitua eficiência como a “otimização” na aplicação dos recursos financeiros e materiais em relação aos resultados alcançados pelo projeto”. Dessa forma, ainda que as participantes expressem suas decepções e críticas em relação ao curso ofertado e ao programa de maneira geral, identifica-se que as certificadas obtiveram proveito em alguns aspectos, como vimos

anteriormente em relação à elevação da autoestima, o relacionamento interpessoal e alguns conhecimentos técnicos e gerais.

Deixar casa, família, afazeres domésticos e/ou sair do trabalho apressada para frequentar as aulas no Campus, foram barreiras enfrentadas por todas as mulheres. Entretanto, as alunas souberam conduzir essa situação e estabeleceram um equilíbrio em relação ao tempo e suas responsabilidades. As exposições revelam que as egressas aprenderam algo que refletem no seu cotidiano e que são realizados conforme os conteúdos vistos durante o curso. Por outro lado, as educandas deixam claro que o conhecimento técnico adquirido, foi aquém do que realmente é necessário para atuar no mercado de trabalho com competência.

Quando indagadas sobre outro curso que gostariam que fosse ofertado, as alunas na grande maioria expressaram o desejo de participar do curso de Culinária e um número menor disse sentir vontade de realizar cursos na área de decoração e costura. Nas falas abaixo identificamos quais os cursos que as egressas apreciariam fazer.

“Culinária, ou decoração, decoração de festas” (Participante M1).

“Culinária, ainda eu sonho de fazer gastronomia, ainda chego lá!” (Participante M2).

“Artesanato, porque assim eu já trabalho com crochê, pintura essas coisas, ai eu queria fazer outros tipos de artesanato, mais eu gosto mais de artesanato” (Participante M3).

“Culinária” (Participante M4).

“Culinária, porque é o que eu tenho mais vontade de aprender né” (Participante M5).

“Eu queria aprender fazer uns pratos diferentes bem chique e artesanato, eu acho tão bonito esses artesanatos, de crochê, esses assim, bolsa, essas coisas, eu acho tão bonito” (Participante M6).

“Salgados, assim e também pra quem gosta muito costura” (Participante M7).

“Salgados, tem tanto tipo de salgado que a gente não sabe né! só sabe esse pastelzinho básico né, ou um bolo, igual ela né já gosta de mexer, incrementar mais, tem tanto tipo de bolo que a gente nem conhece né?! Decoração né” (Participante M8).

Das oito participantes do grupo focal, seis responderam que o curso de Culinária teria mais receptividade, sendo que uma delas também citou o curso de costura e apenas duas egressas falaram do curso de artesanato. Por sua vez, o interessante é que a participante M3 que sugeriu o curso de artesanato, deixa claro que deseja complementar os conhecimentos que já possui, pois desenvolve trabalhos manuais, como crochê e pintura. Então, identifica-se que pode haver capacitações direcionadas às áreas que as mulheres

possuem habilidades, enriquecendo os conhecimentos já existentes e oportunizando a sistematização do saber.

A capacitação consiste na atualização, complementação e/ou ampliação das competências (grifo do autor) necessárias à atuação no contexto dos processos ao qual a pessoa se vincula. É tornar as pessoas habilitadas e qualificadas para determinado trabalho. [...] (PEREIRA; ARAGÃO; GOMES, 2015, p. 4).

As certificadas nas suas falas sinalizam para alguns caminhos em busca da melhoria do Programa e também quanto à operacionalização dos cursos ofertados. Além disso, dão sugestões diante das críticas feitas, no que se refere aos locais que poderiam ser utilizados para que elas trabalhassem. Nessa perspectiva, propõem a organização de cooperativas e parcerias, sinalizam também, que a prefeitura deveria ceder espaços (terrenos) não utilizados efetivamente, além de ressaltarem obras concluídas e que não funcionam, como por exemplo, o Museu da Cachaça. Portanto, as falas a seguir, mostram esses aspectos elencados e discutidos pelas beneficiárias.

“Eu acho assim, sabe?! Pra que isso funcione e sai bem, o que o que o governo podia fazer?! Já oferecer os cursos, juntar com a prefeitura, falar assim, vamos fazer uma cooperativa pras mulheres trabalha. Fazia um curso mais colocasse uma cooperativa. [...]. É, só promessas e mais nada, só fica no papel. Então, o que que Salinas deveria ter. Eu fico besta, cidade tem hora que mais pequena do que Salinas tem cooperativa, e aqui uma cidade que nem nós, uma cidade famosa da cachaça, do queijo, né, dos biscoitos. Oh uns terrenão desse aí, podia, compra, faz uma cooperativa pras mulheres trabalhar né. Eu acho que assim...” (Participante M2).

“Cada um pagava um pouquinho né, pra gente não ficar ai...” (Participante M5).

“Olha esse museu ai, o desperdício que teve, oh o dinheirão desperdiçado” (Participante M6).

Devido às mudanças de ordem social e econômica os indivíduos passaram a mobilizar-se através das Cooperativas que são formadas por um grupo de pessoas que almejam atender às necessidades dos cidadãos. A participação democrática é um dos princípios que rege as cooperativas, pois os participantes têm o objetivo de realizar um trabalho conjunto em prol dos associados.

A lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, fala sobre a Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas, no seu capítulo II, dispõe Das Sociedades Cooperativas conceitua as Cooperativas como sendo “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”.

Cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais e produzir, comercializar ou prestar um serviço

não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa (CRÚZIO, 2005, p.1).

Com a expansão das cooperativas, o Cooperativismo tornou-se elemento fundamental nesse sistema de participação ativa da sociedade civil, mais especificamente dos seus associados. Diante disso, pode-se dizer que o Cooperativismo é o conjunto de ações desenvolvidas pelas cooperativas, com o objetivo de atender aos anseios sociais e econômicos de um grupo, por meio de ajuda mútua que suscita o desenvolvimento para seus associados e também para a comunidade local.

A origem histórica do conceito de cooperativismo é atribuída à experiência de operários do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, que vivia o auge da Revolução Industrial. Inspirados nas idéias de Charles Fourier e Robert Owen (representantes do socialismo utópico, ou socialismo romântico) de uma sociedade ideal sem conflitos ou desigualdades, um grupo de 28 tecelões criou, em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, distrito de Manchester, formada a partir de um fundo constituído pela economia mensal de cada participante. [...]. (SIMIONI, 2009, p.742).

As cooperativas propiciam uma significativa contribuição para a economia, além de estabelecer uma relação de excelente convívio entre seus associados e possibilitar mudanças no mercado de trabalho, estabelecendo o progresso social e econômico.

As organizações cooperativas representam um percentual importante no setor econômico, pois são organizações que podem preencher todas as exigências, em termos de eficiência e eficácia, para competir no mercado, desde que se adaptem ao momento atual de mudanças causado pela abertura de mercado, trazendo exigências de revisão de estruturação das empresas, criando alternativas competitivas e que vêm se fortalecendo, com o passar do tempo. Além de buscar a relação positiva entre as pessoas e as diferentes ferramentas gerenciais utilizadas, as organizações cooperativas também se utilizam da mobilização dos seus cooperados e de sua responsabilidade social para com estes. O ponto positivo do cooperativismo é o fato de que as cooperativas, além de trazerem benefícios para seus sócios também contribuem para o desenvolvimento econômico e social de sua localidade (MATOS; SANTOS, 2013, p. 122).

Assim, entende-se a importância das cooperativas como sendo um avanço quanto a novas oportunidades de trabalho, repercutindo no desenvolvimento econômico local, como também, possibilitando a expansão dessas para a região.

5.2.7 Estrutura (equipamentos, transporte, lanche e a bolsa)

A segunda subcategoria apresentada na temática da Percepção geral do programa é Estrutura (equipamentos, transporte, lanche e a bolsa). Sobre essa, as egressas fizeram algumas considerações pertinentes e que devem servir de alerta para um repensar sobre a operacionalização em termos estruturais do Programa, ou seja, dos cursos ofertados.

Assim, quando indagadas a respeito da infraestrutura oferecida para o funcionamento do curso, as alunas enfatizaram alguns elementos, os quais serão pontuados e debatidos proximamente. O primeiro questionamento das participantes foi com relação aos locais e equipamentos utilizados, os quais eram insuficientes para o número de alunas, influenciando na participação e aprendizado das mesmas durante as aulas. Os relatos abaixo mostram esse fato.

“Fora as promessas né Iva. O material, que ia dar pra gente o material” (Participante M2).

“E falou também que nós íamos ter as melhores salas, e nós teve as pior. Tinha dia que nem sala tinha”(Participante M3).

“Eu acho assim, assim seria melhor assim, quando fosse pra gente aprender aquelas coisas, fosse mais pouca gente né, porque não tinha coisa pra todo mundo fazer, ai, num tinha equipamento, o espaço era muito pequeno” (Participante M5).

“A blusa, nós recebemos a blusa já no final” (Participante M6).

As críticas elucidadas nas falas das certificadas expressam a ausência de estrutura básica para que as aulas pudessem acontecer de maneira assertiva. Esclarecem que faltou organização, desde a entrega do material que iria ser utilizado diariamente, até salas de aula e equipamentos específicos relacionados à aprendizagem técnica. Nesse sentido, um programa de qualificação voltado ao mundo do trabalho necessita de investimentos altos que vão sofrendo interferências, conforme as demandas geradas pela realidade local. “Filgueiras (2011, p.445) destaca que, além disso, continuam sendo criados programas de qualificação em diferentes ministérios, sem que, contudo, a política de qualificação se perceba como um conjunto coerentemente estruturado”.

Diante desse contexto, observa-se que o Programa Mulheres Mil, através dos cursos de qualificação oferecidos, foi introduzido de maneira rápida e sem conhecimento prévio de conjuntura dos locais em que foram implantados. Talvez, essa seja uma das causas de se ter um desenvolvimento inadequado, desencadeando tantas críticas feitas pelas beneficiárias.

O transporte e o lanche foram outros aspectos discutidos pelas mulheres, pois as discentes argumentaram que sofriam para chegar ao Campus que fica afastado da cidade e, conseqüentemente, longe das suas residências. Tinham que ir a pé ou pagar o ônibus, porque o transporte não era gratuito. Outro ponto levantado por elas foi a questão de não terem direito ao lanche diário, pois muitas das certificadas falavam que ficavam com fome porque as aulas terminavam muito tarde. Somando-se a isto, relataram também que foram discriminadas, não sendo vistas como alunas e tratadas com hostilidade por alguns alunos do Campus. As respostas a seguir trazem à tona essas reflexões.

“Porque nós quando chegava, os internos começavam a gritar, é vem as cambadas de passa fome, foi nós sofremos tanto preconceito lá, [...]o mesmo direito que eles tinham nós também tinha, mas a indiferença ficou a mesma coisa, quando nós chegava na fila pra poder lanchar, saía todo mundo de perto de nós, o que estudava lá! Eles achou que nós era minoria pra eles, nós ninguém!” (Participante M2).

“Nós tava lá pra aprender nossos direito e lá mesmo nós foi discriminado” (Participante M5).

“Eu tirava o dinheiro da revista pra pagar o busão e comer, né, porque tinha vez que lá não dava né Noeme?! Pra comer alguma coisa, pra não ficar lá até onze horas com fome e mais no outro dia eu chegava chorar de raiva. Eu falei assim, eu pensava que ia ser uma coisa no fim, foi outra coisa, que nem Noeme tá falando” (Participante M8).

As beneficiárias recebem durante o curso mensalmente uma bolsa no valor de R\$ 100,00. Durante as falas, as egressas falam que esse valor deveria ser bem maior, pois é uma ajuda pequena. A fala da entrevistada M8 discorre sobre esse aspecto e durante sua exposição, todas as outras participantes concordam com o relato.

“E fora quer dar cem reais, cem reais é uma ajuda! Eu acho que deveria ganhar mais, a gente” (Participante M8).

Concluí-se que o curso realizado pelas certificadas deixou a desejar no que tange aos elementos básicos de infraestrutura. Identifica-se também a recusa por parte dos alunos do Campus em relação às mulheres, pois agiram com desrespeito e hostilidade. A propósito, o próprio contexto, tanto de estruturação quanto de recursos materiais e humanos não estava preparado para receber e inserir essas mulheres no processo educacional da instituição. A verdadeira educação deve humanizar as pessoas e ser humanizada, independente de classe social, idade, cor e sexo. Moll (2010, p. 18) explica que “No contexto de nossas profundas desigualdades, cabe-nos retornar e reinventar a educação de jovens e adultos para escolarizar, profissionalizar, tecnologizar, musicalizar, teatralizar... enfim, para humanizar a sociedade e humanizar-nos”.

Como dissemos anteriormente, o Programa Mulheres Mil é uma política pública recente e que está sofrendo adaptações e revelando respostas de acordo com a realidade de cada região, estado e município. Diante disso é necessário que em cada Instituto e, mais especificamente, em cada Campus, haja um constante repensar, como também uma reformulação quanto ao caminho percorrido pelo programa, porque nesse processo de implementação estão inseridos aspectos educacionais, sociais, econômicos, políticos e culturais de uma população. Ou seja, uma política pública deve apresentar metas a serem alcançadas, estabelecendo estratégias sólidas que possam determinar um retorno das expectativas criadas e respostas obtidas.

Em síntese, nem sempre há uma interface entre o resultado esperado e o obtido com uma política pública, isto porque nem sempre o anunciado publicamente como meta de uma ação resultante de uma política pública se constitui o real almejado. (BONETI, 2011, p. 57).

5.2.8 Aulas teóricas e práticas

O conhecimento está presente em todas as formas de expressão dos indivíduos, desde um simples gesto de conduzir um veículo até as mais recentes descobertas do campo científico. Aqui nessa pesquisa, se discute sobre a política pública do Programa Mulheres Mil, mais especificamente sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho. Sendo assim, essa área de discussão envolve uma gama de conhecimentos construída por estudiosos, que muitas das vezes apresentam teorias; as quais apontam caminhos diferentes, porém em outros momentos, mostram convergência dos fundamentos sobre o objeto investigado.

A educação vem constantemente transpondo as barreiras de uma realidade que, em todo o mundo, apresenta mudanças constantes, as quais necessitam de indivíduos com competências diversas no que se refere à consolidação de informações individuais e a adaptação e/ou reorganização de conhecimentos coletivos; já que a dinâmica de evolução de uma sociedade se dá através do desenvolvimento coletivo perante pensamentos, decisões e ações no campo pessoal, social, político, cultural, educacional e religioso. Sendo assim, o mundo atual necessita de uma educação pautada em alguns pilares, os quais se permitem interagir em diversos aspectos.

Para poder dar resposta ao conjunto das missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (DOLORS et.al, 1998, p. 89 e 90).

Portanto, percebe-se que na metodologia de ensino do Programa Mulheres Mil, é necessário que os pilares da educação citados acima estejam presentes e que sejam vivenciados pelas mulheres participantes, pois essas aprendizagens oportunizam a experiência de uma educação cidadã global.

Os cursos ofertados pelo programa devem apresentar uma proposta curricular planejada e executada, com o objetivo de fornecer subsídios por meio de aulas teóricas e práticas, para que as beneficiárias tenham a possibilidade de conhecer e compreender conceitos e teorias, ampliando assim seu olhar sobre o mundo do trabalho adquirindo outros benefícios. Nesse sentido os subsídios são todos os conhecimentos adquiridos, sejam eles

gerais e técnicos. Os conhecimentos técnicos são àqueles direcionados à compreensão e domínio das habilidades específicas, concernentes à área de trabalho que o curso abrange.

O fundamento básico desse tipo de conhecimento é o saber fazer, a operacionalização. Tem como objeto o domínio do mundo e da natureza. É especializado e específico e se esmera na aplicação de todos os outros saberes que lhe podem ser úteis. (CORREIA, 2010, p.3).

Assim, ao indagar as certificadas sobre o acúmulo de conhecimentos técnicos adquiridos, as respostas dadas oscilam e algumas vezes apresentam uma superficialidade quanto à consolidação dos conhecimentos apreendidos. Nos relatos das participantes, percebe-se críticas em relação às aulas práticas e teóricas. Para tal, vale analisar as falas que se apresentam a seguir.

“Pra mim foi, aprendi muita coisa boa, porém foi meio cansativo, porque foi muito repetitivo as aulas, então, muitos iam, tinha vez que eram quatro horário, três horários era o mesmo professor que dava a mesma aula [...] Porque todo dia era a mesma coisa, porém acho assim, faltou organização. Eram, tinha muita bagunça (risos), umas iam pra aprender, outras num iam, só ia mais por causa do dinheiro. Então as aquelas que ia mais pelo lado do dinheiro perturbava os que queriam aprender alguma coisa (risos)” (Participante M2).

“Só que foi um curso assim, meio cansativo, e o aprendizado não foi aquela coisa que a gente imaginava que seja, pelo fato das aulas teóricas, elas ser maior do que as práticas, quando chegou nas aulas práticas, uma das vezes, o que a gente aprendeu em questão de explicação não tinha lá, não tinha, e ajudava muitas mulheres, porque parece que o espaço não dava, inclusive nós tava comentando ali, mãe foi, mais foi pra lavar vazia. E minha falou assim, que pra lavava na casa dela, e na ai na hora da gente aprender, se eu aprender fazer um doce lá, eu tô mentindo” (Participante M4).

“Pra mim significou, igual as meninas tá falando né, teve novas amigas, mas muita palestra e pouca aula prática, num no dia mesmo de nós aprender fazer as coisas, nós num aprendeu nada. Eu acho assim, assim seria melhor assim, quando fosse pra gente aprender aquelas coisas, fosse mais pouca gente né, porque não tinha coisa pra todo mundo fazer, [...]” (Participante M5).

“[...] É igual as meninas falou, o primeiro as aulas prática foi muito pouco né! só teve uma semana num foi?! Praticamente uma semana” (Participante M7).

As respostas das mulheres trazem para esta discussão mais uma vez, questões referentes à operacionalização do curso, principalmente em relação às aulas ministradas. Nos relatos, as alunas argumentam que não houve organização do número de aulas teóricas e práticas, além da ausência de estrutura e sequência dos conteúdos transmitidos. No momento em que as participantes falam que as aulas eram cansativas, identifica-se aí, o desafio e a necessidade de propor atividades dinâmicas e prazerosas para atingir o número maior de participação das egressas durante o processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, acredita-se que os trabalhos em grupo ajudariam as alunas quanto ao

interesse, além de aflorar a interatividade e troca de conhecimentos, possibilitando a construção e reconstrução de conceitos.

Através da aprendizagem grupal, o grupo facilita que os alunos aprendam ao interagirem em situação de ensino estruturada, na qual os mesmos estariam desenvolvendo habilidades necessárias à adaptação à realidade atuando mais socialmente. Desta forma estariam aprendendo individualmente e ensinando pautados na dinâmica de grupo (ROCHA, 2005, p. 15).

Na fala da participante M2, identifica-se uma crítica em relação à repetição dos conteúdos, no momento em que ela fala que todo dia acontecia a mesma coisa. Outro fato que chama atenção, é a presença de um mesmo docente ministrar aulas em três horários sequenciados. Diante desse relato, percebe-se que o processo de estruturação do curso apresenta deficiências no que diz respeito à organização da grade horária, como também curricular.

O aspecto de estruturação e operacionalização do curso não são os únicos elementos citados pelas certificadas. Ainda durante seu relato, a participante M2 expõe a falta de respeito e disciplina das alunas durante as aulas, além de expressar que muitas estavam participando do Programa Mulheres Mil por causa da bolsa mensal de R\$ 100,00 (cem reais). Vasconcellos (1997, p. 227) alega que “é grande o desafio que os educadores têm encontrado em relação à indisciplina em sala de aula e na escola, tanto na pública como na particular, todavia com manifestações diversas”. O fato de o programa atender um público que se encontra em situação de vulnerabilidade social, nota-se nesse contexto a ausência de consciência por parte das educandas, quanto à importância da aquisição do conhecimento, sendo que as mesmas apresentam uma visão restrita e acomodada, ligada apenas ao dinheiro recebido.

Em outras palavras pode-se dividir as egressas em dois grupos de alunas, àquelas que não tinham nenhum interesse em participar do processo ensino e aprendizagem, estando ali apenas para receber a bolsa mensal e, um segundo grupo, o qual demonstra interesse para qualificar-se e vivenciar uma oportunidade de ampliação dos conhecimentos, autoestima/valorização pessoal e da socialização.

As respostas das egressas retratam enfaticamente o número ínfimo de aulas práticas oferecidas pelo curso. Somando a isso, as participantes descrevem que nos raros momentos que tinha aula prática, nem todas podiam participar da atividade porque as salas eram pequenas apresentando espaço insuficiente para acomodar todas as alunas. Silva, Piochon e Morais (2009, p.4) utilizam-se da seguinte argumentação: “Nesse sentido uma nova prática de ensino deverá partir de situações concretas e ter uma forte ligação com a realidade do aluno. Ou seja, as experiências e conhecimentos prévios apresentados pelas

educandas devem ser evidenciados e trazidos para a vivência em sala de aula, para que a essas informações possa oportunizar uma aprendizagem significativa”.

A aprendizagem significativa defende a ideia de que, toda bagagem que o aluno trás consigo é de extrema importância e deve ser valorizada desde o início do processo ensino- aprendizagem para que novos conhecimentos possam ser apreendidos e compreendidos.

O fator que influencia decididamente na aprendizagem do estudante é o que ele já sabe, ou seja, o seu conhecimento prévio relevante e relacionado com o novo material a ser aprendido. O conhecimento prévio determina, crucialmente, não apenas o que o aluno aprenderá em uma determinada situação de aprendizagem, mas como irá aprender (se de modo mecânico ou se de modo significativo) e determina ainda a quantidade e a qualidade do novo conhecimento. Portanto, este novo conhecimento se situará no intervalo entre o menos significativo e o mais significativo (BRAATHEN, 2012, p.81).

Estabelecendo uma relação da aprendizagem significativa com o Programa Mulheres Mil, conclui-se que é necessário primeiramente conhecer e valorizar a vivência das mulheres e repensar sobre a organização do Programa: reestruturar o currículo, organização dos horários, preparar as estruturas básicas e estabelecer uma relação mútua da proposta com a realidade local, são ações prioritárias e emergenciais para que a operacionalização dos cursos ofertados aconteça de forma positiva e satisfatória para todos: gestão, coordenação, docentes e discentes envolvidos nesse processo, o qual precisa ser avaliado constantemente.

6 PRODUTO TÉCNICO

Nessa pesquisa a investigação vai além de uma simples constatação de problemas, pois se acredita que apresentar uma proposta inovadora é desafiador, mas, sobretudo de extrema relevância. Ao estudar um fenômeno, não basta apenas investigar a realidade, mas propor melhorias e inovação para que o objeto pesquisado sofra alterações e avance de maneira positiva. Corroborando com Campollina (2012, p. 18) “a inovação é um fenômeno presente em várias dimensões da vida humana e contempla as ações e processos inovadores dos indivíduos, de grupos e da sociedade”.

Pensando numa perspectiva de contribuir para a melhoria do Programa Mulheres Mil, o presente estudo expõe um produto técnico, o qual significa uma asserção para prover avanços em diversos aspectos dos cursos ofertados.

Viabilizar somente cursos de qualificação para as mulheres carentes do nosso país não basta. Faz-se necessário abranger um contexto maior, por meio do conhecimento das reais necessidades, e mais, possibilitar o êxito efetivo dessas mulheres para atuarem no mundo do trabalho, vivenciando seus direitos de cidadãos.

As egressas participantes do presente estudo relataram uma grande frustração, pois ao ingressarem no programa apresentavam forte expectativa, principalmente quanto à empregabilidade. Somando-se a esse fato, as certificadas disseram que se sentiram inseguras para atuar no mercado de trabalho em empregos direcionados à área da qualificação realizada, devido aos cursos não terem oportunizado um aprendizado sólido e condizente às reais necessidades e exigências apresentadas pelos serviços ofertados na cidade. Marolli (2011, p. 14) afirma que “as rápidas e profundas mudanças sociais geradas pela política global tem exigido no mundo moderno uma adaptação constante do ser humano”.

Assim, identifica-se um fator que corrobora para a não inserção dessas mulheres em atividades laborais remuneradas: a ausência de uma qualificação eficaz; ou seja, a capacitação que responda às demandas do mercado local. Esse acontecimento é desencadeado por diversos fatores que foram identificados no transcorrer da pesquisa de campo, por meio do contato direto com os sujeitos da pesquisa. Diante disso, avaliar o desenvolvimento do programa é imprescindível para alcançar avanços.

“[...] um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos para aprimoramento da intervenção programática, versando sobre: as características essenciais do contexto de atuação; os públicos-alvo; o desenho; os arranjos de implementação; os custos de operação; os resultados de curto prazo; os impactos sociais e de mais longo prazo de um programa. Enfim, na definição aqui advogada, avaliação tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais, além da consecução de seus objetivos” (JANUZZI, 2014, p.26 e 27).

Por certo, quando as egressas falam das aulas cansativas com conteúdos repetitivos, horários consecutivos ministrados por um mesmo professor, falta de docente, ausência de salas de aula, carência de equipamentos e lanche, excesso de aulas teóricas em contraponto ao número de aulas práticas, sentimento de discriminação dentro da instituição, a distância das residências em relação ao Campus; percebe-se que esses componentes precisam ser redimensionados.

A propósito, todos os pontos elencados acima se apresentam como obstáculos para uma melhor operacionalização do Programa e, mediante esses fatores, percebe-se que o processo de estruturação dos cursos é deficiente, interferindo na motivação e segurança dessas mulheres para encararem os desafios do mundo do trabalho. Nesse sentido, um repensar sobre o desenvolvimento do Programa é substancial para transpor as barreiras detectadas através desse estudo.

Por entender que o desenvolvimento das políticas públicas precisa constantemente de acompanhamento e avaliação, sentiu-se a necessidade de apresentar uma proposta com o objetivo de melhorar a operacionalização dos cursos do Programa

Mulheres Mil. Sendo assim, é necessário ofertar cursos que tenham condições reais de preparar as mulheres para o mundo do trabalho. Portanto, o produto final apresentado é um questionário, denominado “Mulheres Mil: ouvir para transformar” que será preenchido pelas alunas ao final dos cursos oferecidos.

Vale ressaltar que o questionário criado apresenta linguagem objetiva e simples, devido ao nível de escolaridade do público atendido pelo programa. Nesse sentido, utilizou-se na confecção do questionário figuras denominadas de *emoticons*, que são carinhas que representam sentimentos variados. Essa ideia se deu com o intuito de proporcionar às alunas uma avaliação prazerosa e descontraída. Além disso, acredita-se que ao responder algo impresso em que constam gravuras, as participantes demonstram maior interesse e atenção.

Esse registro será uma ferramenta para que a gestão do PMM tenha um retorno do desenvolvimento dos cursos, como também, um respaldo concreto para desenvolver e/ou redimensionar as ações voltadas para esse público.

O questionário abaixo foi confeccionado com base em todos os aspectos relatados pelas certificadas, os quais precisam ser melhores estruturados. Dessa forma, apresenta-se o documento a seguir:

QUESTIONÁRIO MULHERES MIL: OUVIR PARA TRANSFORMAR



Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

CURSO: _____

DATA: _____






Nas questões abaixo responda com um x olhando a legenda, lembrando que cada figura representa seu sentimento em relação ao que é perguntado. Fique a vontade para escrever algo se quiser.

Exemplo:






				X

	Muito Ruim
	Ruim
	Mais ou menos
	Gostei
	Gostei Muito






1. Você gostou do curso?

				
				X






2. Os professores mostraram domínio sobre o que foi ensinado?

				
				X






3. O número de aulas práticas foi suficiente para aprender?

				
				X






4. As aulas teóricas foram interessantes?

				
				X






5. As salas de aula apresentavam bom estado?

				
				X






6. Os materiais e equipamentos foram suficientes para todas as alunas?

				
				X






7. Foi oferecido lanche diário?

				
				X






8. Os horários foram organizados?

				
				X






9. Como foi a relação entre você e os professores?

				
				X

10. Você sofreu algum tipo de preconceito durante o curso?

				
				X

11. Durante o curso você teve oportunidades de trabalho na área da qualificação?

				
				X

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se propõe a busca e reflexão sobre algo, têm-se o intuito de responder a questões sobre um fenômeno, instigando assim, o pensar e agir sobre uma dada realidade. É nessa perspectiva que se lançou o olhar investigador sobre a Política Pública do Programa Mulheres Mil, com a intenção de conhecer, analisar e compreender as implicações dessa política na inserção das egressas no mundo do trabalho; o qual não se resume à empregabilidade, ou seja, as atividades laborais.

O mundo do trabalho envolve elementos que fazem parte de todo o contexto que envolve os indivíduos, isto é, ele permeia a esfera subjetiva, política, ideológica, cultural, econômica, social e dos valores que pautam ações práticas concretas da atividade de trabalho. Ou seja, é todo o aparato que consolida as relações de trabalho, o meio ambiente, as trocas de informações que se apresentam nas relações, no transcorrer da vida de cada pessoa, dos grupos e da sociedade.

Mundo do trabalho é um conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação construídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. (FIGARO, 2008, p. 92).

As constatações feitas diante dos dados coletados e analisados neste estudo se encontram ponderados e expostos nos próximos parágrafos, os quais apresentam conclusões sobre elementos chave da Política Pública do Programa Mulheres Mil.

Com base na compreensão que as Políticas Públicas assumem um importante papel no progresso de uma sociedade e que o mundo do trabalho é um vasto campo de discussão, é imprescindível pensar na qualificação das pessoas oportunizando-as um desenvolvimento para além do mercado de trabalho. Nesse sentido, a agenda das ações governamentais deve estruturar programas que primeiramente, conheçam a realidade das regiões, estados e cidades brasileiras, considerando seu desenvolvimento local.

Viabilizar somente cursos de qualificação para as mulheres carentes do nosso país não basta. Faz-se necessário abranger um contexto maior, por meio do conhecimento das reais necessidades e mais, possibilitar o êxito efetivo dessas mulheres para atuarem no mundo do trabalho, vivenciando seus direitos e deveres como cidadãs. Dessa forma haverá um feedback positivo quanto aos resultados esperados, possibilitando assim, um constante processo evolutivo do funcionamento do programa e da repercussão desse na vida de muitas mulheres brasileiras.

Os resultados da presente pesquisa revelam que o perfil socioeconômico das egressas não sofreu modificação profunda. Algumas certificadas foram inseridas no mercado de trabalho; lembrando que, grande parte apresentou frustração, pois quando ingressaram no Programa apresentavam uma forte expectativa quanto a empregabilidade.

As certificadas relatam a falta de organização e suporte dos cursos, enfatizam a ausência de estrutura física e de equipamentos para a realização das aulas práticas, além da repetição de conteúdos e a falta de docentes. Revelam também que as aulas eram bastante cansativas e que, muitas vezes, um mesmo professor ministrava três aulas consecutivas. Diante disso, percebe-se que esses fatores influenciaram diretamente na qualificação das egressas, não fornecendo uma preparação com propriedade para atuarem no mercado de trabalho.

Todavia, o estudo revela pontos positivos e importantes do Programa, pois as alunas relatam aspectos relevantes que vão além dos conhecimentos relacionados ao mercado de trabalho. Esse fato está associado à elevação da autoestima, interatividade, aquisição de conhecimentos ligados aos direitos da mulher, reconhecimento e valorização por parte da família e amigos, além de alguns conhecimentos apreendidos durante o curso que foram levados para a vida cotidiana, Transformando a postura e as ações das mulheres nos seus afazeres domésticos e nas relações estabelecidas com a própria família, amigos, vizinhos e sociedade em geral.

Dentre as contribuições do PMM identificou-se que, algumas certificadas deram continuidade aos estudos. Mesmo sendo um número pequeno, esse acontecimento revela um despertar e um passo importante para a conquista quanto o aumento do nível de escolaridade, estimulando e conscientizando esse público sobre a importância de apreender novos conhecimentos que irão ampliar o poder de reflexão e atuação nas relações estabelecidas na vida pessoal e profissional, nos mais diversos campos. Em outras palavras, 15% das certificadas após participarem do PMM decidiram retornar aos estudos, concluindo alguns níveis de ensino. Nesse sentido das 9 egressas que resolveram voltar a estudar, 4 finalizaram o 9º ano e 5 beneficiárias completaram o ensino médio.

Os componentes apresentados nos parágrafos anteriores, quanto à positividade do Programa, atendem a alguns objetivos dessa política destinada às mulheres. Por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, esse público apresenta muitas vezes carência afetiva e social. As egressas participantes desse estudo revelam que por meio da política pública do PMM passaram a se reconhecer enquanto pessoas ativas e capazes de transformar.

Alguns conhecimentos absorvidos no decorrer do Programa foram importantes, pois contribuíram para a conquista de uma consciência mais crítica e cidadã das alunas.

Somando-se a isso, as egressas disseram que a participação nos cursos possibilitou o reconhecimento do poder da mulher perante a família e diante da sociedade da qual faz parte. O simples fato de sair das suas residências para participar de cursos de capacitação significou falar pra si mesmas: eu sou capaz; além de ser uma nova possibilidade de crescimento, despertando assim, sonhos e expectativas de melhorar de vida.

As falas das participantes mostra que a existência das parcerias, é elemento essencial no processo de viabilização de trabalho para esse público feminino. A cooperação contínua e estruturada entre a prefeitura, o Campus e setores da economia local, deve ser uma das principais estratégias para que as certificadas possam ter uma saída da qualificação com êxito; já que o objetivo central das beneficiárias é a capacitação com garantia de emprego. Lembrando aqui, que esse propósito também faz parte das metas fundamentais do Programa Mulheres Mil que têm sua metodologia pautada no Acesso, permanência e êxito.

Acrescenta-se também, o fato das egressas se manifestarem quanto à solução do problema principal: a empregabilidade. Nesse sentido, as mulheres sinalizam para a importância de criar cooperativas. Durante os relatos as alunas veem na criação de Cooperativas uma oportunidade concreta de atuação, podendo exercer o que sabem, tendo seu trabalho valorizado e recebendo remuneração pela atividade realizada.

O presente estudo contribui e sinaliza para um caminho de mudanças, respeitando e compreendendo que uma política pública se consolida com o tempo. Diante das constatações feitas é apresentado ao PMM o questionário “Mulheres Mil: Ouvir para transformar”, com o objetivo de diagnosticar e melhorar o desenvolvimento do Programa, proporcionando uma melhor qualificação das mulheres, para que possam ter mais chances de conquistar um emprego e de serem inseridas no mundo do trabalho. Esse questionário será entregue a Instituição para que a mesma possa desenvolver ou mesmo redimensionar as ações voltadas para esse público, como forma de ressignificar, acompanhar e ter um retorno do desenvolvimento do programa, perante o sentimento e a visão das beneficiárias. Certamente, com as informações fornecidas, a gestão do programa, supervisão, docentes e demais envolvidos poderão atuar, propiciando qualificações condizentes com as necessidades das alunas e do mercado local.

Portanto, acredita-se que esta pesquisa irá contribuir de maneira significativa não só para melhorar a operacionalização dos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil como também, expandir o número de mulheres inseridas no mundo do trabalho após a certificação, além de oportunizar um maior número de mulheres ingressarem no mercado de trabalho. Assim, espera-se que a partir desta investigação, novos estudos possam ser realizados na área trazendo outros subsídios.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação**. 2000. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em 26 out. 2014.

ALVES, A. E. S; ALMEIDA, J. R. M. de. José Rubens Mascarenhas de Almeida. **Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.238-250, mai.2009.

AMORIM, M. F. de. **A importância do ensino à distância na educação profissional**. Revista Aprendizagem em EAD – Ano 2012 – Volume 1 – Taguatinga – DF outubro /2012. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/viewFile/3218/2232>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ASSIS, R. H. de. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**. IV CONVIBRA- Congresso Virtual Brasileiro de Administração. (ISE CERES – Instituto Superior de Educação Ceres). 2009. Disponível em: <http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf>. Acesso em: 15 fev 2015.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 6ª ed. Editora da UFSC, 2006.

BARBOSA, C. S.; DELUIZ, N. **Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em Discussão**. B. Téc. Senac: R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/341/artigo-5.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

BARBOSA, G. S. dos; **Reflexões sobre o movimento feminista na América Latina**. Revista Lugares de Educação [RLE], Vol. 5, n. 11, p. 92-103, Ago.- Dez. Bananeiras-PB. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/22878/pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

BERNAL, R.; SILVA, N. N. da. **O Uso do Excel para Análises Estatísticas**. Curso de Bioestatística. São Paulo. Março de 2012. Disponível em: <www.fsp.usp.br/apostila_curso_excel_v4-1.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

BERNI, R. de C. D., LEMOS, R. B., TÂMBARA, T., PALMEIRA, E. M. Os Conselhos Municipais e a Participação da Sociedade Civil nas Políticas Educacionais: estudo de caso no Conselho Municipal de Educação de Bagé/RS. Universidade Federal de Santa Maria. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/28/control-social.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BONETI, L. W. Políticas Públicas por dentro. 3.ed. Rev. Unijuí. Edição Unijuí. 2011.

BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Organizadoras). **Mulher e política : Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores..** — São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BORIN, F. A. et. al. **Empregabilidade como a nova realidade do mercado de trabalho.** [s.d]. Disponível em: <<http://aems.edu.br/iniciacao-cientifica/download/5c56c422cd.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

BRAATHEN, P. C. **Aprendizagem mecânica e aprendizagem significativa no processo de ensino-aprendizagem de química.** Revista Eixo, v. 1, n. 1, p. 74-86. 2012. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/53/17>>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 de julho de 2015.

_____, Constituição da República. Casa Civil. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971..** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 7 de nov. 2015.

_____, Constituição da República. Casa Civil. **LEI Nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 28 de out. de 2015.

_____, Constituição Federal. **LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. Câmara dos deputados. **Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/a-camara/secretaria-da-mulher/arquivo-1/lei-maria-da-penha/view>> Acesso em: 20 jan. 2015.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher – 4a–** Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>>. Acesso em 24 de julho de 2015.

_____, Ministério da Educação. **Plano Brasil Sem Miséria. Cartilha Mulheres Mil.** 2014.

_____, Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 27 out. 2014.

_____, Ministério da Educação. **Guia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília: Setec. 2012.

_____, Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. 2010.

_____, Ministério da Educação. Portaria 168/2013 de 7 de março de 2013 que dispõe sobre oferta da **Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** – Pronatec. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf> Acesso em: 02 nov. 2014.

_____, Ministério da Educação. 2011 **Mulheres Mil. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 11 set. 2014.

_____, Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____, Ministério da Educação. **Plano Brasil Sem Miséria**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/apresentacao/conheca-o-plano>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____, Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal 2015**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pradime: **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_2.pdf> Acesso em: 30 jan. 2015.

_____, Ministério de Educação e Cultura. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que dispõe sobre a criação dos Institutos Federais de educação ciência e tecnologia**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: MEC, 2008.

_____, Ministério da Justiça. **III Plano Nacional de Combate à Pirataria**. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/lancado-nessa-terca-feira-14-o-iii-plano-nacional-de-combate-a-pirataria>>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**. ISSN 0101-2207. Rio de Janeiro, v. 40, p.1- 212, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRONDANI, G. P. **Relacionamento Interpessoal e o Trabalho em Equipe**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29873/000779376.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 set. 2015.

CALVOSA, M. V. D.; **Desenvolvimento de Carreira: O Papel da Mulher nas Organizações**. Artigo publicado na Revista Cadernos de Administração, v. 1, p. 130-148, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/marcello/14.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2015.

CAMPOLLINA, L. O. de. **Inovação Educativa e Subjetividade: a configuração da dimensão histórico-subjetiva implicada em um projeto inovador**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10760/1/2012_LucianaDeOliveiraCampolina.pdf> Acesso em: 17 nov. 2014.

CANDIL, T. de A. L. **A união estável e o direito sucessório**. Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Civil, sob a orientação do Professor Doutor Francisco José Cahali. Pontifícia Universidade Católica São Paulo – SP 2006.

CARVALHO, D. J. **A conquista da cidadania feminina**. Revista multidisciplinar da Uniesp. Saber acadêmico - n^o 11 - Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/12.pdf>> Acesso em: 3 ago. 2015.

CARVALHO, M. L. de.; BARBOSA, R. C. G. de.; SOARES, J. B. **Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica**. X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitaria em America Del Sur. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICA%20P%C3%9ABLICA%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%20CRICA%20E%20CR.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CARVALHO, O. F. de. **Educação e Formação Profissional – trabalho e tempo livre**. Brasília: Editora Plano, 176p. 2003.

CASSINI, M.; BOTIGLIERI, M. F. **A relação trabalho e educação na reprodução das condições de produção e das relações de produção**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.112-120, maio de 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art07_33esp.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

CASTIONI, R. **Educação no mundo do trabalho, qualificação e competência**. São Paulo: Francis, 2010.

CASTRO F. S. dos. **Conceito de Trabalho e a Psicologia Histórico-Cultural**. Revista Urutágua – Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá. Nº 28, Maio-Outubro/2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/16414/11224>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CATTANI, A. D. (Org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes / Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Suas Diretrizes e Estratégias de Ação. 2010**. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/doc_base_conae_revisado2_sl.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

CONTE, I. I. **Mulheres, auto-estima e feminismo**. Revista Espaço Acadêmico. Nº89, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89conte.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015

CORREIA, W. **Os diversos tipos de conhecimento**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/diversos_tipos_conhecimento.pdf. Acesso em: 15 set. 2015.

COSTA, D. M.; AZEVEDO, P.; SOUZA, R. de. (Organizadoras). **Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram**. Rio de Janeiro: IBAM, 2012. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/trabalho_empreend.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CRAVO, A. C. **Análise das Causas da Evasão Escolar do Curso Técnico de Informática em uma Faculdade de Tecnologia de Florianópolis**. Revista Universitária na América Latina – GUAL. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2012v5n2p238/22581>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CRESWELL, W. J. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 248p. 2007.

CRUZ, E. C. da. **A importância de aliar teoria e prática no ensino da matemática**. Diferentes Linguagens na formação de professores. III Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação. Universidade de Montes Claros – UNIMONTES. Minas Gerais. 2011.

CRUZ, E. C. da. **A importância de aliar teoria e prática no ensino da matemática**. Diferentes Linguagens na formação de professores. III Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação. Universidade de Montes Claros – UNIMONTES. Minas Gerais. 2011.

CRUZ, H. L. **Construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Brasília, 2008.

CRÚZIO, H. O. de.; **Como organizar e administrar um cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

DAL-FARRA, A. R. e LOPES, P. T. C. **Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: Pressupostos Teóricos**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67 - 80 set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2698/2362>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

DELORS, Jacques et.al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Mec: Unesco, 1998.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

DOWBOR, L. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html>>. Acesso em: 06 out. 2014.

FARAH, M. F. S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas no nível local de governo.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 35 (1): 119 – 144 jan./fev. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6364/4949>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

FARTES, V. L. B. Reforma Profissional e Crises das Identidades Pedagógicas e Institucionais. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 135, p. 657-684, set/dez. 2008.

FERRO, C. F.; LOPES, L. J.; PONTILLI, M. R. **Baixo nível de escolaridade x pobreza x emprego doméstico: no Brasil, a correlação entre estes dois fatores é direta? Uma análise Estatística.** VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT). Paraná, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/03-ferrotrabalhocompleto.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

FIDALGO, R. F. **Fonte originária do casamento. União de facto e união estável?** Revista Científica FACIDER. Vol. 1, n. 1 (2012). Disponível em: <[sei-cesucol.edu.br/revista/index.php/facider/article/view/18/42](http://www.cesucol.edu.br/revista/index.php/facider/article/view/18/42)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados.** Revista Organicom, v. 5, n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

FIGUEIRAS, C. A. C. **Atores locais na implementação da política de qualificação profissional.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 438-460, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/04.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2015.

FILHO, A. L. B. O novo panorama do divórcio no Brasil. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19528/o-novo-panorama-do-divorcio-no-brasil/1>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

FILHO, M. de S. **Capital Humano em Educação: uma visão crítica da concepção neoliberal.** 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT3/CAPITAL_HUMANO.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

FIORENTINI, R. **Crescimento econômico e educação: o papel das desigualdades sociais.** In: DORE, R.; ARAÚJO, A. C. de; MENDES, J. S. de. (org.) Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Ed. 3ª. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Vol. III, p. 21- 55.

FISCHER, M. Clara B.; FRANZOI, N. L. **Formação Humana e educação profissional: diálogos possíveis.** Educação, Sociedade & Culturas, nº 29, 35-51. 2009. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2015.

FLEURY, S. **Cidadania e Desenvolvimento no Brasil.** Documento apresentado no Seminário “Ciudadanía y Desarrollo Humano”, PNUD, Bogotá, 6/7 Outubros de 2005. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/CIDADANIA.pdf>>. Acesso em: 24 nov. de 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo.** Brasília, 2ª edição: Líber Livro Editora, 79p. 2005.

FRASSON, I. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais.** Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, F. **Bem-estar subjetivo em participantes do programa mulheres mil, na cidade de Barbacena –MG.** HOLOS, Ano 28, Vol 4. 2012.

GARCIA, I. **Gênero e políticas públicas municipais. 1998.** Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/ivete.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

GATTI, B. A. **Estudos Quantitativos em Educação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

_____, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Editora Líber Livro, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capta no Brasil: 1981-2202.** Nova Economia, vol. 14, n.2, p. 35-58, 2004.

HOFLING, E. M de. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº55, novembro/2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 2013. **Dados inéditos sobre violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873>. Acesso em: 24 set. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento institucional: 2014 -2018**. Montes Claros: IFNMG, 2013. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2014/PDI%202014-2018%2009-12-13.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

JANUZZI, P. M. de. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em: file:///F:/Downloads/2916-11323-2-PB%20(2).pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

KIPINIS, B. **Processo de Pesquisa em Ciências Sociais**. Volume I. 56 p. Pré-projeto. Universidade de Brasília. Centro de Educação a Distância (CEAD): Brasília, 2004.

KON, A. **Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

LESSA, S. **A centralidade ontológica em Lukács**. Serviço Social e Sociedade, Vol. 52, p. 7-23. Ed. Cortez: São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf> Acesso em: 30 out. 2014.

LIMA, A. A. B., LOPES, F. A. M. **Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas**. Vol. 1. Coleção Qualificação Social e Profissional. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Brasília, 2005.

LIMA, L. C. **A mulher e o planejamento familiar: uma discussão sobre gênero**. 2011. Disponível em: <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic2/vi_encontro/A_mulher_e_o_planejamento_familiar_um_discussao_sobre_genero.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 16 jun. 2015.

LOTTA, G. S. **Agentes de implementação: um olhar para as políticas públicas**. USP, 2008.

LUZ, A. F. da. ; FUCHINA, R. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. II Seminário Nacional de Ciências Política da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

MACHADO, E. F. **Afetividade na formação docente: a relação professor-aluno como processo humanizador**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/mestradoeducacao/index.php?option=com_rokdownloads&view=file&task=download&id=27:edina-fialho-machado->. Acesso em: 06 nov. 2015.

MANFREDI, S. M. **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas**. Scielo. Revista Educação e Sociedade. Soc. vol. 19, nº.64. Campinas Sep. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002>. Acesso em: 27 out. 2014.

MAROLLI, G. **Desenvolvimento local: um estudo baseado na importância das micro e pequenas empresas no município de Pitanga/PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Contestado- Canoinhas. 2011. Disponível em: <<http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO-GISELE-MAROLLI%20COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MARQUES, E. C. **Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos**. BIB. Rio de Janeiro, n. 43. 1º semestre de 1997.

MARX. K., ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Escrito em dez/1847 - 1848. Edição Soviética. 1951. Edição inglesa. 1888. Tradução em espanhol.

MARX. K., ENGELS. F. **Textos sobre Educação e Ensino**. [tradução de Rubens Eduardo Frias]. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2004.

MASNIK, L. **União estável**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, VI, n. 15, novembro de 2003. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4312>. Acesso em: 6 ago. 2015.

MATTOS, S. A. de. ; SANTOS, J. Z. V. dos. **Participação, Comprometimento e Satisfação dos Associados: uma análise da Cooperativa Mista Vista Gaúcha – COOPERVISTA**. 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Silvana%20Mattos.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

MATTOS, S. A. de.; SANTOS, J. Z. V. dos. **Participação, Comprometimento e Satisfação dos Associados: uma análise da Cooperativa Mista Vista Gaúcha – COOPERVISTA**. 2013. Disponível em:

<http://www.emater.tcche.br/site/arquivos_pdf/teses/Silvana%20Mattos.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas: 2004.

MELLO, E. de F. F. de. Texeira, A. C. **A interação social descrita por vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias de rede**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Comunicacao_e_Tecnologias/Trabalho/06_03_38_6-7515-1-PB.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.

MELLO, S. C. de. **Uma profissão invisível: dona de casa (1970-1989)**. Nº 7, Ano 5, 2011. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/3.perseu7.mello_.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

MELO, F. A. de F. **A motivação como um dos fatores determinantes no processo educacional do PROEJA**. Revista Partes, 2011. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/artigos/motivacao.asp>> Acesso em: 20 set. 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital**. Revista Theomai. 1º e 2º semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero15/ArtMeszaros.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferencia Regional San José, Costa Rica. Out. /2003. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/profile/Carlos_R_S_Milani/publication/253351630_Teorias_do_Capital_Social_e_Developolvimento_Local_lias_a_partir_da_experincia_de_Pintadas_\(Bahia_Brasil\)/links/54c226630cf256ed5a8c4474.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Carlos_R_S_Milani/publication/253351630_Teorias_do_Capital_Social_e_Developolvimento_Local_lias_a_partir_da_experincia_de_Pintadas_(Bahia_Brasil)/links/54c226630cf256ed5a8c4474.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2015.

MINAYO, M. C. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário** (Ciência & Saúde Coletiva, 5(1): 7-18, 2000.). Disponível em: <http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/35428.PDF>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. In: Araújo, A. B. ; SILVA, M. A. da; SILVA, S. M. G. (org.) Políticas e práticas curriculares: integração entre educação profissional a educação de jovens e adultos. Curitiba- PR. 2012.

MONTALI, L. **Relação Família-Trabalho: reestruturação produtiva e desemprego**. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 123-135. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a13v17n2.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

MONTALI, L. **Relação Família-Trabalho: reestruturação produtiva e desemprego.** São Paulo em Perspectiva, 17(2): 123-135. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a13v17n2.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

MONTEIRO, S.R. da R. P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Revistas Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.dez./2011.

MUNIZ, M. K. C. B. de. **O direito fundamental ao salário mínimo digno: uma análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.** Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Minas Gerais. 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_MunizMK_1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

NERI, M. C. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - FGV/IBRE, 2009. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf. Acesso em 13 de ago. de 2015.

NORONHA, E. G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 53 outubro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em: 01 de Nov. de 2015.

OLIVEIRA, R. de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira.** 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/boltec271c.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

OLIVEIRA, S. A. Z. de P.; ALMEIDA, M. de L. P. **Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições.** REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 155-167, jul./dez. 2009.

OSZLAK, O. **Políticas públicas e regimes políticos. Reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas.** In: RAP 16 (1): Jan./mar. Rio de Janeiro: p. 17- 60,1982.

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFETs.** Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano I, nº1, jan-jun, 2010, p. 89-110. Disponível em: <[http://www.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path\[\]=495&path\[\]=243](http://www.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path[]=495&path[]=243)> Acesso em: 4 nov. 2014.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Fundação Santillana. Brasília/ São Paulo, Editora Moderna. 2011.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília- DF. 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3787-cartilha-eliezer-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 set. 2015.

PEREIRA, J. H. **A crescente valorização do capital humano**. 2008. Disponível em: <<http://www.dicasprofissionais.com.br/a-crescente-valorizacao-do-capital-humano/>> Acesso em: 26 out. 2014.

PEREIRA, M. J. G.; ARAGÃO, J. D. B. F; GOMES, R. L. R. **A importância do treinamento e capacitação de pessoas: um estudo de caso na lavanderia industrial**. RH Portal - Treinamento e Desenvolvimento. Set./2015. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?rh=-A-Importancia-Do-Treinamento-E-apacitacao-De-Pessoas:-Um-Estudo-De-Caso-Na-Lavanderia-Industrial-&idc_cad=sslq6jxoo>. Acesso em: 27 set. 2015.

PICCININI, V. C.; OLIVEIRA S. R. de. **Flexibilização, Qualidade de Vida e Empregabilidade: O Caso das Cooperativas de Trabalho de Porto Alegre**. 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/GRT/2002_GRT69.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

PINHEIRO; R. K. de S.; MORAIS, M.A.C. de M. **Perfil de Professoras em Natal (1889-1910)**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/Rossana%20K.%20Brito%20de%20Souza%20Pinheiro%20e%20Maria%20Arisnete%20Camara%20d.pdf>> Acesso: 07 set. 2015.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

PONTES, J. A. P. de. **Heterogeneidade e diferenciação de tarefas no contexto da escola em ciclos: análise da opinião das professoras e pedagogas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR**. 2008. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/gppepe/download.php?file=Monografia%20sobre%20Heterogeneidade%20e%20Diferenciacao.pdf>> Acesso em: 4 set. 2015.

PRETTO, V. **Construção de conhecimentos em situações de exclusão social e questões de gênero**. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. 2009. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00438866/document>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

PROBST, E. R. **Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. Revista 2: jan-jun/2003. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/materias/artigos.htm>> Acesso em: 17 fev. 2015.

PULGATTI, L. M. S. **A importância da socialização no processo ensino aprendizagem.** Revista Partes, 2012. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/2012/11/01/a-importancia-da-socializacao-no-processo-de-ensino-aprendizagem/#.Vf7Aft9Viko>>. Acesso em: 20 set. 2015.

RÊSES, E. S. da. **De Vocação para a Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. 2008.

REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/4312.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

ROCHA, Z. de F. D. C. **Análise da dinâmica de um grupo de aprendizagem em ciências no ensino fundamental.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Ensino de Ciências e Educação Matemática, da Universidade Estadual de Londrina. 2005. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/ciencias_artigos/12aprendizagem_ciencias.pdf> Acesso em: 28 set. 2015.

ROCHA-VIDIGAL, C. B.; VIDIGAL, V. G. **Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância.** Departamento de Economia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá- Paraná. V. 34, n. 1, p. 41-48, Jan.-June, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/14181/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

ROSSATO, E. **As transformações no mundo do trabalho.** Jul/dez. 2001. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2001/36/transformacoes.pdf>> Acesso em: 16 set. 2015.

SANTOS, E. P. S. dos; RAMALHO, R. P. **A participação da sociedade civil nos conselhos municipais de Araruna: exercício de cidadania?** Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. 2011. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/a_participacao_da_sociedade_civil_nos_conselhos_municipais_de_araruna_exercicio_da_cidadania_1343925508.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SANTOS, J. F. dos.; **Helena: representações da inferioridade feminina.** Seminário cultura e política na primeira república: Campanha civilista na Bahia. UESC, 9 A 10 de junho, 2010. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/josimarefrancisco.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2015.

SANTOS, V. S. F. da.; OLIVEIRA, M. P. S. da. **A Educação da Mulher no Século XIX. Novembro de 2010.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-da-mulher-no-seculo-xix/52658>> Acesso em: 30 jun. 2015.

SEBRAE (Org.). **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas.** 2014 / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2. ed. – Brasília, DF: DIEESE, 2014. Disponível em: <<http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/30032015150220.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2015.

SILVA, L. P. M. **A diferença de tratamento do companheiro no Direito de família frente ao direito sucessório. Brasília- DF. 2011.** Artigo apresentado ao curso de graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

SILVA, L. S. dos. **Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501_1.PDF>. Acesso em: 8 ago. 2015.

SILVA, R. A. O. de; PIOCHON, E. F. M. ; MORAIS, S. P. M. de.; **Estágio curricular supervisionado em biologia: vivenciar e refletir a prática.** 2009. Disponível em: <https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/Regisnei_Aparecido_de_Oliveira_Silva_e_outros.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

SIMIONI, F. J. et al. **Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão.** *Rev. Econ. Social. Rural* [online]. 2009. Vol.47, n.3, p. 739-765. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n3/v47n3a10.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

SMITH, R.; OLIVEIRA, A. A. de. **Integração social ou novas relações entre Estado e sociedade no Brasil.** *Estudos. Avançados.* v. vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200005>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

SOUSA, M. P. de.; **Um breve histórico do período jesuítico no Brasil e o ratio studiorum.** Anais do IV Encontro de Pesquisa Discente do Programa de Pós-graduação em Educação da UNINOVE. s.d . Disponível em: <<http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Manuela%20Pereira%20de%20Sousa.pdf>> Acesso em: 21 out. 2015.

SOUZA, C. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, C. **Políticas públicas: Uma revisão da literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

STAMATTO, M. I. S. **Um Olhar na História: a mulher na escola (BRASIL: 1549 –1910)**. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

TESTONI, R. J. F.; TONELLI, M. J. F. **Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família**. Revista Psicologia e Sociedade. Vol.18, nº. 1. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jul. 2015.

TEXEIRA, E. B., ZAMBERLAN, L., RASIA, P. C. **Pesquisa em gestão pública**. Ijuí, Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 172 p. (Coleção Educação à Distância. Série Livro-Texto), 2008.

TOZONI-REIS, M. F. C. de. **A Pesquisa e Produção de Conhecimentos**. In: Introdução à Pesquisa Científica em Educação. Universidade Estadual Paulista- UNESP. São Paulo, agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>> Acesso em: 28 abril 2015.

UHLMANN, G. H.; SILVA, C. R. da. **Direitos dos concubinos relativos a possível herança e meação**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. vol. 4, n.2, p. 777-786, 2º Trimestre de 2013. Disponível em: <www.univali.br/ricc>. Acesso em: 6 ago. 2015.

UNIFEM E PACTO GLOBAL. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a **Mulher Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2008. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=29254>. Acesso no: 20 out. 2014.

VARGAS, M. R. M. **Treinamento e desenvolvimento: reflexões sobre seus métodos**. Revista de Administração. São Paulo. V.31, n. 2, p. 126-136, abril/junho, 1996. Disponível em: < <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3102126.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

VASCONCELLOS C. S. dos. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. Série Ideias n. 28. São Paulo: FDE, 1997. Disponível em: <<http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/indi.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

VECCHIA, A. M. D. **Elementos teóricos para uma perspectiva interpretativa: modo de produção, conhecimento histórico**. Revista Estudos Históricos. Ano III – Nº 6 Julho, 2011.

VIEIRA, D. A. et.al. **A profissionalização e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. Uni – FACEF – Centro Universitário de Franca. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/forumadm/article/viewFile/632/650>>. 2010>. Acesso em: 31 out. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento para acesso às informações do Programa Mulheres Mil



Salinas, 24 de fevereiro de 2015.

A Sra. Professora Maria Araci Magalhães

Diretora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Câmpus Salinas

Senhora Diretora,

Eu, professora Fabiene Brito Mendes Teles, mestranda do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica da Universidade de Brasília, solicito, por meio desta, autorização para ter acesso aos dados referentes às alunas da primeira e segunda turma do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Câmpus Salinas.

O estudo, orientado pela Profa. Dra. Hélvia Leite Cruz da Universidade de Brasília - UnB requer a análise de informações contidas no questionário socioeconômico e nos documentos relacionados às alunas do Programa Mulheres Mil deste Câmpus.

Asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos nesse estudo. A pesquisa constitui o cerne da dissertação do Mestrado que tem por título: Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho.

As informações e conclusões obtidas somente se darão mediante prévia autorização das participantes da pesquisa, preservando assim seus interesses e o respeito a padrões éticos. Ao término, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta e poderão servir de apoio para futuros estudos sobre o papel do IFNMG e suas contribuições para a cidade de Salinas.

Atenciosamente,

Fabiene Brito Mendes Teles
Mestranda em Educação (FE/UNB)

APÊNDICE B - Termo de Consentimento questionário



Universidade de Brasília
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

Termo de Consentimento Questionário de Pesquisa

Esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil quanto à inserção no mundo do trabalho das egressas das duas primeiras turmas: Manipulação e Conservação de alimentos e Confecção de Bijuterias na melhoria da renda no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Câmpus Salinas. Trata-se de um estudo referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Programa de pós-graduação da Universidade de Brasília.

Para a realização desta pesquisa, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio de participação no preenchimento do questionário. Contudo, trata-se de um ato voluntário; você tem total liberdade para abster-se de fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador. Neste sentido, pedimos que responda as perguntas da maneira mais coerente e clara possível. Todas as informações são confidenciais e não existem respostas consideradas certas ou erradas.

A presente pesquisa salienta-se garante o anonimato de todas as participantes. Dessa forma, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados no estudo acima referido. Caso deseje conhecer os resultados deste trabalho, por favor, contatar a responsável abaixo identificada.

Deste já agradecemos sua colaboração.

Fabiene Brito Mendes Teles
Mestranda da Faculdade de Educação
fafasalinas1@hotmail.com (38) 99907699

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

Salinas, ____ de _____ de 2015.

Assinatura da participante

APÊNDICE C - Termo de Consentimento para participação no Grupo Focal



Universidade de Brasília
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

Termo de Consentimento para participação no Grupo Focal

Esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil quanto à inserção no mundo do trabalho das alunas egressas das primeiras turmas do Curso de Confeção de Bijuterias e Manipulação e Conservação de Alimentos, ofertados pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Câmpus Salinas.

Trata-se de atividade referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

Para a realização desta pesquisa, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio da participação no grupo focal. Trata-se de um ato voluntário, no qual você tem total liberdade para expressar o que pensa sobre o tema em debate. Neste sentido, pedimos que sinta-se à vontade para participar da maneira como achar melhor.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todas as participantes. Dessa forma, solicitamos sua autorização para gravação desse momento e para apresentar os resultados no estudo acima referido.

Caso deseje conhecer os resultados desse trabalho, por favor, contatar a responsável abaixo identificada.

Deste já agradecemos sua colaboração.

Fabiene Brito Mendes Teles

Mestranda da Faculdade de Educação - UnB
 fabiene.teles@ifnmg.edu.br (38) 9990-7699

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

Salinas, ____ de _____ de 2015.

 Assinatura da participante

 Fabiene Brito Mendes Teles – Pesquisadora responsável



Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSAS

Esta pesquisa se propõe a analisar as implicações do Programa Mulheres Mil na vida das alunas egressas quanto à sua inserção ou não no mundo do trabalho. As participantes desse estudo são as educandas das primeiras turmas dos Cursos de Confeção de Bijuterias e Conservação e Manipulação de Alimentos, os quais foram ofertados pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Câmpus Salinas.

Trata-se de atividade referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

Para a realização deste estudo, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio da participação no preenchimento do questionário. Trata-se de um ato voluntário. Ressaltamos que, para melhor compreensão, o questionário será lido pela pesquisadora. Pedimos, gentilmente, que responda as perguntas de maneira coerente e clara. Todas as informações são confidenciais e não existem respostas consideradas certas ou erradas.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todas as participantes.

I- PERFIL

1. Nome Completo:

_____.

2. Idade: _____

3. Situação Civil:

() Solteira () Casada () Divorciada () União Estável () Outra .
Explique: _____.

4. Sua escolaridade mudou após frequentar o(s) curso(s) do Programa Mulheres Mil?

() Sim () Não

Em caso de resposta positiva, você:

- () Conclui o 5º ano do Ensino Fundamental
- () Concluí o 9º ano do Ensino Fundamental
- () Concluí o Ensino Médio
- () Iniciou o Curso Superior
- () Concluí o Curso Superior

5. O número de filhos mudou em relação ao início de sua participação no Programa Mulheres Mil:

Continuo sem filhos Até 2 filhos 3 a 6 filhos Mais de 6 filhos

6. Quantos membros atualmente da sua família moram com você?

1 2 3 4 5 mais de 5

7. Você e sua família residem?

Imóvel próprio Imóvel Alugado Outro.

Explique: _____
_____.

II. TRABALHO E RENDA

1. Você trabalhava antes de realizar o curso?

Sim Não

Em caso afirmativo, em que?

_____.

2. Você está trabalhando atualmente?

Sim Não

Em caso afirmativo, em que? _____

_____.

3. Qual era a sua participação na Renda Familiar antes do curso?

- Não participava na renda familiar
- Responsável parcialmente pelo sustento da família
- Única responsável pelo sustento da família

4. Qual a sua participação atualmente?

- Não participo na renda familiar
- Responsável parcialmente pelo sustento da família
- Única responsável pelo sustento da família

5. Qual renda familiar total mensal?

100 a 200 reais 201 a 400 reais 401 a 600 reais

() 601 a 800 reais () 801 a 1000 reais () mais de 1000 reais

III – SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL

1. Por que você decidiu se inscrever no Programa?

- () Para se qualificar e conseguir um trabalho () Para ter um certificado
 () Para se aperfeiçoar como profissional () Para se socializar
 () Para receber a bolsa mensal () Outro

Explique: _____

_____.

2. O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva na sua vida?

- () Sim () Não

3. Caso tenha respondido SIM, na questão acima, escolha, dentre as opções abaixo, duas contribuições que você considere mais importantes.

- () Elevação da autoestima
 () Oportunidades de interação social
 () Aquisição de conhecimentos diversos(Saúde da Mulher, Direitos da Mulher, Informática e Internet, Noções de Empreendedorismo, etc.)
 () Aquisição de conhecimentos técnicos
 () Reconhecimento e valorização por parte do cônjuge
 () Reconhecimento e valorização por parte dos familiares.

Outros: _____

_____.

4. Os conhecimentos adquiridos na parte técnica do curso Confecção de Bijuteria ou Conservação e Manipulação de Alimentos têm sido proveitosos na sua vida diária?

- () Sim () Não

Explique: _____

_____.

5. A obtenção de um certificado de qualificação profissional contribuiu para o seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da sua renda familiar?

- () Sim () Não

Em caso afirmativo,

Explique: _____

_____.

6. Após a conclusão do curso, você conseguiu atuar na área em que realizou a qualificação?

() Sim () Não

Explique: _____

_____.

7. Ainda com relação à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, quanto tempo Trabalhou?

() 1 mês

() 2 meses

() 3 a 6 meses

() 6 meses a 1 ano

() Mais de 1 ano

() Atuo até hoje

8. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos?

() Sim () Não () Parcialmente

9. Depois de ter participado do Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos?

() Muito mais consciente

() Um pouco mais consciente

() Igualmente consciente

10. O curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil correspondeu as suas expectativas?

() Totalmente () Parcialmente () Não correspondeu

Agradeço imensamente sua contribuição, sem ela, esta pesquisa não seria possível.

APÊNDICE E - QUESTÕES NORTEADORAS/ GRUPO FOCAL



Universidade de Brasília

I - Informações Preliminares às participantes

- Agradecimento;
- Apresentação;
- Objetivos do Grupo Focal;
- Autorização da gravação e fotos;
- Tratamento e divulgação dos dados;
- Há dúvidas? Esclarecimento de possíveis indagações.

II – Questões norteadoras

- 1) O que o Programa Mulheres Mil significou para você?
- 2) Quais eram as principais expectativas em relação aos cursos oferecidos?
- 3) O curso ofertado preparou você para o mundo do trabalho? Em caso afirmativo, explique.
- 4) Após o curso, você procurou um trabalho na área que realizou a qualificação? Em quê? Explique.
- 5) Que outras possibilidades o Programa Mulheres Mil trouxe para a sua vida? Enumere-as.
- 6) Se fossem oferecidos outros cursos, você os faria novamente? Por quê?
- 7) Que cursos você gostaria de fazer no Programa Mulheres Mil?
- 8) Outras considerações

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO SOCIO- ECONÔMICO DO PROGRAMA MULHERES MIL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS –
CAMPUS SALINAS



Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO FAMILIAR

Número do Inscrição _____

Nome completo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de nascimento ____ / ____ / _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade _____ UF: _____
CEP: _____ Telefone: _____
Estado civil: _____ Nº de filhos: _____

01) Quantos membros da sua família moram com você?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

06) Quadro Familiar

Abaixo deverão ser lançados dados sobre sua família de origem. VOCÊ INCLUSIVE.

Membro da família	Idade	Escolaridade	Parentesco	Profissão	Renda Mensal (Valor Bruto)
Renda Bruta Total da Família R\$			Renda per capita R\$		

02) Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais (Bolsa Família, Benefício de Assistência Social, etc.)?

() Sim. Qual? _____ Valor R\$: _____
() Não.

03) Você e sua família residem? () Zona Urbana () Zona Rural

04) Você e sua família residem? () Imóvel próprio () Imóvel Alugado

05) Marque as características que melhor descrevem a sua casa . Pode marcar mais

de uma opção.

Residência com acabamento.

Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)

Possui: Rede de Esgoto Fossa Banheiro Chuveiro Água Luz

Cobertura: Laje Telha Outros.

Piso: Cimento Taco Cerâmica Outros.

Número de Cômodos: _____

07) Qual seu grau de escolaridade?

não alfabetizado

ensino fundamental incompleto.

ensino fundamental completo.

ensino médio incompleto.

ensino médio completo.

ensino superior incompleto.

ensino superior completo.

08) Você trabalha atualmente?

Sim Onde? _____

Não

11) Qual atividade você desenvolve em seu dia a dia?

13) Quais suas habilidades e quais as atividades que você gosta de desenvolver?

